

A black and white photograph showing the silhouettes of a group of people, likely prisoners, behind a grid of prison bars. The scene is dimly lit, with light coming from behind the bars, creating a stark contrast between the dark figures and the lighter background. The silhouettes are of various heights and are positioned at different levels, suggesting a group of people. Some have their arms raised, and one on the left appears to be holding a flag or a banner. The overall mood is somber and contemplative.

CIVITAS – CIDADANIA E ESPAÇO:

Diretrizes para o diálogo projetual entre adolescentes e
instituições de ressocialização no Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

HEROS MONTEIRO SOARES

CIVITAS – CIDADANIA E ESPAÇO:
Diretrizes para o diálogo projetual entre adolescentes e instituições de ressocialização no Brasil

Rio de Janeiro
Março I 2021.1

HEROS MONTEIRO SOARES

CIVITAS – CIDADANIA E ESPAÇO:
diretrizes para o diálogo projetual entre adolescentes e instituições de ressocialização no Brasil

Orientadora: Prof.^a Dra. Ethel Pinheiro Santana
Coorientador: Prof. Msc. Alberto B. Sanches Fernandes

Rio de Janeiro
Março I 2021.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter olhado por mim nos momentos mais difíceis durante esta jornada e a todas as pessoas que entraram, saíram e permaneceram na minha vida ao longo deste ciclo. São muitas as pessoas as quais eu gostaria de expressar a minha gratidão.

Aos meus pais, Lucia e Manoel, pelo amor, apoio e compreensão nos momentos difíceis, sem os quais não teria conseguido chegar tão longe;

As minhas avós Laureci (in memoriam), Emília pelos ensinamentos, pela sensibilidade, amor, pelo carinho e fé;

As minhas tias, Georgelina e Joelma, pelo exemplo de determinação e conquista, por não medirem esforços para ajudar;

À Tania, pelo meu desenvolvimento e amadurecimento ao longo desses anos de apoio;

Aos meus amigos e familiares pelo incentivo e por compreender as minhas ausências, muitas vezes justificadas pela graduação;

À minha orientadora, Ethel pela dedicação, sempre me incentivando a seguir em frente, pelo acolhimento ao longo desses anos e pelos seus ensinamentos valiosos que foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho;

Ao meu orientador Alberto, pela nova perspectiva e conhecimento que ajudou à construção do trabalho;

Aos professores da banca avaliadora que enriqueceram o trabalho com as observações durante todo o processo;

A FAU – UFRJ, por ter me proporcionado tamanho crescimento;

RESUMO

Desde que foi instituído em 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) representa um grande avanço do debate quanto à ressocialização de adolescentes que cometem atos infracionais, no entanto, estudos têm ressaltado as dificuldades de implantação prática das disposições normativas, sendo alvo de diversas discussões buscando a sua remodelação em direção a um tratamento mais humano, não só referente às medidas socioeducativas, mas, à qualidade espacial das instituições destinadas ao cumprimento das medidas de internação. É perceptível que o ambiente que vivenciamos exerce influência na construção da nossa identidade pessoal e nossos valores morais, tornando-se fundamental no processo de ressocialização, visto a intensidade com que o adolescente vivencia o espaço institucional. Desestigmatizar esse entendimento do espaço institucional como uma ‘prisão’ e trazer diretrizes possíveis para espaços arquitetônicos mais humanizados e condizentes com o papel da ressocialização é objetivo deste trabalho, que se intenta um código, ou um conjunto de ações possíveis no campo da arquitetura e urbanismo. O presente Trabalho de Conclusão de Curso, pretende, assim – através dos estudos de ambiência institucional – promover diretrizes arquitetônicas que possam promover o bem-estar socioespacial do adolescente em processo de ressocialização. Busca-se, através da contextualização histórica e teórica, além das análises com vistas à produção de diretrizes, a construção do conhecimento para melhor entendimento do ambiente institucional e a produção de um trabalho redigido que possibilite a consulta futura de diversos arquitetos e urbanistas, formados ou em formação.

Palavras-chave: ressocialização; adolescentes; instituição socioeducativa; arquitetura.

ABSTRACT

Since it was instituted in 1990, the Statute of Children and Adolescents (ECA) represents a major advance in the debate regarding the resocialization of adolescents who commit criminal acts, however, studies have highlighted how difficulties in the practical implementation of normative provisions, being the target of Several ways seeking to remodel it towards a more humane treatment, not only referring to socio-educational measures, but also to the spatial quality of the destruction to the fulfillment of internment measures. It is noticeable that the environment we live in exerts influence on the construction of our personal identity and our moral values, becoming fundamental in the resocialization process, given the intensity with which adolescents experience the institutional space. De-stigmatizing this understanding of institutional space as a ‘prison’ and directing possible architectural spaces to more humanized and consistent with the role of resocialization is the objective of this work, which aims at a code, or a set of possible actions in the field of architecture and urbanism. This course completion work intends, thus - through studies of institutional ambience - architectural norms that can promote the socio-spatial well-being of adolescents in the process of re-socialization. Through the historical and theoretical contextualization, in addition to the analysis with a view to the production of guidelines, the aim is to build knowledge for a better understanding of the institutional environment and the production of written work that enables future consultation of several graduated architects and urban planners. or in training.

Keywords: resocialization; teenagers; socio-educational institution; architecture.

Lista de Figuras

Figura 1: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil
Figura 2: Centro de Acolhimento do DEGASE com superlotação. Fonte: Macia Foletto
Figura 3: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil
Figura 4: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil
Figura 7: Planta da casa de correção de San Michele, celas voltadas para parte central para maior vigilância. Fonte: Johnston, 2000.
Figura 8: Disciplina na hora de dormir em Mettray. Fonte: Foucault, 2007.
Figura 9: Prisão Colônia de Mettray. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Mettray_Penal_Colony Acessado em maio de 2021.
Figura 10: Pátio da Unidade do Tatuapé. Fonte: Revista do Brasil – Edição 01
Figura 11: Imagens flagram 632 internos onde só cabem 62. Fonte: Folha de São Paulo
Figura 12: Fonte: <http://www.benedettiadvocacia.com.br/> Acessado em 21/07 de 2021.
Figura 13: Mapa das unidades no Brasil em 2012
Figura 14:
Figura 15: Para Foucault a vigilância é um instrumento para poder e disciplina. Fonte: Universo da Filosofia
Figura 16: Esquema do Panóptico. Fonte: Wikipédia
Figura 17: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil
Figura 18: Mapa de Localização, autoria própria.
Figura 19: Mapeamento de Manifestações
Figura 20: Mapeamento dos Fluxos
Figura 21: Volumetria e Sombras
Figura 23: Fonte: Archdaily

Figura 24: Fonte: Archdaily
Figura 25: Fonte: Archdaily
Figura 26: Fonte: Archdaily
Figura 27: Fonte: Archdaily
Figura 28: Fonte: Archdaily
Figura 29: Fonte: Archdaily
Figura 30: Planta do Segundo Pav. Fonte: Archdaily
Figura 31: Planta do Pav. Térreo. Fonte: Archdaily
Figura 32: Percurso realizado para a visita Institucional. Fonte: Heros Monteiro
Figura 33: Planta Baixa da Casa-Lar.
Figura 34: Implantação da Aldeia Infantil SOS Brasil - Manaus.
Figura 35: “Está a é a liberdade que nos trouxeram.” Tammam Azzam, Artista Sírio.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quanto à medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade os aspectos físicos considerados referem-se ao local de cumprimento da medida socioeducativa. Fonte: SINASE, 2006 p. 57-58 (verificar se está na lista de figuras).
Tabela 2: Tabela do Desenvolvimento Psicossocial do Adolescente. Fonte: Neinstein L.S. Adolescent Health Care. A practical guide. Third Edition, 1996
Tabela 3: Programa dividido em setores.
Tabela 4: Síntese dos Conceitos
Tabela 5: Aplicabilidade dos conceitos e compreensão das dinâmicas espaciais.

Lista de Siglas

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente
CMNP - Conselho Nacional do Ministério Público
DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor
LASC – Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura / PROARQ / UFRJ
ONU - Organização das Nações Unidas
PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
SAM - Serviço de Assistência ao Menor
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos
SINASE - Sistema de Atendimento Socioeducativo
TRJ - Tribunal do Rio de Janeiro
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICEF - Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL	22
2.1 Os primeiros locais designados para apreensão de crianças e adolescente.....	24
2.2 A Evolução dos espaços de internação no Brasil.....	26
2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	27
2.3.1 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	27
3.2 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.....	31
3 FUNDAMENTAÇÃO PARA UMA DESESTIGMATIZAÇÃO	34
3.1. O conceito de Panóptico e o cerceamento de liberdades.....	34
3.2 Corpo e Atenção à criança e ao adolescente.....	37
3.3 Ambiências sensíveis e a Empatia Espacial.....	38
3.3.1 Apropriação e Apego.....	39
3.3.2 Estresse ambiental.....	39
3.3.3 Habilidade (espacial).....	40
4 METODOLOGIA	44
4.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	44
4.1.1 Revisão Histórica.....	44
4.1.2 Legislação Brasileira.....	44
4.1.3 Panorama do Sistema Socioeducativo Brasileiro.....	44
4.1.4 Espaço, Poder, Ambiências e suas relações.....	44
4.2 Pesquisa Empírica de Viés Etnográfico.....	45
4.3. Análise do discurso em estudos de caso realizados.....	45
5. ANALISES	48
5.1 Análise das Unidades visitadas.....	48
5.1.1 Narrativa da visita às unidades.....	52
5.3 Análise dos Aspectos Ambientais nas Unidades Visitadas.....	57

6. DIRETRIZES PROJETUAIS	60
6.1. Referências.....	60
6.2 Diretrizes para um Projeto de espaço socioeducativo com internação.....	66
Conclusões Finais.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71



Figura 1: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil

Dedico este trabalho a todas os/as adolescentes que estão passando ou passaram por medidas socioeducativas de privação de liberdade, e também aos futuros projetistas que serão responsáveis por esses projetos, desejando que sempre olhem além do estigma.

Epígrafe

*“A palavra progresso e educação não terá qualquer sentido
enquanto houver crianças infelizes.”*

Albert Einstein



Figura 2: Centro de Acolhimento do DEGASE com superlotação. Fonte: Macia Foletto

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se iniciou a partir de questionamentos sobre as configurações espaciais atuais das Unidades Socioeducativas no Brasil, instituições de internação destinadas a adolescentes em conflito com a lei, e que deveriam cuidar do tratamento e da ‘reabilitação’ de menores intitulados “infratores”. Além do interesse na análise das configurações espaciais e mapeamento de diretrizes outras que as atuais – e que explorem toda a dimensão desse tema, objetivo geral dessa pesquisa monográfica, a pouca ou nenhuma literatura sobre as exigências programáticas e sociais, em relação às necessidades de crescimento integral, justo e humano das crianças e adolescentes que vivem esse tipo de instituição, chamou atenção e promoveu o desenvolvimento desta pesquisa no campo arquitetônico.

A redução da maioria penal, pauta do novo cenário político brasileiro, chamou atenção por conta das más condições das instituições socioeducativas que infringiam, em muito, a política de proteção à criança e ao adolescente prevista na ainda na constituição. Inicialmente o objetivo desse trabalho de conclusão de curso era projetar uma unidade socioeducativa que respondesse melhor às necessidades de todos os atores envolvidos no processo socioeducativo, proporcionando

melhor qualidade espacial e de vida para os adolescentes que ali se encontrariam.

Instaurou-se, então, desde 2019 como ponto de partida das pesquisas em TFG1, um grande processo de estudo e viabilidade que permitiu entender, em parte, toda complexibilidade que envolve o tema. Como resultado desse estudo chegou-se à conclusão que a implementação de um projeto que destoasse das diretrizes que regulamentam a implementação de uma unidade socioeducativa proporcionaria um projeto ainda distante da realidade vivenciada no Brasil, e que a construção de referenciais teóricos e projetuais – antecedendo a proposta projetual, poderiam reforçar uma construção epistemológica essencial para a consulta de futuros estudantes sobre o tema, definindo assim uma nova abordagem de trabalho, ainda que as atuais diretrizes do SINASE representem um grande avanço social e arquitetônico, estando sujeitos a aprimoramentos.

A legislação que hoje trata da internação desses jovens foi evoluindo ao longo dos anos e, assim como em diversos países, no Brasil já se entende que a forma de tratar crianças e adolescentes autores de ato infracionais não deve ser efetuada da mesma forma e rigor que com adultos, em sistemas penitenciários tradicionais. A mudança foi instituída no país com a Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Criança

Adolescente – ECA, (lei 8069/90).¹

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca (lei 8.069/90), adolescente é o indivíduo (entre 12 e 18 anos incompletos). A menoridade, atenuante criminal, compreende a criança e ao adolescente como elemento vulnerável, que é influenciado pelo meio em que vive, em fase de transição entre a infância e a vida adulta. Quando o jovem comete um ato infracional, conduta descrita como crime no Código Penal Brasileiro, está sujeito a aplicação de medidas socioeducativas. A privação de liberdade em unidade socioeducativa de internação é uma dessas medidas, que só deve ocorrer em último caso.

No Brasil, toda medida socioeducativa tem finalidades de: (1) sanção de uma conduta infratora para conscientização e (2) a integração social garantindo os direitos individuais do adolescente, para evitar a reincidência de atos infracionais.

Deste modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA vem regulamentar uma série de normas que visam a proteção Integral à criança e ao adolescente, determinando que os programas socioeducativos disponibilizem para os jovens serviço de saúde, alimentação, educação, profissionalização, lazer, assistência jurídica, segurança, atendimento psicológico, além de assegurar lhes, a convivência familiar

¹ <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-07/educacao-e-o-grande-desafio-de-criancas-e-jovens-nos-31-anos-do-eca#>

e comunitária.

Já o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE avança um pouco mais nesse aspecto apenas do atendimento as medidas socioeducativas, esboça um maior detalhamento das características físicas das instituições de internação. Configura-se no “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa.” (SINASE, pp.23). Orientou-se pela Constituição Federal e os demais documentos apresentados anteriormente.

Atentando para essas questões, ficou claro que seria necessário intervir arquitetonicamente num programa mínimo de necessidades que pudesse demonstrar a atuação do arquiteto e urbanista nos espaços físicos de tais edifícios, e também as relações formativas, inclusivas e humanísticas dessas instituições. O trabalho originário de TFG1, que buscava implementar um edifício como Unidade Socioeducativa no Rio de Janeiro, Ilha do Fundão, mostrou-se ineficaz uma vez que o tema é muito novo, abrangente e cheio de peculiaridades, e a delimitação de uma volumetria, implantação e diálogo com o meio urbano não encontrava palco de desenvolvimento suficiente para sua realização.

Por isso, a opção por apresentar este volume de ênfase teórica visa ampliar o arcabouço nesse tema e construir caminhos possíveis para diversos arquitetos e urbanistas, em seu tempo, através de diretrizes projetuais.

Como observado por meio de visita realizada a unidades de ressocialização no Rio de Janeiro, como parte da pesquisa de viés etnográfico deste trabalho (e parte de uma observação passiva), e os dados do SINASE, quase todas as unidades brasileiras se encontram instaladas em edifícios adaptados ao uso institucional, o que já as torna inadequadas, perpetuando a tipologia das instituições prisionais, sem qualquer preocupação na diferenciação do ou com a construção de um espaço capaz de contribuir para a reinserção social desses jovens. De igual modo, o conceito de Empatia Espacial (DUARTE, PINHEIRO ET AL., 2016), entendido como uma das condicionantes de adesão e integração às ambiências, como explorado pelo grupo LASC/PROARQ/UFRJ², não se consolida, pois em espaços físicos onde a interação social é desprovida de subterfúgios à liberdade individual ou ao crescimento coletivo não é possível criar identidade – e este é um dos pontos de maior repulsa observado.

A superlotação também é um sério problema, junto a reincidência dos jovens, uma mensagem clara de que novas formas de aplicar a sanção/Socioeducação devem ser exploradas.

² <http://lasc.fau.ufrj.br/> (grupo de pesquisa registrado no Diretório do CNPq).

Como assegurar direitos quando um alojamento, projetado pra 4 adolescentes chegou a comportar até 20, relato feito por um agente socioeducativo durante a pesquisa. As medidas de afastamento social parecem um desafio maior ainda que só tornam o problema mais complexo.

Fica claro, assim, que a resposta projetual para um edifício que se preze à ressocialização de jovens “infratores” não termina com a definição de parâmetros mínimos, já que o mínimo não garante a qualidade desses ambientes responsáveis, em parte, pelo processo socioeducativo. E o Brasil ainda mantém em funcionamento modelos herdados dos antigos Serviços de Assistência ao Menor (SAM -1941) e da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM – 1964), considerados ultrapassados por apresentarem forte caráter prisional, proibido pelo estatuto, além de perpetuarem estigmas pela sociedade brasileira. Projetar um edifício, sem esclarecer tais pontos, poderia ser um problema ainda maior.

Todos esses motivos reforçam a importância deste trabalho com ênfase teórica, que busca sanar e construir caminhos possíveis para a projeção de Unidades Socioeducativas, por meio do elenco de diretrizes de projeto arquitetônico, condizentes com as necessidades reais de crianças e adolescentes no Brasil, e prover um guia para a concepção adequada do projeto arquitetônico.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é **demonstrar a importância das configurações espaciais destinadas à internação de adolescentes em conflito com a Lei Brasileira, por meio da construção de diretrizes projetuais que possam auxiliar um projeto arquitetônico favorável à completude do processo socioeducativo.**

Os Objetivos Específicos são:

- entender as relações de privacidade e funcionamento nas dimensões do espaço de uso individual e coletivo;
- elencar os elementos arquitetônicos eventualmente existentes que dificultam o processo socioeducativo;
- propor diretrizes que possam favorecer o processo socioeducativo e de ressocialização;
- identificar estratégias de adequação dos ambientes físicos e socioculturais, por meio da relação com as ambiências.



Figura 3: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil

Por sua vez, a estrutura deste trabalho permite esclarecer os procedimentos adotados para chegar em tal objetivo geral. **No Capítulo 1 – Introdução**, este que se apresenta, são apresentados o tema, a justificativa e relevância do estudo proposto, assim como os objetivos a serem alcançados.

No Capítulo 2 - Contextualização Histórica e Documental, dividido em duas partes, serão delineados o caráter sócio-histórico, com apresentação de um breve histórico do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, e o caráter jurídico, com apresentação da legislação pertinente em vigor no Brasil.

O Capítulo 3 – Fundamentação para uma Desestigmatização discorrerá sobre as relações de poder que permeiam os ambientes, trazendo a conceituação do panóptico e a relação Pessoa- Ambiente, percorrendo aspectos de ambiências e empatia espacial.

No Capítulo 4 – Metodologia, serão apresentados os procedimentos e etapas de pesquisas adotados, a fim de fomentar o entendimento do ambiente físico e a relação que os adolescentes estabelecem com o ambiente de institucional de internação. Tendo como objetivo a sinterização e análise dos dados levantados.

O Capítulo 5 – Análises, será destinado a apresentar dois estudos de caso, analisando suas particularidades de acordo com a conceituação apresentadas ao longo da pesquisa, apontando elementos que dificultam

o processo socioeducativo e identificando estratégias de adequação dos ambientes físicos, por meio de referências e diretrizes traçadas. Bem como a pesquisa comparada, por meio de análise do discurso de outra pesquisa realizada, usa dois estudo caso feito pela pesquisadora Elena Maria Duarte de Oliveira, na Universidade Federal de Santa Catarina, em sua Dissertação no programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo sob o título: Por Uma Arquitetura Socioeducativa Para Adolescentes Em Conflito Com A Lei: Uma Abordagem Simbólica Da Relação Pessoa-Ambiente em 2008.

O Capítulo 6 – Diretrizes apresentará as referências programáticas, arquitetônicas e conceituais que ajudaram a construir as diretrizes também contidas neste capítulo.

As **Conclusões** trarão os encaminhamentos e as descobertas baseadas no cruzamento dos dados referentes aos estudos de caso e às referências teóricas e projetuais, e serão concretizados por um conjunto de diretrizes, cuja formulação gráfica tem função de instruir e demonstrar possibilidades de espaços humanizados (e, possivelmente, mais afetivos) para a finalização de toda esta pesquisa e a democratização das informações com futuros leitores.

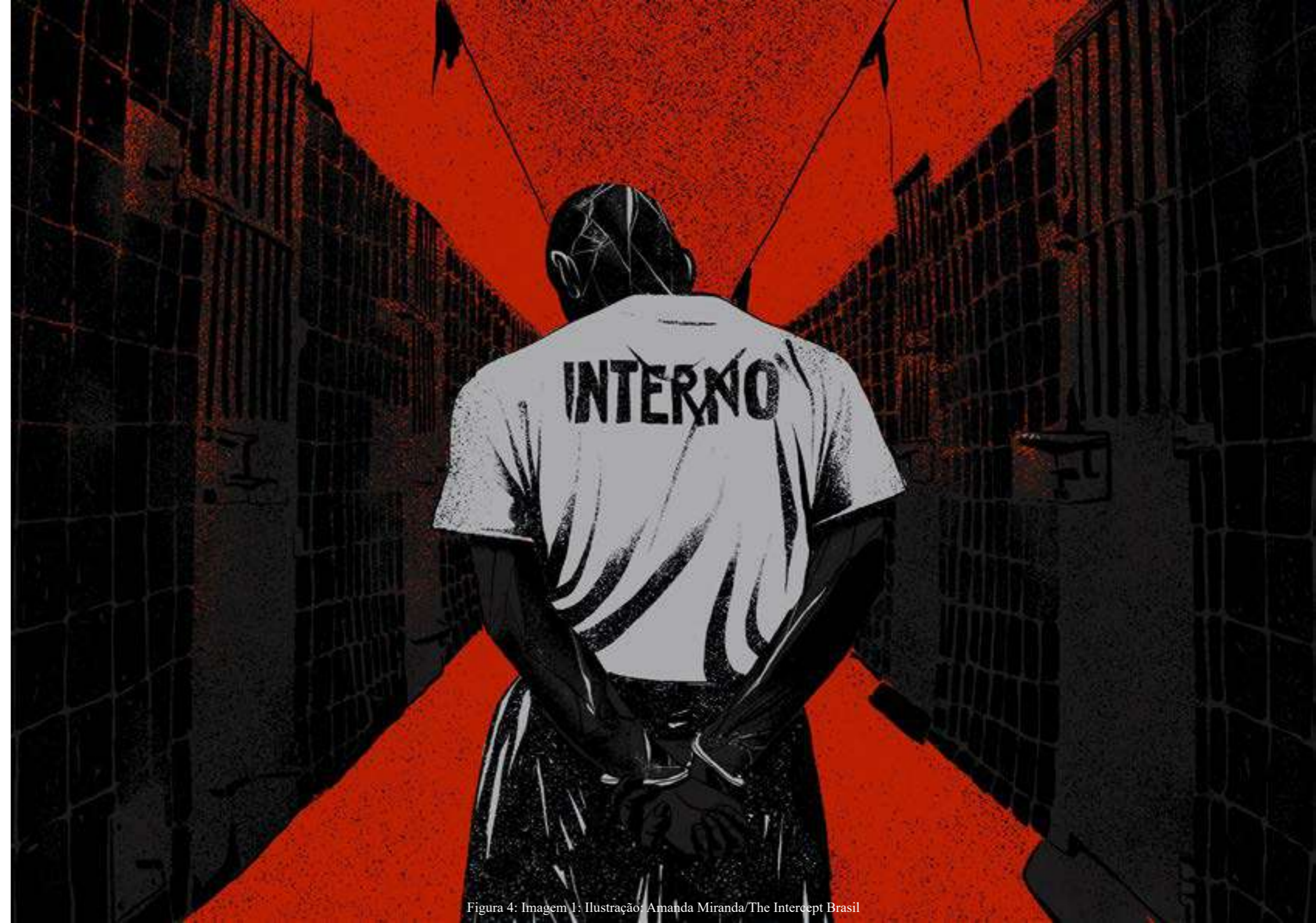


Figura 4: Imagem 1: Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil

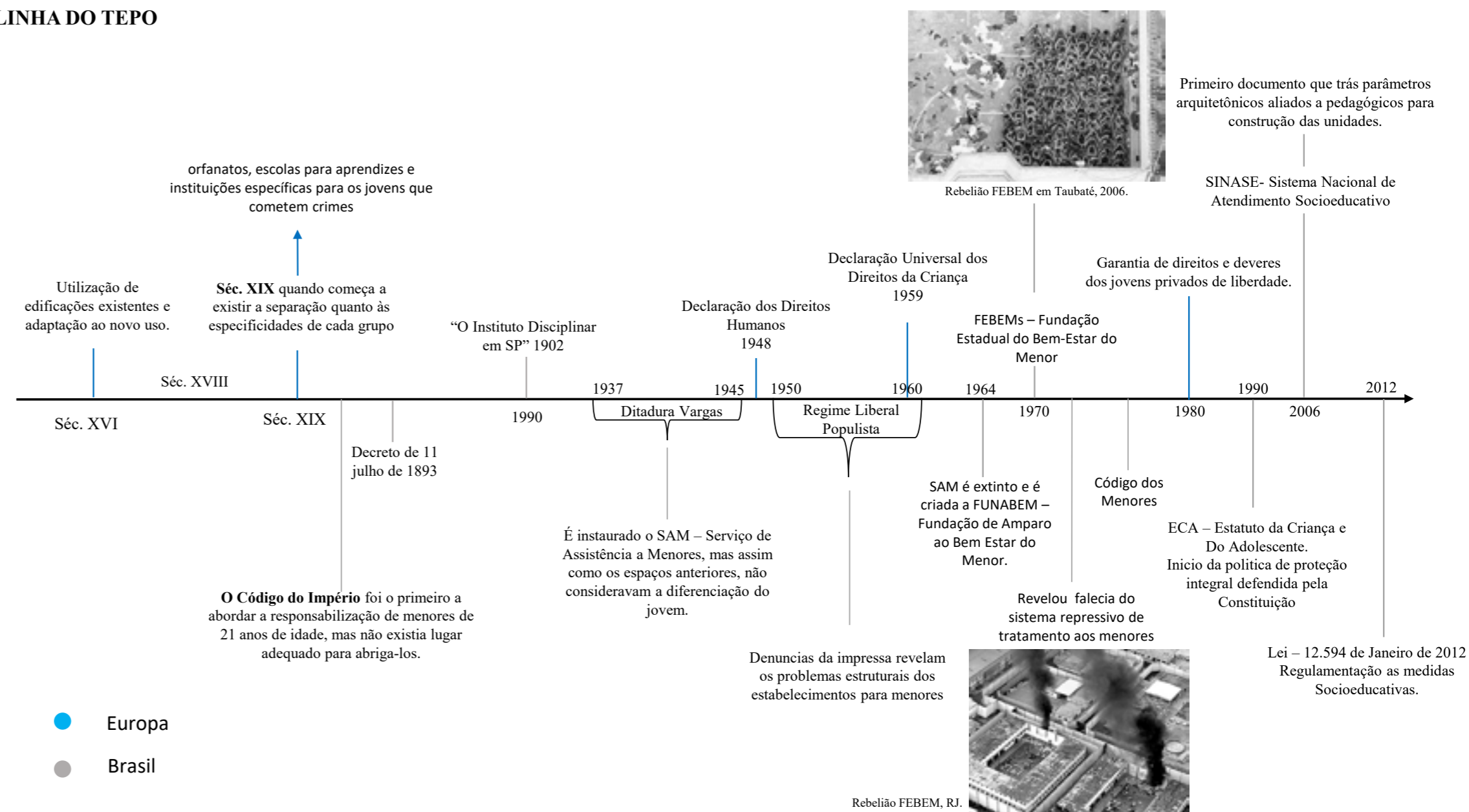
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL

No Brasil, até pouco tempo, crianças e adolescentes eram colocados no mesmo local que pessoas adultas que cometiam crimes e conviviam num ambiente de verdadeira promiscuidade (SOUZA, 2011). As mudanças ocorridas no cenário internacional apesar das diferenças entre darás, repercutem em nosso território onde podem se destacar determinadas fases.

Segundo (JOHNHTON, 2000), os espaços destinados as crianças e adolescentes que cometiam atos infracionais distintos dos quais separavam os adultos tem seus primeiros registros na Europa, com as Casas de Correção no Século XVI.

Neste capítulo será delineado o panorama histórico dos espaços de encarceramento destinados ao abrigo de adolescentes em conflito com a lei até a ratificação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. Foram considerados aspectos políticos em relação aos defeitos fundamentais humanos e seus desdobramentos na arquitetura voltada a esses espaços.

LINHA DO TEPO



2.1 Os primeiros locais designados para apreensão de crianças e adolescente

Os primeiros locais designados a crianças e adolescentes que cometiam ato infracional surgem no século XVI com as Casas de Correção na Europa. Esses espaços bem como as unidades prisionais da época, eram implantados em edifícios já existentes como conventos, hospícios e hospitais. Sendo o espaço adaptado ao novo uso, não existindo edifícios para tais finalidades na época. As casas de Correção destinadas não só as crianças e adolescentes que infringiam a lei, mas também a mendigos, mulheres da vida e órfãos.

No ano de 1589, em Amsterdã, a corte se opôs a sentença de morte imputada a um jovem de 16 anos que havia roubado, dando início a reflexão sobre as formas de punição para menores que pudessem resgatá-los, disciplinando-os a mudar de vida.

As primeiras instituições construídas para a apreensão dos jovens surgem no século XVIII e XIX, ainda assim não existia qualquer distinção, fossem eles abandonados, infratores ou órfãos.

A casa de Correção de San Michele em Roma, construída em 1705, possivelmente foi o primeiro edifício destinada a tal uso. O edifício tem muitas semelhanças com unidades prisionais da época como: planta retangular, com celas que se voltam para um grande pátio central onde acontecem todas as atividades.

Segundo (JOHNSTON, 2000), o arquiteto Carlos Fontana, se inspirou no conceito do panóptico de Bentham, utilizando a arquitetura como instrumento de disciplina baseada na vigilância, sendo possível monitorar todas as celas a partir dos corredores.

São criadas no século XIX, as primeiras colônias para apreensão de crianças e adolescentes. A Colônia de Mettray, fundada em 1840 na França, foi uma prisão destinadas aos jovens condenados, onde eram também detidos menores que tinham sido citados, mas em seguida absolvidos, e jovens que enviados pelos pais para correção, (FOUCAULT,

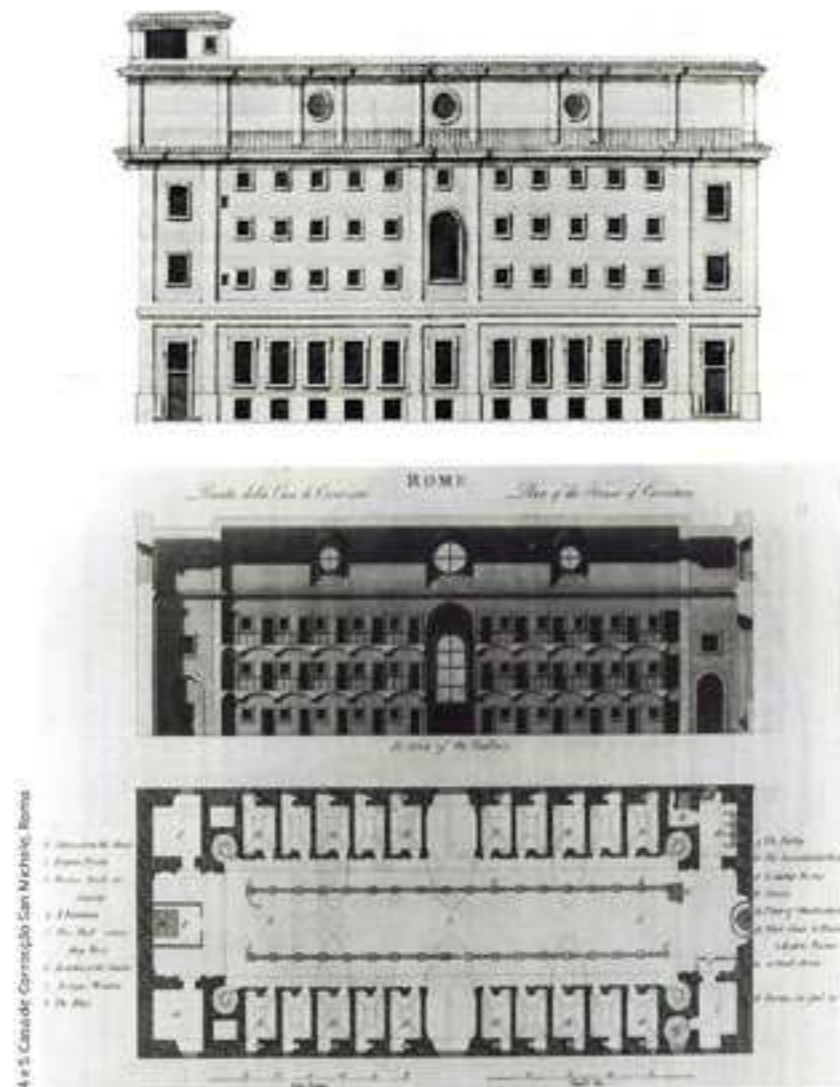


Figura 7: Planta da casa de correção de San Michele, celas voltadas para parte central para maior vigilância. Fonte: Johnston, 2000.

2007).

Mettray se destacava pela “forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento.” (FOUCAULT, 2007, p. 243.)

Mettray era uma instituição exclusiva para jovens, onde aparentemente não havia separação quanto ao cometimento de crime, visto que eram enviados por seus próprios familiares jovens para disciplinarização.

Em Mettray, o limite de sua implantação não ocorria com muros ou cercas, tais estruturas foram substituídas por casas que se distribuíam em torno de uma igreja central, tal como mostra a figura 08.

No início do século XIX, quando se começa a existir separação quanto às especificidades de cada grupo podemos identificar a terceira fase. São construídas novas instituições destinadas a usos cada vez mais específicos, que se utilizam das estratégias punitivas, tal como Foucault, (2007. P.247).

Pela primeira vez, os espaços passam a serem pensados de forma diferenciadas, de acordo com as especificidades de cada grupo, tais como: orfanatos, escolas para aprendizes e instituições específicas para os jovens em conflito com a lei, surgindo nessa mesma época a justiça de menores.

Com as horrorizadas realizadas na Segunda Guerra Mundial, começa-se a dar importância a garantia dos direitos humanos e a necessidade de renovação das leis existentes que culminam na Declaração dos Direitos humanos, em 1948, fazendo a distinção dos espaços ganharem força.

A partir dessa nova visão humanista, vários tratados e convenções internacionais surgem referenciados aos direitos humanos, dentre eles os que envolvem crianças e adolescentes.

Em 1959, A Assembleia geral da ONU aprova a declaração Universal dos Direitos da Criança, e a partir de 1980 os tratados e convenções que envolvem crianças e adolescentes ganham forças, inclusive os que consideravam a garantia dos direitos dos jovens provados de liberdade.



Figura 8: Disciplina na hora de dormir em Mettray. Fonte: Foucault, 2007.



Figura 9: Prisão Colônia de Mettray. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Mettray_Penal_Colony Acessado em maio de 2021.

As mudanças ocorridas no cenário internacional também obtiveram reflexos no Brasil, visto a diversas mudanças que ocorreram em nossa legislação ao longo da história e modificaram as formas de pensar esses espaços.

2.2 A Evolução dos espaços de internação no Brasil

Com o Código Criminal do Império de 1830, tem-se o primeiro indício de distinção de tratamento entre jovens e adultos, onde foi o primeiro documento a abordar a responsabilização de menores de 21 anos de idade, mas ainda não existiam locais distintos para abrigá-los.

Com o início da República, os centros urbanos começam a crescer devido a industrialização e para a modernidade dos centros urbanos foi adotado uma política de limpeza, na qual se consistia em expulsar: os pobres, os abandonados e os mendigos das ruas. Existia então a necessidade de espaços para abrigar os excluídos, recuperando-os para produzir uma geração mais sadia. Entre eles estavam os menores, que se destacavam, pois representavam a “futura” geração. (COELHO, 2006).

O decreto de 11 de julho de 1893 viabiliza a criação das instituições destinadas aos jovens delinquentes e aos abandonados.

As primeiras casas de correção surgiram no Rio de Janeiro e em São Paulo, criou-se em 1902 a primeira instituição para abrigar jovens: o Instituto Disciplinar de São Paulo. Esta instituição tinha como objetivo corrigir e punir a criança e o adolescente que cometesse delitos.

Em 1942, no Rio de Janeiro, surge o Sistema de atendimento do Menor (SAM), baseado no Código de Menores de 1927 que regulamentava a necessidade de educar, disciplinar física moral e civicamente os menores em conflito com a lei, esse sistema ainda mantinha o agrupamento de jovens que passam por situações de exclusão diferentes (OLIVEIRA, 2008)

Seu modelo, semelhante ao sistema penitenciário, sem expandiu por todo país, nas décadas de 1950 e 1960, “as denúncias de uma ou outra

autoridade e da imprensa demonstravam que os problemas estruturais das instituições de internação haviam permanecido” (RIZZNI, p. 20). Com a instauração do regime militar, nos anos 60, o SAM caiu em decadência e em 1964 foi criada a FUNABEM – Fundação de Amparo ao Bem estar do Menor, e da Fundação Estadual do Bem Estar e do Menor – FEBEM como uma tentativa de reestruturar o sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Esse novo modelo traz a disciplina militar dentro do internato e separou efetivamente as instalações destinadas a adolescentes, entretendo as unidades ainda são marcadas pela repressão e assistencialismo.



Figura 10: Pátio da Unidade do Tatuapé. Fonte: Revista do Brasil – Edição 01



Figura 11: Imagens flagram 632 internos onde só cabem 62. Fonte: Folha de São Paulo

De acordo com Oliveira, não houve mudanças físicas das unidades, tendo a FEBEM herdado as instalações da SAM mantendo as características opressoras e de difícil visibilidade dos acontecimentos de seu interior. Resultando sua falência em 1964.

Com o fim da Ditadura Militar, a sociedade e o estado se tornam grandes responsáveis pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes, observando sua condição especial de ser em desenvolvimento e, assim, sua vulnerabilidade. A proteção ao menor torna-se um dever social. Resultando no Art. 227 da constituição Brasileira de 1988:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

Posteriormente, em 1990 é regulamentado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e em 2006 o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Para melhor compreendermos as questões que envolvem o processo socioeducativo, faz-se necessário o entendimento dos deveres e direitos contidos na atual legislação brasileira. A seguir será apresentado e analisado o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

2.3.1 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente surge com o objetivo de romper a política assistencialista e repressora anterior e se baseia na doutrina de proteção integral defendida na Constituição Federal de 1988.¹

O Estatuto vem regulamentar uma série de normas que visam “a proteção integral à criança e do adolescente” Atr. 1º. Aborda questões referentes aos direitos da criança e do adolescente desde o pré e perinatal até sua maturidade. Passando por temas relacionados a convívio familiar e social, à alimentação, ao lazer, à educação, à liberdade, ao respeito e dignidade. Chegando até as questões referentes ao abandono e aqueles que cometeram algum tipo de ato infracional, adotando a Medida Socioeducativa.

Em seu Art. 2º considera-se criança, a pessoa de doze anos de idade incompletos, e o adolescente entre doze e dezoito anos incompletos.

No que diz respeito à infração juvenil, o Estatuto formalizou o novo pensamento desenvolvido pelos documentos da ONU através de uma série de medidas socioeducativas que seriam adotadas como forma de promover a reinserção do adolescente em sociedade, por meio de estratégias que evitassem ao máximo a sua internação. (OLIVEIRA, 2008)

¹ <http://jornalperiscopio.com.br/site/artigo-ecca-31-anos-as-conquistas-dos-direitos-infanto-juvenis/>



Com o surgimento do Estatuto, o adolescente deixou de ser preso e passou a ser apreendido, entre outras expressões foram abolidas, tais como: menor infrator, delinquente, abandonado, menor em situação irregular. Essas são substituídas por Criança e Adolescente, sem qualquer distinção. A mudança passa a ser não apenas na nomenclatura dada aos adolescentes e às unidades, mas sim a aposta em um novo modelo baseado na educação como forma de inserir o jovem na sociedade.

A partir do Estatuto, o adolescente passou a não mais cumprir pena, mas sim **Medidas Socioeducativas, definidas pelo Artigo 112 como não privativas de liberdade que são:**

Advertência: constitui admoestação verbal que posteriormente será reduzida a termo e assinada;

Obrigação de Reparo do Dano: aplicada no caso de infração que resulte em perdas patrimoniais; a autoridade pode então determinar que o jovem adolescente restitua, promova o ressarcimento do dano, ou compense o prejuízo da vítima;

Prestação de Serviços à Comunidade: cabe ao jovem, dentro de suas aptidões, a “realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.” (Art. 117);

Liberdade Assistida: o adolescente já fica com a sua família, porém tem que prestar contas semanalmente de suas atividades e de sua conduta;

Remissão: pode ser concedida pelo representante do Ministério Público, “como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.” (Art. 126).

As privativas de liberdade, que são classificadas em dois tipos de internação:

Semiliberdade: pode ser adotado desde o início ou como transição da internação para o meio aberto, e consiste na realização de atividades externas de escolarização e profissionalização, devendo o semi-interno voltar para dormir na instituição;

Internação: Consistem em medida privativa de liberdade, podendo ser dividida em internação permanente, e internação provisória, por um período de até 45 dias, até que o juiz decida se o jovem vai para a internação permanente ou cumprirá outra medida socioeducativa.

Assim, o interno pode realizar atividades externas a critério da equipe técnica da entidade, desde que não haja medida judicial contrária a isso. O prazo de internação deve ser avaliado a cada 6 meses e o período de internação não poderá ultrapassar 3 anos. Ao fim desse período, ou por determinação jurídica, o interno “deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.” (Art. 121, §4º). O interno tem liberdade compulsória ao completar 21 anos. Essa medida deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do destinado ao abrigo, devendo obedecer a uma rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e tipo de infração cometida, como especifica o art 123.

O documento estabelece no art. 124 os direitos dos adolescentes internados no que se refere à escolarização, tratamento humanizado, assegurando a saúde, educação regular, profissionalização, tratamentos físicos e psicológicos necessários, assim com elenca o quadro de funcionários e suas funções. Ressalta ainda que somente em casos extremos podem ser aplicadas medidas que retiram o jovem do convívio social, determinando que nestes casos ao Estado compete “zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas

adequadas de contenção e segurança.” (ECA, Art. 125). Enfatiza que “a internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.” (ECA, Art. 185), sem, no entanto, especificar o que caracterizaria uma edificação como tal.

O ECA expressa em seus artigos questões que retratam preocupação com a necessidade de um espaço arquitetônico específico para o desempenho das atividades pedagógicas:

Art. 123 (...) Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124 (...)

VII – receber visitas, ao menos semanalmente; (...)

X – habitar alojamentos em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI – receber escolarização ou profissionalização;

XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; (...)

XV – manter a posse de seus pertences pessoais e dispor de local seguro para guarda-los (...) (Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

Os artigos citados acima nos trazem elementos que o Estatuto, mesmo que de forma implícita, revelam pela primeira vez a necessidade de se pensar no espaço arquitetônico de uma unidade de internação.

Ao definir práticas de atividades pedagógicas, profissionalizantes, escolarização, ambientes salubres e higiênicos, se desenha preliminarmente a necessidade de um programa mínimo.

O que revela mais uma vez a necessidade de se pensar o projeto arquitetônico levando em conta a criação de espaços que contribuam na efetividade das propostas pedagógicas e na aplicação das medias socioeducativas.

É fato que assegurar o direito constituído de adolescentes privados de liberdade é dever constitucional. Em cenário de Pandemia, que passamos a enfrentar em 2020-21, essa necessidade se torna ainda maior, exigindo ações de prevenção para assegurar não somente a saúde do adolescente, mas igualmente de todos os envolvidos no processo socioeducativo.

Segundos dados do Levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e setembro de 2019 havia no Brasil cerca de 18.086 adolescentes em privação de liberdade por tempo indeterminado, em 330 unidades socioeducativas em todo território nacional e apenas 16.161 vagas. Também de acordo com o Levantamento do Tribunal do Rio de Janeiro, o estado dispõe de 891 vagas de internação por tempo indeterminado, ao início de julho de 2019 possuía em seu sistema 1645 internos. Os números não param de crescer, e a distorção entre o número de adolescentes e de vagas deixa evidente.

A dificuldade em promover as relações e vínculos familiares e comunitários também chamam atenção para outros problemas, a saúde mental dos adolescentes internados e a descaracterização da Socioeducação.

A privação de liberdade por si só já é uma situação de vulnerabilidade, somada a pandemia e a realidade do sistema atual, seus efeitos poderão ser altamente desastrosos para os adolescentes e todos os envolvidos no processo socioeducativo.

Segundo o perfil levantado pela UFF/DEGASE o perfil dos adolescentes internados não varia muito, sendo a maioria proveniente de classe de renda baixa, com sérios problemas no núcleo familiar.²

Mesmo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor há 31 anos, há indícios que as mudanças na legislação não alteraram a realidade das unidades, muitas delas possuem dificuldade em atender esse propósito, sofrendo com graves problemas administrativos, financeiros e de infraestrutura, como comprovado por uma das etapas metodológicas deste trabalho, por método etnográfico: a observação participante realizada em 22/07/2019 à Unidade Dom Bosco.

² O RJ possui ao todo 9 unidades de internação, e todas se encontram lotadas, onde em cada 10 indivíduos 9 já tem passagem, 7 não estudavam no momento da apreensão e 8 pertencem a faixas criminosas. Fonte: DEGASE

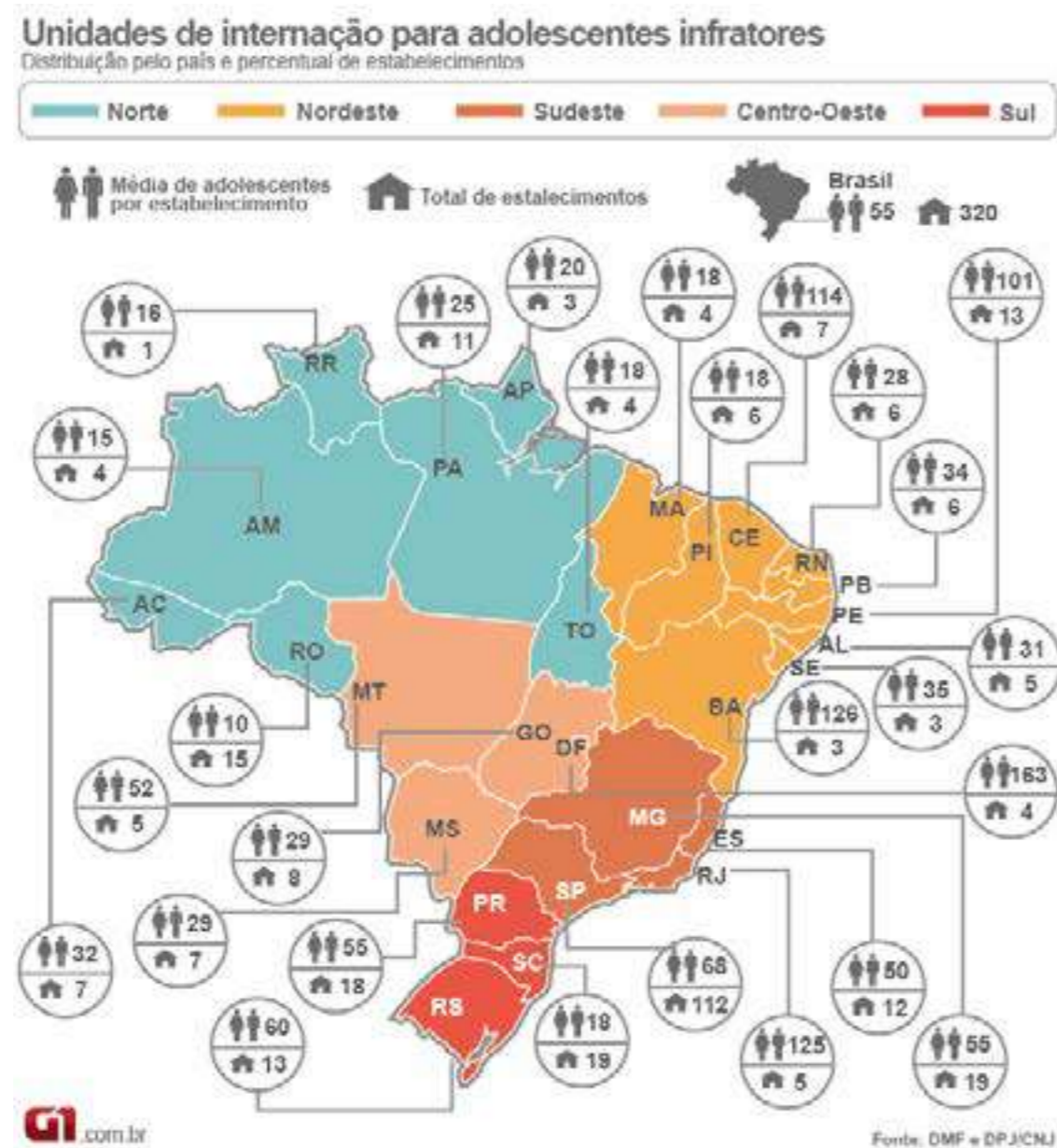


Figura 13: Mapa das unidades no Brasil em 2012

3.2 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Durante o ano de 2002, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescentes – CONANDA e a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH entre outras entidades, realizaram encontros estaduais, regionais e nacionais com o objetivo de elaborar parâmetros e diretrizes para a adoção de medidas socioeducativas.

No ano de 2004, o SEDH e o CONANDA, juntamente com o fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, estabeleceram estratégias de ações e compilaram os dados num documento intitulado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. O documento foi aprovado pelo CONANDA em julho de 2006, mas, desde 2004, vem sendo utilizado como parâmetro para a construção de novas unidades.

O SINASE é o primeiro documento a inserir o conceito de Arquitetura Socioeducativa, trazendo em seu rol, parâmetros arquitetônicos aliados com parâmetros de gestão pedagógica para a construção de edificações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, deixando claro a importância do ambiente institucional para o processo de ressocialização.

Ressalta que este deve promover o desenvolvimento pessoal e social do jovem sendo necessária para isso a adequação do espaço físico e da organização espacial, funcional, assim como dos materiais e equipamentos utilizados, ao projeto pedagógico. Entende que as características físicas do espaço interferem “na forma e no modo de as pessoas circularem no ambiente, no processo de convivência e na forma de as pessoas interagirem, refletindo, sobretudo, a concepção pedagógica, tendo em vista que a não observância poderá inviabilizar a proposta pedagógica.” (SINASE, 2006, pág.58).

Nesses termos, o SINASE é uma continuidade do ECA, uma vez que deixa claro e mais específico a importância do contexto institucional para o sucesso da ressocialização dos jovens (OLIVEIRA, 2008).

O SINASE é um projeto de lei, mas pode-se dizer que o documento já se configura como uma política pública baseada em medidas socioeducativas para o tratamento de jovens em conflito com a lei.

Apesar disso, é importante destacar que os arquiteto e engenheiros não participaram das primeiras discussões sobre a proposta pedagógica. A arquitetura só foi incluída posteriormente, não houve uma interação multidisciplinar da equipe com arquitetos e engenheiros.

Apesar de trazer um aprofundamento sobre a conceituação do ambiente de internação as diretrizes indicadas pelo documento apenas resvalam nas questões relativas à relação do usuário com a edificação.

O documento é dividido em nove capítulos, sendo o capítulo 7, intitulado “Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo”, que se divide em parâmetros comuns as unidades de internação provisória, semiliberdade e internação, e específicos para cada uma destas medidas. É definido claramente o programa de necessidades para cada tipo de instituição de atendimento, assim como o pré-dimensionamento de cada ambiente, elaborado com bases que não foram identificadas no documento.

Se prevê edificação de Unidades de atendimento socioeducativo separas daquelas destinadas ao sistema prisional, utilização de materiais adequados de acordo com as peculiaridades de cada região, atentando para proteção adequada e garantia de ventilação da unidade. (SINASE, 2006)

Também é delimitado o número de quarenta adolescente por Unidade, sendo construídos módulos com capacidade não superior a 15, definindo que os quartos existentes nos módulos sejam de para no máximo três adolescentes. (SINASE, 2006)

É perceptível também relações conflitantes em alguns desses parâmetros, como a não identificação da família e da comunidade como atores do processo socioeducativo, visto que como prerrogativa para a proteção do adolescente se prevê medidas que estigmatizam ainda mais a instituição, protegendo na verdade o meio na qual está inserida.

O programa definido para o projeto arquitetônico prevê: núcleo de atendimento comum de administração e refeitório para os casos de construção de mais de uma Unidade de atendimento no mesmo terreno, na setorização da Unidade feminina ou mista, espaço para alojamento de recém-nascidos e bebês até no máximo seis meses de idade, existência de áreas verdes e a aplicação das cores, visando à humanização do ambiente. Além de:

- Acesso e Controle (portaria, revista e segurança externa)
- Administração, salas de coordenação
- Serviços (cozinha, lavanderia, almoxarifado, garagem, depósito de resíduos, vestiário para funcionários)
- Auditório
- Visita familiar
- Escola
- Oficinas profissionalizantes
- Campo de futebol
- Quadra poliesportiva coberta
- Anfiteatro
- Espaço ecumênico

As diretrizes do SINASE, embora garantam um padrão a ser alcançado na elaboração do projeto, acabam enrijecendo tal programa, não se atentando a qualquer aspecto qualitativo dos ambientes que acabam muitas vezes se tornando semelhantes ao frio e cinza sistema penitenciário.

Das diretrizes pedagógicas contidas no documento, a que possui relação direta com o espaço arquitetônico é o item i, que considera a organização espacial e funcional como instrumento para a viabilidade da proposta pedagógica.

Tabela 1: Quanto à medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade os aspectos físicos considerados referem-se ao local de cumprimento da medida socioeducativa. Fonte: SINASE, 2006 p. 57-58 (verificar se está na lista de figuras).

i) Organização espacial e funcional das Unidades de Atendimento socioeducativo que garantam a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente. O espaço físico deve estar subordinado ao projeto pedagógico e modo a viabilizar a sua implantação; SINASE, (2006,52-56)

Entretanto, para o esperado sucesso dos procedimentos pedagógicos se faz necessário mais do que determinar quais ambientes e dimensões mínimas devem existir. É preciso avançar sobre a relação que os jovens vão estabelecer com esses ambientes e com os demais usuários tendo em vista que o processo de ressocialização está baseado em trocas sociais visando a construção de novos valores e comportamentos.

Aspectos físicos a serem considerados	Internação provisória	Prestação de Serviço à Comunidade ¹⁴	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança					
Espaços adequados para a realização de refeições		quando necessário			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo					
Condições adequadas de repouso dos adolescentes					
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo					
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico					
Espaço e condições adequadas para visita íntima					
Espaço e condições adequadas para visita familiar					
Área para atendimento de saúde/ambulatórios					
Espaço para atividades pedagógicas					
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar					
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes					
Espaço para a profissionalização					



Figura 14

3 – FUNDAMENTAÇÃO PARA UMA DESESTIGMATIZAÇÃO

Durante o processo de pesquisa, fez-se necessário o entendimento de como o ambiente prisional e a privação de liberdade inferem sobre o corpo e o bem-estar ambiental do interno, que neste caso é um adolescente – com todas as necessidades e variações próprias do período determinado para esta análise, entre 12 e 17 anos. Uma vez que o sistema penitenciário e o sistema socioeducativo têm a mesma base de origem, tal delimitação se tornou necessária.

Este capítulo busca, assim, apresentar as relações teóricas propostas por alguns pensadores e por regulações sobre como o espaço construído pode influir de forma positiva ou negativa sobre as pessoas.

3.1. O conceito de Panóptico e o cerceamento de liberdades

Ao longo da história, as práticas de punição do indivíduo por seus atos ilícitos sofreram grandes transformações. Anteriormente a criação de um modelo jurídico de condenação entre os séculos XVIII e XIX, as penas imputadas registram-se principalmente a prática de punição corpóreas, ou seja, mutilar, ferir, ou torturar o condenado. A partir do séc. XVIII temos a extinção dos suplícios, onde a concepção de que o corpo é espaço de punição se transforma em outra ideia. No lugar de punir o corpo, vai se punir a alma. Foucault relata que o corpo do julgado passa a ser elemento intermediário pra punir a alma.

“A expiação tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. Mably formulou o princípio decisivo: ‘que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo’” Foucault (1987), pág.20.

O corpo do prisioneiro, antes protagonista da condenação, passa a fazer parte de um processo cujo objetivo era a privação da liberdade. A partir desse conceito, surgem novos modelos penitenciários, desde o Panóptico de Jeremy Bentham, cujo enfoque era a vigilância sobre o en

carcerado até o de Walter Crofton, na Irlanda, que cria o ideário de que o sistema progressivo de pena, de modo que fosse um instrumento para a reinserção do condenado a vida Social.

Em 1793, Jeremy Bentham concebeu seu projeto do Panóptico, que se tornaria a matriz arquitetônica das prisões europeias. O modelo arquitetônico caracterizado por uma estrutura circular com uma torre central onde protegido por persianas um vigilante observava a todos sem ser visto. No modelo do Panóptico o princípio das masmorras era invertido de tal forma que as funções de trancar, privar de luz e esconder são restruturadas. Quanto mais visível estiver o preso, mais fácil será de ele ser disciplinado e controlado, sendo assim, a visibilidade torna-se a principal arma e instrumento de disciplina.

“Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2009 pág. 191).

Esse estado de permanente visibilidade acaba sendo uma ilusão formada pelo sistema do Panóptico, uma vez que apenas a ideia da possibilidade de o detento estar sendo vigiado a qualquer momento é o suficiente para que este comece a ser disciplinado e o poder da coerção do estado aja sobre ele.

Para Bentham, essa era a forma mais eficiente de vigilância, o raciocínio é simples, aquele que se sente constantemente vigiado, aprende a vigiar a si mesmo (Figuras 15 e 16).



Figura 15: Para Foucault a vigilância é um instrumento para poder e disciplina. Fonte: Universo da Filosofia

Para Foucault, o conceito de panóptico é ilustrado para mostrar uma relação de poder específica; a da penitenciária com o vigilante e os presos. Onde todas as relações implicam em uma relação de poder, relação essa que se encontra presente em todos os âmbitos da vida social.

Ao abordar o panóptico, Foucault divide o poder em duas esferas, o poder real e o poder disciplinar. O poder real tendo relação com a figura do rei, uma figura de autoridade onde o poder é concentrado em uma pessoa só. O poder real era demonstrado de forma ostensiva, que é material, física, tendo relação com os suplícios e o medo.

Já o conceito de panóptico em contra partida tem haver com o poder disciplinar, que é o poder da domesticação e da docilização dos corpos, no sentido de que os indivíduos se tornam docéis para que o controle possa se exercer.

Assim, o poder não é uma coisa, e nem uma única pessoa o detém; o poder é relacional, é dinâmico e pode ser exercido em todas as direções. Além do modelo explícito de poder disciplinar, exercido pelo aparelho de Estado em relação aos encarcerados, há “um modelo implícito de poder: uma disseminação de micropoderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e tecnologias” (FOUCAULT, 1979, P. 159)

Como o autor indica, essas relações de poder não se restringem ao presídio, o mesmo princípio da racionalidade, da desindividualidade, uniformização, nos lembram por exemplo, as instituições de hospitalares, hospícios e ensino. Onde não há nada mais panóptico que o sistema de ensino, ele é classificador, controla os corpos, militarizado e é produzido a respeito de uma sociedade que quer gerar algo consequencialista, corpos docéis.

O sistema prisional e socioeducativo possui mais semelhanças do que diferenças, pois partilham da mesma base de origem, além das técnicas disciplinares impostas pela instituição ao corpo do infrator. A uniformização e o corte de cabelo fazem parte da homogeneização do indivíduo, por exemplo, e extirpam todo o tipo de diferenciação identitária.

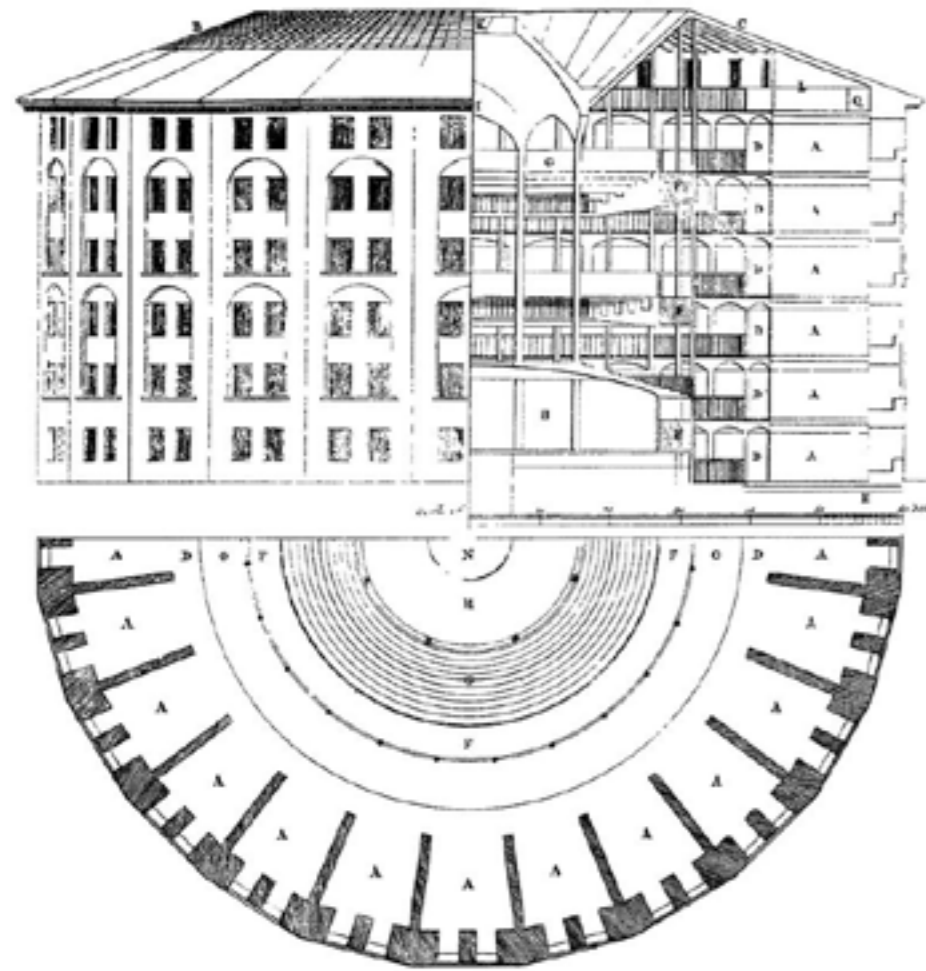


Figura 16: Esquema do Panóptico. Fonte: Wikipédia

Quando se trata de uma unidade socioeducativa de internação, os jovens são isolados do meio social pelo ato infracional cometido e, por este motivo, tiveram sua liberdade cerceada em um espaço isolado dos olhos do restante da sociedade, onde através do exercício do poder disciplinar (FOUCAULT, 2007) e dos princípios socioeducativos, busca-se transformar os internos.

De acordo com Foucault (2010b, p. 140) o objetivo desses espaços é controlar e organizar as atividades em série, de modo a permitir um controle específico tanto através do tempo como das atividades realizadas. Fugir desse tipo de controle, na esfera espacial (que é assunto de arquitetos e urbanistas), é justamente a proposta deste trabalho. Portanto, o reconhecimento de que estruturas monolíticas, pavilhonares, com corredores centrais ou pátios internos que permitem o controle de toda a edificação são cerceadoras, neste contexto específico, já indica pontos de fuga ao projeto arquitetônico de uma instituição socioeducativa para adolescentes que deseje rumar à humanização dos espaços dedicados a corpos ‘frágeis’, como se verá a seguir.

3.2 Corpo e Atenção à criança e ao adolescente

A construção da identidade pessoal sexual e profissional é possivelmente a tarefa mais complexa e natural ao longo desse ciclo da vida. Suas relações com a sociedade, família, amigos, e os ambientes são vivenciados de forma única por intermédio do corpo sensível. Todas as escolhas feitas são baseadas nos valores construídos através desse percurso.

Do ponto de vista etário, a OMS, o Ministério da saúde e a Sociedade Brasileira de Pediatria, define a adolescência como a faixa etária entre 10 e 19 anos completos. Existindo uma subdivisão da adolescência em três grupos: Adolescência inicial de 10 a 14 anos, adolescência média de 15 a 17 anos e adolescência final ou plena de 17 a 20 anos.

Em para cada um desses grupos existem barreiras a serem vencidas e incorporadas para que o desenvolvimento psicossocial do adolescente aconteça, tais como: formação gradativa da independência, da

imagem corporal, da vivência em grupo e formação da identidade. (Cordellini, 2009).

Barreiras	Adolescência Inicial	Adolescência Média	Adolescência Final
Independência	Diminui interesse pelas atividades com os pais.	Conflito com os pais.	Reitação dos valores parentais.
Imagem corporal	Preocupação consigo e com as mudanças puberais. Insegurança acerca da aparência.	Aceitação do corpo. Preocupação em torná-lo mais atraente.	Aceitação das mudanças puberais.
Grupo	Relação intensa com amigos do mesmo sexo.	Comportamento conforme valores do grupo. Atividade sexual e experimentação.	Valores dos pares menos importantes. Mais tempo em relações íntimas.
Identidade	Desenvolvimento da inteligência. Aumenta o mundo da fantasia. Vocação idealizada. Aumenta a necessidade de privacidade. Impulsividade.	Desenvolvimento de habilidade intelectual. Onipotência. Comportamentos de risco.	Vocação realista e prática. Refinamento dos valores sexuais, religiosos e morais. Habilidades para assumir compromisso e para aceitar limites.

Tabela 2: Tabela do Desenvolvimento Psicossocial do Adolescente. Fonte: Neinstein L.S. Adolescent Health Care. A practical guide. Third Edition, 1996

Instaura-se, com isso, a questão: como será que o ambiente institucional pode influenciar o desenvolvimento do adolescente, visto que o mesmo faz parte do processo de formação do indivíduo? Como o envolvimento com o espaço físico, mas também moral e afetivo, chamado de Ambiência, poderá favorecer o justo e pleno desenvolvimento de seus corpos e identidades?

3.3 Ambiências sensíveis e a Empatia Espacial

O conceito ambiência, oriundo do termo francês “Ambiance”, abrange a ideia de ambiente construído em conjunto com os efeitos subjetivos que este induz no comportamento dos indivíduos, não se referindo somente efeitos térmicos, acústicos e visuais, mas também o acréscimo de emoção, apropriação, identificação e prazer.

Nos estudos de ambiência não se consideram simplesmente a composição do espaço, mas a inter-relação deste com a experiência sensível que é ocasionada nos sujeitos que o habitam, já que o ambiente construído é um anteparo existencial, sendo abrigo para o corpo e para a alma. (SCHMID, 2005).

O Ambiente considerado neste trabalho é a unidade socioeducativa de internação, que tem como protagonista o adolescente de 12 a 17 anos que cometeu ato infracional; esse jovem habita, mesmo que temporariamente, este espaço institucional coletivo.

Esse espaço é denominado, segundo Goffman (2001, pp. 11), de instituição total, onde o corpo habita e realiza todas as suas atividades e experiências em um mesmo local durante um tempo prolongado. (FISCHER, 1994).

O LASC, Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura / PROARQ / UFRJ, desenvolve pesquisas e análises sobre a inter-relação pessoa-espaço construído, que tem como meta a análise dos fatores de ordem subjetiva e cultural que compõem a construção do Lugar. O grande tema de pesquisa do LASC, há mais de 15 anos, tem sido as Ambiências. Tal assunto tem se mostrado fundamental para as gerações de estratégias

de promoção do bem-estar nas ambiências urbanas (espaços coletivos e majoritariamente públicos), e projetos de arquitetura e urbanismo desenvolvidos na cidade contemporânea.

O estudo sobre Ambiências demonstra que o reconhecimento do Outro (como um conceito) se faz por meio do corpo, e é também neste corpo que o sujeito se ancora no mundo. Duarte e Pinheiro (2015, p.71) colocam que “se enfocarmos a empatia como a capacidade de nos transpormos para o ponto de vista do Outro, parece-nos bastante fácil compreender que a relação com o Outro necessita de um suporte espacial”, e então o espaço ganha importância no processo de entendimento das ambiências.

Outros estudos sobre a ambiências voltam-se para a apreensão dos aspectos relativos à subjetividade dos usuários. Segundo Oliveira (2008), o espaço institucional influencia no desenvolvimento psicológico dos adolescentes, definindo até alterações nas formas de se relacionar socialmente. Tais espaços não levam em consideração os anseios de seus usuários diretos, aqueles que permanecem o tempo todo dentro da instituição. Não havendo escolha de ir e vir.

No ano de 2006 o Ministério da Saúde Brasileira lançou a “Cartilha de Ambiência” como uma diretriz da humanização na busca pela qualificação do processo de projeto. A abordagem do termo Ambiência, neste caso, está voltada ao conforto ambiental. A ambiência também é objeto de estudo de pesquisadores de áreas como Arquitetura e Psicologia ambiental, em sua maioria, ligados aos aspectos socioespaciais. O trabalho realizado pela pesquisadora Elena Maria Duarte de Oliveira (OLIVEIRA, 2008) leva em consideração 3 atributos da ambiência relativos ao comportamento socioespacial: territorialidade, privacidade e apropriação – relacionando-os com os eixos estabelecidos na “Cartilha de Ambiência” do Ministério da Saúde e com aspectos da Psicologia ambiental, relativos a ambientes de saúde.

No entanto, é a partir da noção de Empatia Espacial cunhada pelo LASC em 2015, afirmada como: “[empatia espacial é] quando esta-

mos predispostos a engajar em determinado espaço por conta das condicionantes psicológicas e sensoriais que são ativadas em contato com ele, e com a coletividade”, que podemos relacionar as 3 premissas levantadas como base para esta pesquisa: a empatia, a alteridade e o pertencimento.

Visando promover o bem-estar nas ambiências voltadas ao espaço de internação para adolescentes em conflito com a lei, este trabalho pretende explorar tais conceitos para analisar a característica de tais espaços socioeducativos e promover o desenvolvimento de diretrizes projetuais.

3.3.1 Apropriação e Apego

Apropriação pode ser definida como “ato de tornar próprio ou conveniente, de adaptar, adequar algo ou alguma coisa ou algum lugar às necessidades pessoais ou de um grupo, ou ainda apoderar-se de alguma coisa como próprio (Oliveira,2008). Da apropriação de um ambiente ou território, surge as relações de apego entre o indivíduo e o espaço. De maneira que, o modo como uma pessoa se apropria do ambiente é reflexo do seu “eu” ser, sendo esse espaço apropriado reflexo do usuário, e quanto maior a “apropriação” do espaço, maior o “apego”.

Sendo fundamental a criação de um laço, um apego temporário entre os adolescentes e a instituição de internação para o sucesso do processo socioeducativo.

Segundo Giulliani (2004) afirma que o sentimento de apego como relação a um lugar pode surgir de três maneiras:

- Apego Funcional: surge da avaliação positiva da qualidade do local, face às necessidades do indivíduo, resultado de um apego mais intenso na razão direta do número e importância das necessidades satisfeitas;

- Apego Simbólico: advém dos significados que o lugar tem para a identidade da pessoa ou grupo, sendo importante justamente por definir o “eu” de um indivíduo em determinada fase da vida tendo, portanto, uma representação histórica;

- Apego emocional: deriva de um longo período de vivência onde passa a existir grande familiaridade com o espaço.

3.3.2 Estresse ambiental

Abarca (1991) classifica os fatores que causam estresse ambiental em quatro tipos, de acordo com o meio do qual se origina:

a) Ambiente Natural: desastres naturais, climáticos, de saúde, que apresentam situações que fogem do controle do homem, destruindo os marcos de referência do indivíduo, colocando em jogo sua capacidade de adaptação;

b) Ambientes Construídos: desenho arquitetônico, sobrecarga informativa, contaminação, existindo a possibilidade de a pessoa controlar a intensidade do dano causado. Eles atuam nos processos mediados (atitudes, percepção e percepção de risco, etc.) e parecem colaborar com a natureza cognitiva do estresse. Quando o contato com esses fatores estressores é prolongado pode acarretar os mesmos efeitos causados pelo primeiro grupo;

c) Ambiente Social: isolamento social, pressão do grupo, conflitos familiares. A natureza é a mesma do grupo anterior, havendo a possibilidade de controle por parte do homem e seu efeito depende da duração e constância da perturbação;

d) Eventos da Vida: morte de um ente querido, confinamento ou enfermidade prolongados; ou seja, fatores de diversas naturezas, súbitos ou de efeito prolongado, que afetam negativamente o ser humano devido à pequena ou quase nula possibilidade de controle por parte do indivíduo. Como o primeiro, trata de acontecimentos que mudam profundamente a vida do indivíduo e exigem um considerável esforço para serem enfrentados.

e) “Estratégias de Enfretamento”

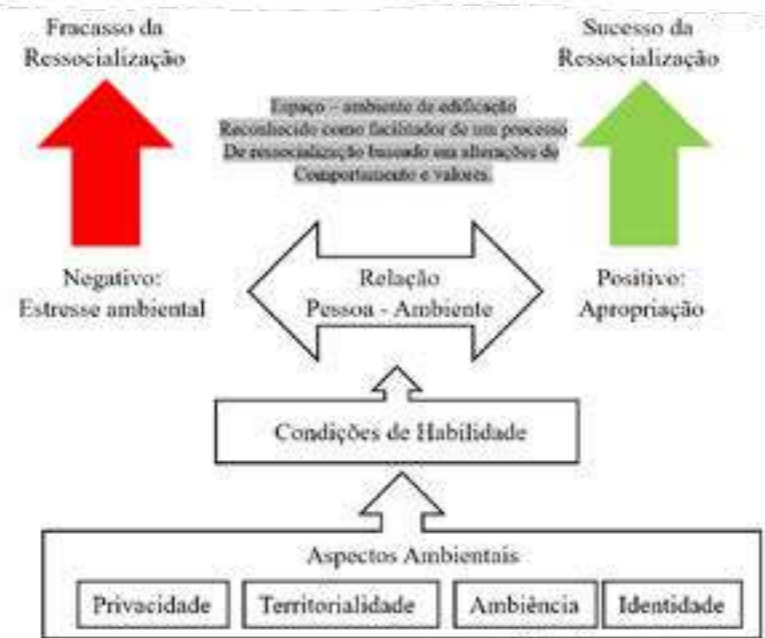
Nos ambientes institucionais os três últimos tipos de estressores são mais atuantes, sendo o ambiente construído e o social os que causam mais efeitos sobre os internos. Porém, devido à condição de internação

existe uma grande dificuldade em estabelecer as formas de enfrentamento, uma vez que as opções de atuação sobre os causadores do estresse são inexistentes.

3.3.3 Habilidade (espacial)

O conceito de Habilidade é definido por Maria Lucia Malard (1992) como os aspectos de uma habitação que possibilitam aos seus usuários que se apropriarem e experienciem a totalidade do espaço. Onde algum aspecto da habilidade está errado, toda experiência é afetada negativamente, sendo uma característica fundamental para estruturação psíquica da pessoa, fundamental para vida.

Portanto, as condições de “habilidade” espacial que compõem o espaço institucional de internação para adolescentes, exercem efeito de sucesso ou fracasso no processo de ressocialização e, por sua natureza, estão associadas às características que permitem a construção de ambiências afetivas.



O conceito de habilidade engloba o entendimento de uma série de outros conceitos que ajudam a determinar o quanto um espaço é ou não habitável. São chamados, segundo Valera e Vidal (1991), de aspectos ambientais e determinam se a interação da pessoa-ambiente ocorre de forma positiva ou não. Tais conceitos são:

Privacidade

A privacidade é tida como uma das condições mais importantes para o ser humano interagir e se situar no mundo em que viver. Altman (Valera e Vidal 1991) define privacidade como o controle seletivo do acesso a si mesmo ou ao grupo no qual se encontra inserido através da regulação dos níveis de interação social e de informações oferecidas ao outro. Pode ser alcançada dentro de cinco dimensões que são definidas por Westing (apud Valera e Vidal 1991) como:

- Solidão: estar só, em situação em que os outros não têm como saber o que faz ou diz;
- Isolamento: afastar-se intencionalmente do contato com outras pessoas;
- Anonimato: estar num contexto social, mas sem ser identificado;
- Reserva: controlar as informações pessoais durante uma interação;
- Intimidade: estar só com um grupo afetivo (família, amigos, companheiro).

A privacidade está “ligada aos seguintes elementos arquitetônicos: paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjos de mobília, acústica, quantidade de espaço, dimensão das salas, etc.” (ALMEIDA, 1995 pp. 28)

Territorialidade

Ao definir territórios, o indivíduo está limitado e controlando a interação com o outro e com o mundo, bem como definindo sua identidade e seu papel na sociedade. Segundo Altman (apud GIFFORD, 1987) é possível agrupar os territórios de acordo com o grau de privacidade, apego ou permitido em casa caso, resultando nos seguintes tipos:

- Primário: pertencente a uma pessoa ou um grupo primário, demarcado claramente. Possui forte importância psicológica para seus ocupantes. É uma extensão do “eu”, da auto-identidade e da autoestima;
- Secundário: ocupação não exclusiva, compartilhada com estranhos, mas ainda assim percebida. Possui menor significado para os ocupantes;
- Público: Área de acesso livre a todos, a não ser que haja uma condição de conflito pela presença de pessoa com conduta antissocial ou discriminatória;
- Interacional: controlada temporariamente por grupos de pessoas que interagem;
- Corporal: limite da pele, diferente de espaço pessoal; é controlado, defendido e personalizado.
- Invasão: quando um desconhecido entra fisicamente no território, normalmente com a intenção de tomar posse ou controle do mesmo.
- Violação: se caracteriza por uma invasão temporária do território de outra pessoa, normalmente com o objetivo de irritar ou prejudicar.

É importante ressaltar que a ausência de territórios primários nas instituições de internação pode provocar relações agressivas, inclusive relações de hierarquia.

O território corporal do interno, é constantemente violado devido a violência e a superlotação, e em situações onde a negligência é extrema, o corpo passa a ser o limite mais crítico de interação com o meio, aumentando as chances de conflito por questões que não são.

Identidade

Segundo Malard (1992), identidade pode ser compreendido como todas as qualidades, crenças e ideias que fazem uma pessoa se reconhecer como indivíduo ou se identificar como pertencente ao um grupo. Envolvendo dois aspectos, um mais pessoal, ligado a afirmação do eu e outro ligado a comunicação de padrões para o meio externo. Este ligada a possibilidade de personaliza o espaço utilizado, dando características próprias que se façam reconhecer pelos outros e que transmitam mensagens sobre seus usuários.

Identidade é comunicar, comunicar é transmitir através de elementos que podem ser ambientais “território” e as não ambientais “linguagens, normas de comportamento social, maneiras de vestir, rituais).

As instituições de internação carregam em si um estigma muito forte que acaba por refletir nos adolescentes que ali se encontram.

A autoimagem que o adolescente vai criar depende de como ele será tratado lá dentro, de como o espaço irá lhe acolher, de como o programa pedagógico irá trabalhar e estimular o crescimento pessoal dos adolescentes focando em um senso de desenvolvimento comunitário.

Ambiência

Para Malard, a Ambiência (1992). A ambiência pode ser entendida como a necessidade e se sentir confortável para agir e cuidar do ambiente. Acredita que antes de tudo a pessoa modifica o meio natural para torna-lo mais adequado às necessidades de habitar, sendo estas entendidas como:

- **Funcionalidade:** o ambiente deve ser preencher todas as características necessárias para a realização das atividades que lhes são afetadas;
- **Significado:** o ambiente precisa comunicar valores e preferências, assim como proporcionar pistas para o comportamento social;
- **Durabilidade e segurança da construção:** a edificação precisa ser duradoura e proporcionar segurança e proteção.

Entendendo a ambiência como as qualidades do ambiente interior das edificações e está relacionada diretamente com o processo de habitar do espaço, possuindo uma dimensão física e uma psicológica.

- **Física:** relacionada com o conforto térmico, acústico, lumínico; onde ressalta que o interior confortável é regra fundamental para a satisfação do usuário.

- **Psicológica:** Esta dimensão é explicada pela autora através da teoria de Baudrillard (1968) de que todas as sociedades sempre estruturam suas vidas diárias através da produção, organização, e uso de objetos, que refletem características culturais, comportamentais, organizacionais e preferencias dos habitantes de determinados espaços.

Os elementos arquitetônicos relacionados à Ambiência por Almeida (1995) são os ligados ao conforto ambiental: acústico, térmico, visual e antropométrico, além dos materiais, texturas, cores, etc.

Nas instituições de internação os conflitos com esse aspecto existem tanto na dimensão física como na dimensão simbólica, onde a personalização do ambiente é negada completamente aos adolescentes,

dificultando a promoção de apego necessário para a apropriação dos espaços, sem apego, não existe vínculo afetivo com o local, que se reflete em zelar pelo espaço individual e coletivo, contribuindo para a desvalorização da edificação e do processo de ressocialização.



Figura 17: : Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil

4 METODOLOGIA

Como estudo dos métodos, ou ‘caminho para uma pesquisa’, a metodologia nos leva a um determinado fim. Por isso, é importante frisar que este trabalho, tendo surgido ainda em 2019 com o objetivo de um Trabalho Final de Graduação - TFG estritamente prático, passou por vários caminhos e acabou construindo uma metodologia própria, que deriva dos métodos indispensáveis para analisar, criticar e delimitar as ações, no campo da arquitetura e urbanismo.

Toda metodologia explicita os tipos de pesquisa, os instrumentos utilizados (questionário, entrevista, observação participante ou ativa), o tempo previsto, a equipe de pesquisadores, as formas de tratamento dos dados e denota qual o melhor caminho escolhido para atingir o objetivo geral.

O termo metodologia inclui os seguintes conceitos, que acreditamos pertencem a este trabalho em questão: coleção de teorias, conceitos e ideias (revisão bibliográfica); estudo direto ou comparativo de diferentes enfoques; crítica e proposta de uma resposta objetivada.

Como metodologia de pesquisa deste presente trabalho, adotamos as seguintes etapas: pesquisa documental e bibliográfica, pesquisa de viés etnográfico e uma etapa de revisão de discurso – por meio da Análise do discurso (ferramenta da linguística).

4.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental

Para a pesquisa bibliográfica foram consultados livros, artigos, dissertações e teses, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90) e o projeto de lei Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, bem como sites governamentais, tais como Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos, bem como outros sites de organizações não governamentais (ONGS) que desenvolveram pesquisas relacionadas aos adolescentes providos de liberdade.

4.1.1 Revisão Histórica

A investigação histórica deste trabalho, apresentada no capítulo 1, se debruçou sobre o levantamento histórico do encarceramento, considerando os primeiros indícios que distinguem os jovens de um adulto, dando ênfase às mudanças ocorridas nos espaços físicos de internação. Acompanhando essa evolução ao longo do tempo e datando eventos importantes que contribuíram para o progresso em relação aos direitos fundamentais humanos e aqui em especial, ao do adolescente em privação de liberdade.

4.1.2 Legislação Brasileira

Para a realização esta etapa, foi necessário entender alguns conceitos fundamentais sobre o tema, que dizem respeito as medidas socioeducativas que estão sujeitos os adolescentes ao cometerem um ato infracional, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, bem como o que é uma medida socioeducativa.

4.1.3 Panorama do Sistema Socioeducativo Brasileiro

Foram levantados dados referentes ao cenário político atual e sua influência nesses espaços, que historicamente já sofrem com graves problemas infra estruturais. Foi possível compreender através de dados do Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quem é esse jovem e que espaço socioeducativo de internação é este.

4.1.4 Espaço, Poder, Ambiências e suas relações

Considerando que nas antigas prisões os jovens eram aprisionados no mesmo lugar que os adultos, foi necessário entender conceitos referentes ao sistema prisional e as relações de poder que permeiam o espaço da prisão. Para isso, baseamo-nos bastante em Foucault (2007).

No campo das Ambiências nos baseamos em estudos realizados pelo LASC, que objetivam análise de fatores de ordem subjetiva e cultura, bem como Elena Maria Duarte de Oliveira que incorpora conceitos de autores como Malard (1992) e Gifford (1987), relativos ao comportamento sócio espacial.

4.2 Pesquisa Empírica de Viés Etnográfico

Esta é a etapa de sondagem onde o corpo do pesquisador entra em contato com as dimensões físicas e sociais do espaço de instituições socioeducativas. Foi realizada através de uma visita de cunho exploratório, por parte do autor deste trabalho, nas seguintes unidades:

(1) Unidade Socioeducativa Dom Bosco, localizada na Ilha do Governador e Unidade de Internação masculina com lotação máxima de 216 internos.

(2) Centro de Socioeducação Prof. Antônio Carlos, localizada na ilha do Governador. Unidade de Internação Feminina.

Ambas as visitas, que tornaram-se parte de uma observação passiva (derivada do método etnográfico) foram feitas de forma guiada por agentes socioeducativos e profissionais do núcleo de desenvolvimento de projeto do DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas, no dia 22/07/2019.

A opção por inserir esta etapa e este método, na pesquisa de TFG aqui apresentada, revela o interesse do autor em aprofundar-se nas questões de ordem cultural e social inerentes ao processo de investigação, com a finalidade de produção de diretrizes projetuais sólidas, verdadeiras e coerentes com a realidade brasileira.

Para o desenvolvimento desta etapa, a postura adotada nas observações realizadas foi de observação sem aproximação; silêncio e atenção às considerações dos guias; registro escrito e em forma de desenhos esquemáticos realizados no local – por isso o método se intitula

“observação passiva”. Ressalta-se que na referida visita, não foi autorizado realizar nenhum registro em vídeo ou imagem, tampouco entrevista com os adolescentes, bem como acessar prontuários ou quaisquer documentos. O tempo de incursão nas instituições foi de uma hora e 30 minutos, dividido entre as duas unidades, sendo oferecido alguns suportes documentais de forma online para complemento a etapa.

4.3. Análise do discurso em estudos de caso realizados

A pesquisa comparada, por meio de análise do discurso de outra pesquisa realizada, usa um estudo caso feito pela pesquisadora Elena Maria Duarte de Oliveira, na Universidade Federal de Santa Catarina, em sua Dissertação no programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo sob o título: Por Uma Arquitetura Socioeducativa Para Adolescentes Em Conflito Com A Lei: Uma Abordagem Simbólica Da Relação Pessoa-Ambiente em 2008.

Nesta etapa, diferentemente de uma pesquisa comparada que utiliza as respostas de análises realizadas pelo pesquisador, colocaremos em confronto, por meio da Análise do Discurso, as descobertas realizadas por uma das maiores pesquisadoras no assunto atualmente, Elena Maria Duarte de Oliveira (OLIVEIRA, 2008).

A Análise do Discurso visa problematizar as questões colocadas por autores importantes a determinados temas, e também perceber diferenças, contextos inusitados ou informações relevantes a partir de sujeitos comprometidos com determinado ‘ato’ (ORLANDI, 2005). Por isso, ela funciona a partir da contraposição de textos e informações colocados por outros autores.

Uma vez que a linguagem é fruto de uma interação entre enunciator/enunciatário, falante/ouvinte, autor/leitor, é justamente através da compreensão do autor deste trabalho de TFG, sobre as impressões acerca dos espaços visitados por Oliveira (2008), que esta etapa de análise se dará no capítulo 5.

A origem da Análise do Discurso está na Antiguidade Clássica, com Aristóteles, porque para este filósofo os recursos retóricos e a persuasão em contextos públicos marcavam a argumentação da época, ainda não bastante documentada em papéis e pergaminhos. Mas, na segunda metade do século XX, os estudos inerentes ao discurso eram direcionados pela análise filológica que examinava o texto à luz da história e das condições sociais.

Prestando-se não só como representação do pensamento, mas também como processo de comunicação, a interpretação da leitura estaria, intrinsecamente, ligada com o contexto sócio-histórico-ideológico do qual todos nós participamos.

Em 1950, nos Estados Unidos, a obra intitulada “Discourse Analysis” mostra, de forma contemporânea, como analisar enunciados linguísticos que vão além da frase, e que são justamente a forma como apreciaremos o texto de Oliveira (2008): a função enunciativa, os procedimentos de controle ou de resumo, o enunciado e o sentido da escrita. Assim, é importante frisar que o autor desta pesquisa analisará as análises de uma outra pesquisadora, mas sempre recorrerá a ela, pois “Não há discurso sem sujeito” (PÊCHEUX, 1990).

Para a realização da Análise do Discurso serão apresentados os estudos de caso realizados pela pesquisadora Elena Maria Duarte de Oliveira em seu trabalho de 2008 na Universidade Federal de Santa Catarina. Na pesquisa, Oliveira (2008) analisou três instituições que serviam como centro socioeducativo e demonstrou como a configuração arquitetônica dos ambientes poderia facilitar ou dificultar o processo de ressocialização dos jovens.

5. ANALISES

Neste capítulo serão desenvolvidas análises diretas baseadas no método de viés etnográfico (observação passiva) e na Análise do Discurso, mencionadas no capítulo anterior, além de apresentadas as referências arquitetônicas que comporão, junto com as análises, as diretrizes projetuais do próximo capítulo – que são objetivo deste trabalho de TFG.

5.1 Análise das Unidades visitadas

Com a ida a duas instituições na Ilha do Governador de forma analítica e sensível, no intuito de aflorar todas as características do ambiente, é importante apontar que cada uma das instituições, a Unidade Masculina Dom Bosco e a Unidade Feminina Prof. Antônio Carlos, demonstraram características diversas relativas à percepção do ambiente, em função dos corpos que ali existiam, e também ambiências distintas.

É importante ressaltar que ambas as instituições são administradas pelo DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas, podendo terem sido projetadas para o intuito antes da existência dos aspectos legais que legislam sobre a regularização destes espaços. Portanto ambas as instituições apresentam semelhanças programáticas, espaciais, plásticas e pedagógicas.

Ao analisarmos as dimensões físicas das instituições, ambas apresentam características prisionais nos locais de vivência prolongadas como alojamentos, possuindo fechamentos de portas e janelas com grades e nas áreas de convivências fechamento em cobogó. A unidade masculina possui três edifícios de alojamentos, sendo um deles apresentando extremas características prisionais, depredações em todo o bloco e quartos para até oito adolescentes em mobília de concreto e banheiro aparte.

Os alojamentos novos estão em melhores estado de conservação, porem apresentam as mesmas características prisionais, e embora o número de jovens para cada unidade seja de no máximo três, existe o retrocesso quanto ao banheiro que se encontra exposto no quarto protegido

por paredes de meia altura.

Existem também unidades individuais, tais unidades são reservadas para jovens que estejam precisando de alguma medida protetiva extra ou que tenha algum tipo de necessidade especial.

Na unidade feminina os alojamentos se assemelham os masculinos, sendo comportados por até três jovens tendo banheiro reservado. Existe abundancia de áreas verdes entre os setores de ambas as instituições, que possuem a parte a área educacional com salas de aula, sala para professores, almoxarifado, sala da direção e banheiros, e embora não concebido inicialmente, as duas unidades criaram um espaço para leitura e biblioteca. Tendo como diferencial a unidade masculina que possui uma sala multimídia que se comporta como auditório.

O programa arquitetônico básico das duas instituições se assemelha tendo: Sala de direção/ direção escolar/ técnicos/ segurança/ atendimento médico/ odontológico/ enfermagem/ área para maternidade na unidade feminina/ atendimento psicológico, jurídico e refeitório. Ambas unidades possuem para uso recreativo quadra poliesportiva coberta, se diferenciando em alguns aspectos como: piscina e quadra aberta na unidade masculina e oficinas ocupacionais nas unidades femininas.



Figura 18: Mapa de Localização, autoria própria.

As sensações apreendidas no dia da visita as unidades podem ser descritas como ecos, pois a medida que o olhar se afasta do seu ponto de origem, a imagem é dispersa pelas outras informações apreendidas visualmente. As áreas próximas aos alojamentos, que possuíam fortes características prisionais representados pelos fechamentos em grades promovia grandes sentimentos negativos como: claustrofobia, enclausuramento, insegurança e angústia.

Já os sentimentos positivos aconteciam diante aos locais mais abertos, arborizados e nas salas de aula e biblioteca, espaços onde por alguns minutos era possível fugir da realidade ali vivenciada. (Figura 19)

Os fluxos na unidade masculina, embora inserido em um terreno maior, aconteciam sempre entre blocos ou por locais sem muita variação tornando as possibilidades de chegar a um determinado ponto monótonas. (Figura 20)

A inã não acontece a partir de um melhor posicionamento para ventilação ou insolação, mas sim de forma adaptada as edificações já presentes e convertidas a unidade. (Figura 21)

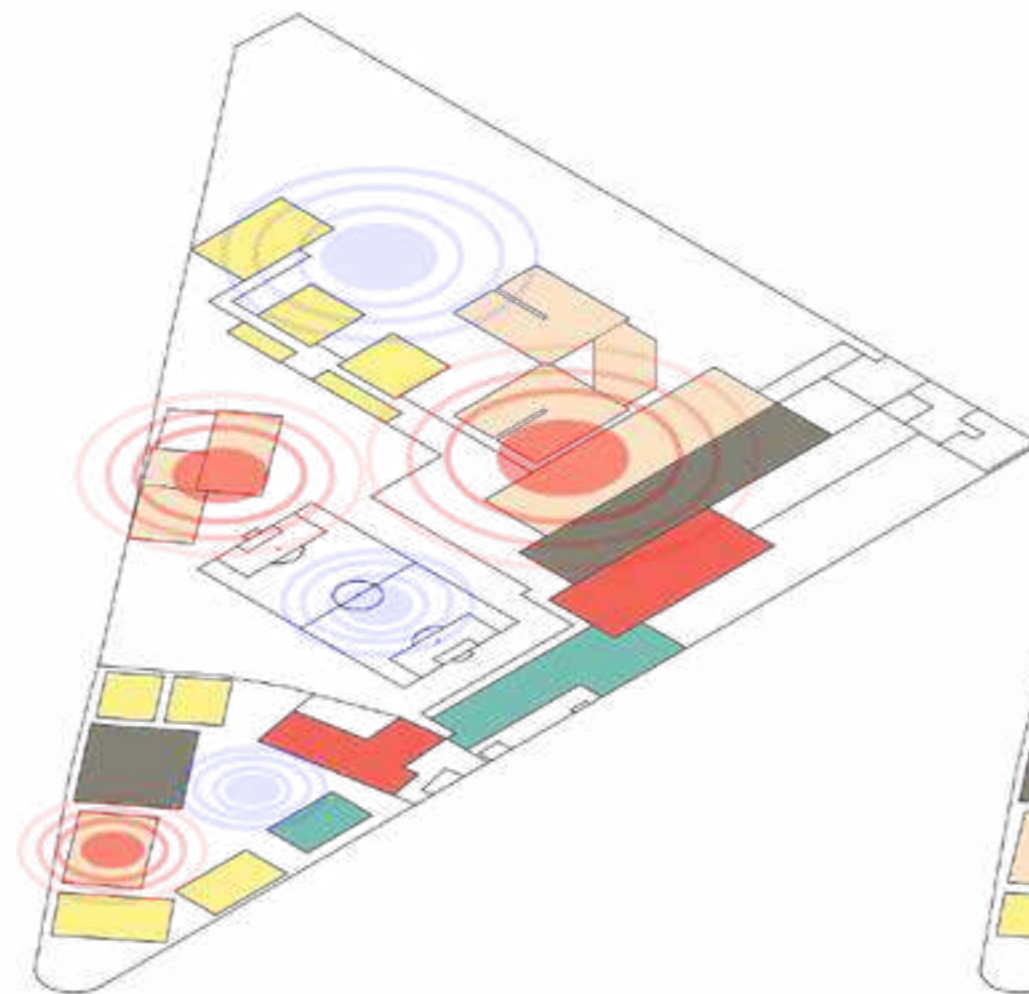


Figura 19: Mapeamento de Manifestações



Figura 20: Mapeamento dos Fluxos

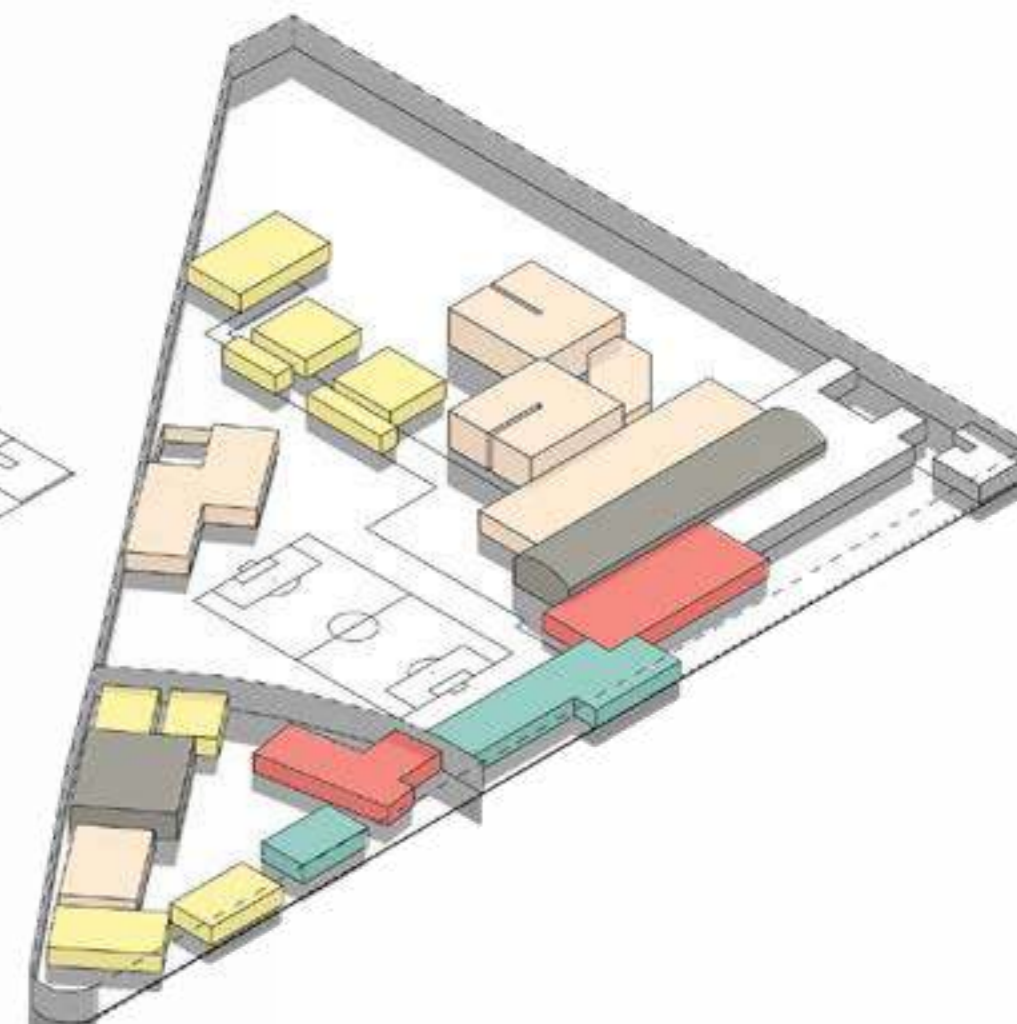


Figura 21: Volumetria e Sombras.

5.1.1 Narrativa da visita às unidades

Durante a realização da visita às Unidades de Internação na Ilha do Governador, nas Unidades Socioeducativas de Internação e Internação Provisória masculina e feminina respectivamente, alguns dados foram coletados.

Os primeiros contatos realizados para agendamento das visitas às instalações foram realizados com a ESGSE - Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios no dia 30 de abril de 2019, sendo a visita realizada no dia 22 de julho de 2019 onde foi-me orientado chegar às 14 horas, horário que interferisse minimamente com a rotina dos adolescentes.

As primeiras percepções coletadas ocorreram entre a descida de ônibus e a entrada da Unidade. Realizada durante um dia de aula, meu ponto de partida foi o Terminal Aroldo Melodia, Localizado na Ilha do Fundão, onde foi possível pegar um ônibus para a ilha do Governador, percurso curto, que durou por volta de 5 minutos.

O percurso percorrido a pé, seria esse o mesmo percorrido por todo visitante que não viesse em um automóvel e não morasse na Ilha do Governador, com isso me refiro a todo familiar, amigo. A Estrada das Canárias, trecho percorrido, possuía pouca ou quase nenhuma vegetação arbórea que projetasse sombra para quem caminhasse em suas calçadas, sendo uma via de mão dupla de 6 faixas, cercada por terrenos institucionais, a sensação pressentida foi de insegurança, que era fomentado por sua paisagem marcada por grandes muros e a dinâmica do trânsito. (Figura 22)

Ao chegar na portaria da Divisão Geral CRIAAD, destino que foi difícil encontrar pela falta de identificação e placas, fui direcionado a Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágio onde me encontrei com o responsável pelo setor de Arquitetura e Projeto. Onde conversamos brevemente sobre como iria proceder a visita guiada e quais eram meus objetivos para com o tema, um dos aspectos conversados foi sobre os alojamentos, que segundo ele eram projetados para três jovens em função



Figura 22: Percurso realizado para a visita Institucional. Fonte: Heros Monteiro

me pareceu plausível até efetivamente entrar para conhecer as instalações na unidade.

A primeira Unidade foi a Dom Bosco, unidade de internação masculina, o guia para minha surpresa não seria o responsável pelo departamento que eu havia conversado antes, mas sim uma graduada em engenharia civil que nunca havia visitado aquelas unidades especificamente.

Ao adentrarmos a unidade, foi informado que eu não poderia entrar com nenhum pertence, com ênfase no celular e objetos metálicos, sendo possível entrar apenas com uma prancheta para anotações e caneta deixando minha mochila em um guarda volumes.

Adentrando em um corredor onde se localizavam as partes administrativas na instituição e assistenciais que nos direcionou a uma segunda portaria, essa fechada com um grande gradil. Ao lado de fora, em um pátio coberto, era possível observar alguns adolescentes que se encontravam sentados virados para a parede, um agente socioeducativo que estava sentado em uma mesa no meio do pátio se dirigiu em nossa

direção para abrir a porta e começar a visita guiada pela unidade. Só haviam mais dois adolescentes usufruindo de todo aquele espaço livre e arborizado, que se encontravam jogando futebol no campo aberto, ao indaga-lo sobre os jovens voltados a parede fui informado que os mesmos estavam aguardando atendimento jurídico ou medico e que durante a espera não era autorizado que eles mantivessem comunicação ou interação com o meio.

O primeiro alojamento que visitamos foi o localizado no edifício antigo, durante a conversa com o agente foi-me orientado que agora não poderíamos mais nos referir aos adolescentes como menores infratores e aos alojamentos como celas. O clima mudou completamente ao entramos, um correto escuro, iluminado somente pela luz do dia naquele momento, marcado pelo cinza frio do concreto em suas paredes e a má conservação do seu estado, as portas dos alojamentos, portas essas de metal, continham um gradeamento superior e ao informamos que gostaríamos de entrar para conhecer o interior do alojamento, o agente perguntou aos adolescentes ali presentes se havia alguém sem roupa advertindo-os que havia uma presença feminina que entraria no recinto.

Ao entrarmos, podemos constatar o mal estado de conservação dentro dos alojamentos, vazamentos de água foram reclamados e em função disso, doenças de pele e respiratórias. O alojamento possuía quatro beliches de concreto e oito jovens em uma única unidade de quartos, sendo constatado pelo agente que em época de superlotação já chegou a comportar vinte adolescentes. O banheiro não possuía porta, desprovido de qualquer privacidade quem o utilizasse, a única janela possuía fechamento em gradil que continha peças de roupa, bem como entre os beliches onde jovens penduravam suas roupas em uma tentativa de buscar alguma privacidade talvez.

Aqui comecei a me questionar se a justificativa recebida pelo responsável do setor de projeto era mesmo pertinente, ao dizer que não eram feitos quartos individuais por uma questão de isolamento do adolescente, mas segundo o que constatei, esse isolamento só ocorreria

se os adolescentes ali presentes permanecessem em seus “alojamentos” a maior parte do tempo, sem poder ir e vir. E é justamente o que ocorre devido ao controle existente sobre a rotina do jovem e da quantidade de jovens presente na unidade.

Alojamentos visitados posteriormente possuíam características semelhantes, mas aqui além de quartos para três jovens, existiam alguns individuais para os adolescentes que precisassem de atendimento especial ou algum tipo de isolamento. Espacialmente em sua composição havia três camas e uma bancada para pertences pessoais, alguns possuíam e televisão para o entretenimento dos jovens, não nos sendo informado qual procedência, porem além deste quarto também possuir mais de três adolescentes, o que me chamou atenção foi o banheiro junto ao quarto, composto de chuveiro, pia e sanitário com proteção de meia parede. Despido qualquer um que os utilizasse de qualquer dignidade. Essas unidades novas possuíam áreas internas que deveriam servir de copa ou área recreativa aos jovens, porém não pareciam ser usadas, havia também um local para banho de sol isolado.

Todos os edifícios novos possuíam fechamento externo dos alojamentos em frágil e dos corredores das unidades em cobogó para melhor iluminação e ventilação, mas desprovidos de qualquer fechamento físico em noites mais frias ou chuvosas. Ao questionar tais pontos, fui informado que os adolescentes por muitas vezes costumam urinar nas portas metálicas a fim de sua corrosão, utilizar de peças de roupas para retorcer e quebrar os módulos do cobogó e até derrubar meias paredes ao balançar-las.

Após fomos direciono a área externa de novo, onde perguntado sobre o refeitório, foi informado que todas as refeições eram buscadas e realizadas dentro dos quartos, pelo espaço não comportar tantos adolescentes e para evitar qualquer tipo de confusão, visto que o número reduzido de agentes socioeducativos foi constatado.

Por último visitamos os espaços de aula, onde aqui, os espaços se misturavam as áreas abertas. Fomos guiados pela coordenadora

de educação que nos guiou as salas, uma biblioteca que estaria sendo improvisada e a sala de projeção próxima a uma área arborizada que continha uma horta. As condições ali presentes eram insuficientes segundo relato da própria coordenadora sobre a biblioteca, mostrava que mais uma vez o espaço se adaptava aos usos. Não sendo constatado nem localizado áreas de oficina e profissionalização.

Após esse breve percurso nos direcionamos a unidade feminina que se encontrava ao lado. Aqui nos direcionamos direto para a sala do diretor, que nos recepcionou e conversou conosco sobre a natureza da nossa visita antes de sermos guiados para conhecer as partes administrativas e assistenciais.

Melhor estruturada que a unidade anterior, pude conhecer as unidades de atendimento médico, enfermaria, área de convívio familiar entre outras especificidades técnicas. Assim como na unidade anterior, está também passava por mudanças e adaptações que foram explicadas brevemente.

Na área externa, a primeira diferença a ser notada foi referente as adolescentes utilizando o espaço, praticando esporte na quadra, ou apenas transitando de um lugar para o outro. A presença ali parecia menos hostil, pudemos conhecer os alojamentos que funcionavam da mesma forma que os masculinos, mas por sua vez não havia superlotação e o espaço era apropriado de alguma forma pelas adolescentes com seus pertences pessoas apenas.

A área educativa devido ao horário estava fechada e não pude constatar seu interior, mas em compensação pude conhecer quatro ambientes destinados a atividades ocupacionais sendo possível adentrar na sala de arte e costura. Aqui a dificuldade financeira era refletida no discurso pela falta de materiais para as atividades. Terminando nossa visita na área de refeição, onde conhecemos todo espaço, desde o recebimento ao armazenamento dos mantimentos e o alojamento da equipe aparentemente da cozinha. O espaço também carecia de uma biblioteca e sala de leitura estava sendo improvisada em um local já existente. Aonde terminamos

nossa incursão e mais uma vez conversamos com o diretor da unidade, que no disse: “o clima aqui é mais tranquilo que na unidade masculina, vocês irão sair até mais leve”.

5.2. Análise do Discurso

Como segunda etapa, dois estudos caso feito pela pesquisadora Elena Maria Duarte de Oliveira (2008), da Universidade Federal de Santa Catarina, será colocado em análise a partir da Análise do Discurso. Oliveira analisou três instituições de internação para adolescentes, e buscou entender as relações espaciais, administrativas e os efeitos que o espaço causava nos jovens, objetivando analisar como as configurações espaciais poderiam facilitar ou dificultar o processo socioeducativo.

Será incorporado neste capítulo, de forma breve, quais métodos foram utilizados pela pesquisadora e, pela análise do discurso, quais os sentidos de cada observação empreendida, para podermos traçar uma relação com as descobertas provenientes da análise de viés etnográfica explicada no cap. 5.1. Essas duas etapas ajudarão na criação de preceitos que nortearão o desenvolvimento das diretrizes que se esperam construir ao final deste trabalho.

Das três Instituições analisadas pela autora, destacaremos as instituições intituladas A e B (mantidas em anonimato pela pesquisadora). Sendo ambas as instituições geridas pelo Estado, possuindo características físicas distintas, a instituição A, encontra-se instalada desde 1999 em uma edificação inicialmente destinada a abrigar uma penitenciária e possui capacidade para 30 adolescentes de 13 a 18 anos, já a Instituição B foi inaugurada em 2006, construída desde o seu planejamento para a socioeducação para atendendo até 55 adolescentes, entre 15 e 18 anos.

Os procedimentos de pesquisa adotados tiveram como objetivo: avaliar a instituição tendo por três dimensões: vivencial, instrucional e física.

Para tal foi realizado:

- Visita Exploratória - através da Observação Assistemática “em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas.

- Entrevista semiestruturada - Para esta pesquisa optou-se pela adoção da entrevista semiestruturada, que consiste na utilização de um roteiro com perguntas abertas previamente estabelecidas, envolvendo os principais assuntos que desejam ser abordados, visando a melhor condução da conversa.

- Observação sistêmica – para mapear os locais, fazendo uso de instrumentos de coleta pré-determinados para observar os fenômenos do local. Neste tipo de procedimento o pesquisador observa um ambiente controlado e já busca as informações de fato relevantes, descartando possíveis trivialidades.

- Entrevista com grupo Focal - O método consiste na aplicação de entrevista a grupos de pessoas de mesmas características, possibilitando uma abordagem direta do problema estudado.

O projeto socio-pedagógico define, basicamente, qual é a estratégia adotada para promover a ressocialização dos adolescentes. As duas instituições apresentam semelhanças nesse quesito, sendo esses projetos inseridos no contexto da ressocialização e da promoção de valores sociais. Os projetos de acordo com a autora, propõem a realização de um trabalho conjunto dos jovens, família e sociedade.

É importante ressaltar que tal alinhamento se dá pelo fato de os projetos serem norteados e regulamentados pelos ECA através de uma espécie de controle de qualidade institucional.

A cotidiano nas instituições é outro ponto em comum, no que se refere às rotinas e atividades específicas.

“A rotina consiste geralmente em levantar, tomar café, participar da escolarização, das oficinas regulares e das atividades extras, almoço, práticas de atividades esportivas, pequenos momentos de descanso durante o dia, banho, hora para jantar e dormir” (OLIVEIRA, 2008. Pág. 66).

Ao começarmos analisar as dimensões físicas das instituições, explicitadas pela autora (OLIVEIRA, 2008), as diferenças começam a ficar mais claras. Como dito anteriormente, a Instituição A possui grandes características prisionais, principalmente nos locais voltados para a permanência mais prolongada como s setores de alojamento, salas de aula, salas de atividades e sala de televisão. O ambiente geralmente é escuro, mal ventilado. A edificação como um todo é bastante fechada e possui grandes depredações feitas pelos próprios jovens em tentativa de fuga e criação de armas brancas.

Já a Instituição B apresenta abundancia de espaços físico e áreas verdes, uso expressivo de cores nas paredes e poucas características opressoras.

O programa arquitetônico básico das duas instituições também se difere consideravelmente. A Instituição B por ter sido projetada com este objetivo específico possui um programa mais completo munido de: sala para professores/ direção/ reunião/ técnicos/ oficinistas/ segurança; lavanderia; refeitório; quadra poliesportiva; uma escola própria com salas de aula, banheiro e pátio; uma oficina própria com salas para oficina, uma capela ecumênica e alojamentos com quartos para dois oi quatro adolescentes, sala para TV e atividades diversas e banheiro externo.

A instituição A apresenta, uma sala de reunião/ técnicos/ atendimentos/ professores/ segurança/ dentista; sala para TV e atividades diversas; refeitório/ alojamentos para três adolescentes com um banheiro; quartos individuais com um banheiro próprio/ salas para aula e oficinas; salas voltadas para o trabalho dos socioeducadores; uma quadra poliesportiva e um salão de palestras.

Essas diferenças entre os arranjos das duas instituições impactam diretamente o comportamento dos jovens residentes nelas, bem como a percepção deles frente ao ambiente no qual então inseridos. Ao fazer uma pesquisa com os jovens fazendo uso de entrevistas e dinâmicas de grupo específicas (OLIVEIRA, 2008), a pesquisadora constatou grandes

diferenças entra sensação que os ambientes causavam nos jovens.

Os adolescentes da instituição A (adaptada para o uso), foram os que mais relataram sentimentos negativos associados a solidão, depressão e saudade da família e do mundo externo a instituição. Segundo a autora, tais sentimentos surgiam em momentos de ociosidade, principalmente dentro dos quartos. A sensação de estar é recorrente para muitos adolescentes, não apenas pela presença de grades, mas também peça vigilância e obrigação de cumprir as rotinas, estes ultimo dando origem a um sentimento de descontrole da própria vida e uma noção de tempo vagaroso e a falta de diversidade em atividades faz com que tenham tempo para pensar em besteiras. Alguns adolescentes disseram que pela presença de grades se sentem como animais. Sentimentos positivos nessa instituição, por sua vez, foram identificados somente em ideias voltadas para o desejo de liberdade e de não retornar mais para aquele local.

Participando do mesmo procedimento aplicado nos jovens da Instituição A, os jovens da Instituição B, observou-se uma maior recorrência de sentimentos positivos, inclusive em relação ao ambiente Institucional, qualificando-o como “bonito”, “muito-verde” e “calmante”. O sentimento positivo que mais se destacou foram os relacionados a perspectiva de futuro, onde os adolescentes se sentiam incentivados pela instituição a aproveitar a nova chance de sair da vida infratora que levaram no passado.

Ainda nesta instituição, os adolescentes não reclamam sobre o fato de estarem internados, da ausência de autonomia ou saudade do mundo lá fora, nem das condições físicas da instituição.

Foi realizado por Oliveira (2008) entrevistas com 8 socioeducadores, onde na Instituição A os entrevistados não souberam apontar um local específico onde o comportamento dos jovens fosse mais harmônico e coso. Segundo eles, o humor é a quantidade de jovens e o tipo de atividade influenciam no surgimento dos conflitos, mas ressaltam que nos alojamentos dificilmente ocorrem conflitos entre eles. Os jovens entendem que camas e alojamentos como pertencentes a quem dorme

neles, respeitando esses espaços o que é observado no conceito de territorialidade.

Os locais de conflitos identificados de forma unânime são apontados pelos socioeducadores como a quadra/ quadra poliesportiva, as salas de aula e a sala de TV.

Segundo a mesma lógica, na Instituição B foi observado a diminuição do comportamento violento por conta do amplo espaço entre os setores. O conceito de Territorialidade também rege aqui nos alojamentos e o respeito mutuo nesses locais. As salas de aula também foram vistas como locais de conflito, mas por uma inabilidade do socioeducador em lidar com adolescentes.

A diferença nos comportamentos dos jovens de cada instituição pode ser analisada com base na diferença do programa pedagógico alinhado com um programa arquitetônico que supra as necessidades deste. É importante dizer que a imagem da instituição também se reflete na imagem em construção do indivíduo que ali se encontra internado, como percebemos, e é possível associar a depredação desse espaço físico como a negação, a não identificação, o não apego.

Foi apontado que dois fatores influenciam na tensão entre os jovens, um é a pratica de esportes onde o território de contato é a pele, o outro é a dimensão dos espaços físicos que nos remetem aos conceitos de controle de interação, privacidade e solidão. Um exemplo disso são as salas de TV que por apresentarem dimensões pequenas aglomeram um grande número de jovens, gerando tensão.

Corroborando com essa análise temos a instituição B com grandes espaços abertos e livres entre os setores da escola, alojamentos e áreas central da internação, o que diminui aglomeração e consequentemente causada por contato físico

A ociosidade, a vigilância constante e o controle trazem muitos pensamentos negativos aos internos da instituição A, voltada ao modelo prisional. Acabando por muitas vezes não fazendo o jovem passar por um processo transformador positivo, mas sim somente punitivo.

Enquanto isso na instituição B os jovens apresentam uma capacidade reflexiva mais desenvolvida e uma perspectiva de vida pós cumprimento mais otimista. O desejo de liberada, nesse caso, parte do princípio não do retorno a antiga vida, mas sim para a transformação da vida, aproveitando sua segunda chance.

A relação do adolescente, sua identidade, auto imagem é construída em parte por esse ambiente que ele se encontra, a imagem desse ambiente influencia na sua construção de mundo e, consequentemente, seu comportamento, anseios e sentimentos. E caso essa relação seja negligenciada, sentimentos negativos e problemas ligados inclusive ao reforço do comportamento violento pode surgir.

5.3 Analise dos Aspectos Ambientais nas Unidades Visitadas

Apartirdosestudosrealizadosanteriormente,foipossívelconhecer a realidade das instituições estudadas, suas principais características físicas e como os adolescentes vivenciam esse espaço. Visando entender melhor como essas características podem vir a prejudicar ou facilitar o processo socioeducativo, neste capítulo será realizada a análise dos dados através dos conceitos ambientais explorados no capítulo 3.

Amparadopeloreferencialteórico,estáanálisebuscacorrelacionar como as ambiências sensíveis são atendidas ou negligenciadas dentro das instituições.

- **Privacidade:** Podemos explorar esse aspecto aqui de duas formas, sendo a primeira relacionada a autonomia. Existe a necessidade constante de vigilância por parte dos socioeducadores e dos agentes socioeducativos para evitar fugar e agressões ou quaisquer tipos de conflitos e perigos, como também para a realização das tarefas. Sendo autonomia fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento que o processo socioeducativo pretende alcançar.

A segunda está relacionada a estrutura física da unidade. Os adolescentes dificilmente conseguem estabelecer momentos de solidude

ou reserva, principalmente nos alojamentos/quartos que são divididos.

Sem dúvida alguma um dos maiores problemas referentes a privacidade está na disposição do banheiro que é “protegido” por meias paredes, o que proporciona o a exposição da intimidade dos internos uns aos outros e aos agentes socioeducativos.

- **Territorialidade:** todo alojamento possui em seus quartos um conjunto de cama e cabeceira ou espaços improvisados para pertences pessoais que é organizado cada adolescente, em especial na unidade feminina visitada foi possível ver mais claramente a apropriação e uso desse espaço com fotografias. Tais territórios reconhecidos e respeitados pelos demais usuários do ambiente. Mas não é regra.

- **Espaço pessoal:** a superlotação nos alojamentos da unidade masculina foi o único local que mostrou problemas visto que um quarto projetado para quatro pessoas chegou a comportar vinte adolescentes.

- **Identidade:** Esse aspecto começa ainda fora da instituição, que é a forma como a sociedade vê as unidades de Internação, e tais unidades só reforçam esses estereótipos por não se abrirem de alguma forma a sociedade visto que é importante para o processo socioeducativo a inserção da sociedade e a família nesse processo. Já para os adolescentes identidade está relacionado a apropriação do espaço. Porém essa apropriação acontece de forma pouco diversa ou é totalmente negada. A unidade do quarto é o único local que limitadamente os adolescentes podem explorar esse aspecto.

- **Ambientais:** Tais aspectos aqui estão relacionados ao controle térmico, lumínico e acústico bem como a degradação causada pelo uso de materiais inadequados ou de baixa qualidade, resultando em equipamentos e estruturas danificadas, sejam e com problemas de conservação.

Os alojamentos, locais de maior vivência dentro do espaço institucional pelos adolescentes nas unidades visitadas se encontravam em péssimo estado de conservação, apresentando rachaduras e vazamentos de água. Quanto a iluminação, pude observar a ausência de muitas lâmpadas e aberturas com pouca entrada de luz. Foi observado também que nos blocos de alojamento não existe nenhum tipo de fechamento que não seja gradeamento vazado e cobogó, tornando as variações de temperatura dentro dos alojamentos instáveis perante o clima.

- **Apropriação:** Os ambientes estudados se mostram muito rígido e não permitem que o adolescente se aproprie satisfatoriamente dos espaços. Muito pelo contrário, é possível perceber a negação desse espaço através da depredação do mesmo.

- **Estresse ambiental:** Não foi objetivo deste trabalho mapear os fatores estressores bem como estratégias compensatórias ou de enfrentamento. Porém é possível classificar algumas como:

- O fato de estar internado contra sua vontade, em um ambiente com regras e limitações diferente do que vivia anteriormente.
- A convivência com pessoas estranhas.
- A sua inserção em um local que possui uma identidade negativa.

- **Habilidade:** Dos ambientes visitados por mim, nenhum apresentou características que representem a tendência existente no pensamento socioeducativo de se aproximar a espacialidade da instituição do ambiente doméstico.



Figura 23 Fonte: Archdaily



Figura 24 Fonte: Archdaily



Figura 25: Fonte: Archdaily



Figura 26 Fonte: Archdaily



Figura 27 Fonte: Archdaily

6. DIRETRIZES PROJETUAIS

Neste capítulo apresentaremos alguns elementos essenciais à formulação de diretrizes para contemplar o objetivo geral deste trabalho, a saber: referências projetuais, que constituem a base comparativa para a fundação de propostas de projeto mais adequadas a um efetivo espaço socioeducativo no Brasil; e as diretrizes em si, que são o conjunto de situações indicadas, como em uma cartilha, para a concepção e construção de edifícios adequados à finalidade de ressocialização.

6.1. Referências - Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA

O projeto em questão se trata de uma casa para acolher crianças e adolescentes com problemas de saúde mental, sendo portanto diferente do público alvo com ênfase este trabalho, porém sua leitura se faz importante visto sua busca através da arquitetura para um ambiente seguro, semelhante a moradia tradicional dinamarquesa e com ideias pedagógicas, capazes de fortalecer as relações sociais dos adolescentes e do sentimento de comunidade, respeitando as necessidades individuais de todos. (Figuras 23 a 27).

Para fugir dos grandes corredores institucionais, a volumetria parte da junção de quatro residências conectadas, sendo outro aspecto importantes é a escala do edifício que diferentes espaços criados para os diferentes grupos residentes. (Figura 28)

Cada grupo, de uma certa idade, possuindo seu próprio espaço destinado a um uso flexível em relação a unidade central. Tal disposição tem como objetivo proporcionar aos residentes um sentimento de pertencimento, um lugar de acolhimento onde podem ficar sozinhos ou em grupos menores.

Alguns volumes e espaços são liberados para as próprias crianças e usuários decorarem, os ambientes são pensados de acordo com as necessidades e atividades realizadas. Os tamanhos e orientações diferentes permitem adaptar o amplo programa, com espaços para leitura, espaços para filmes, uma sala para fazer as tarefas área de pintura e artesanato, salas grandes para atos festivos, etc. (Figura 29)

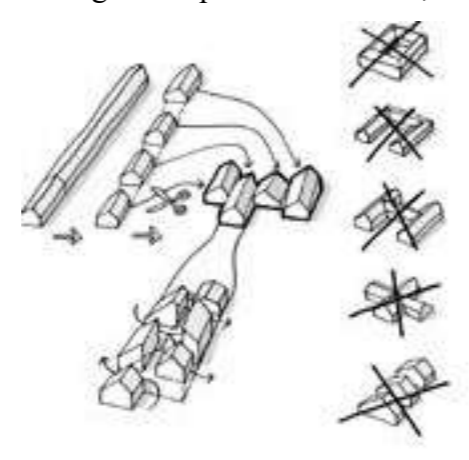


Figura 28 Fonte: Archdaily



Figura 29 Fonte: Archdaily

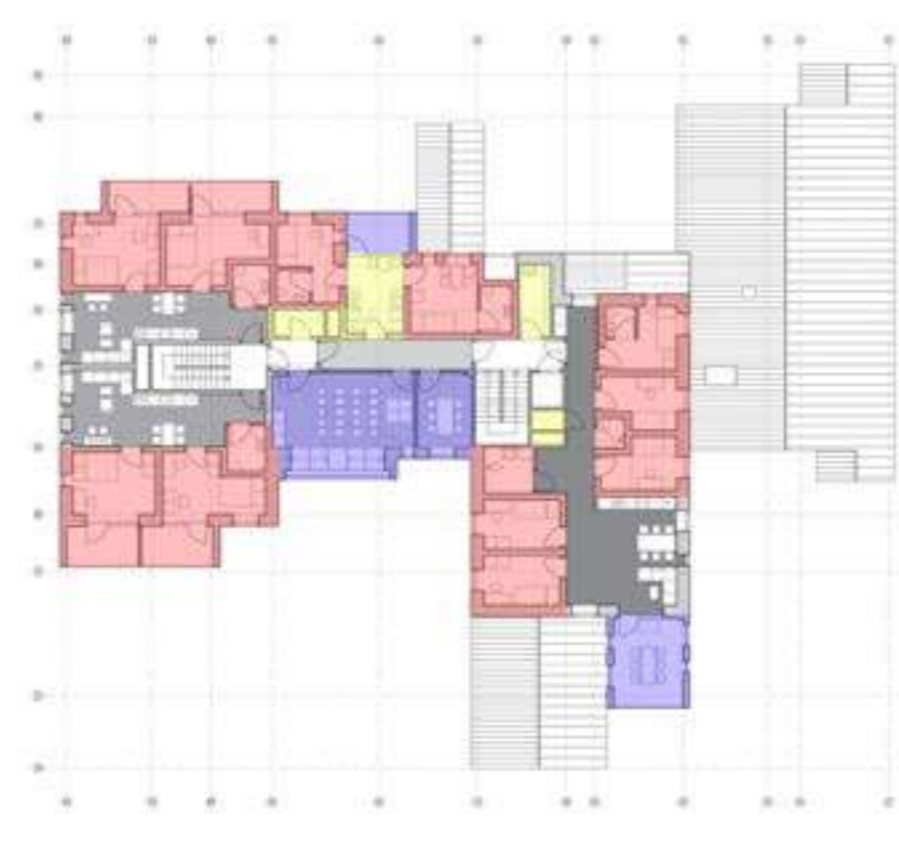


Figura 30: Planta do Segundo Pav. Fonte: Archdaily

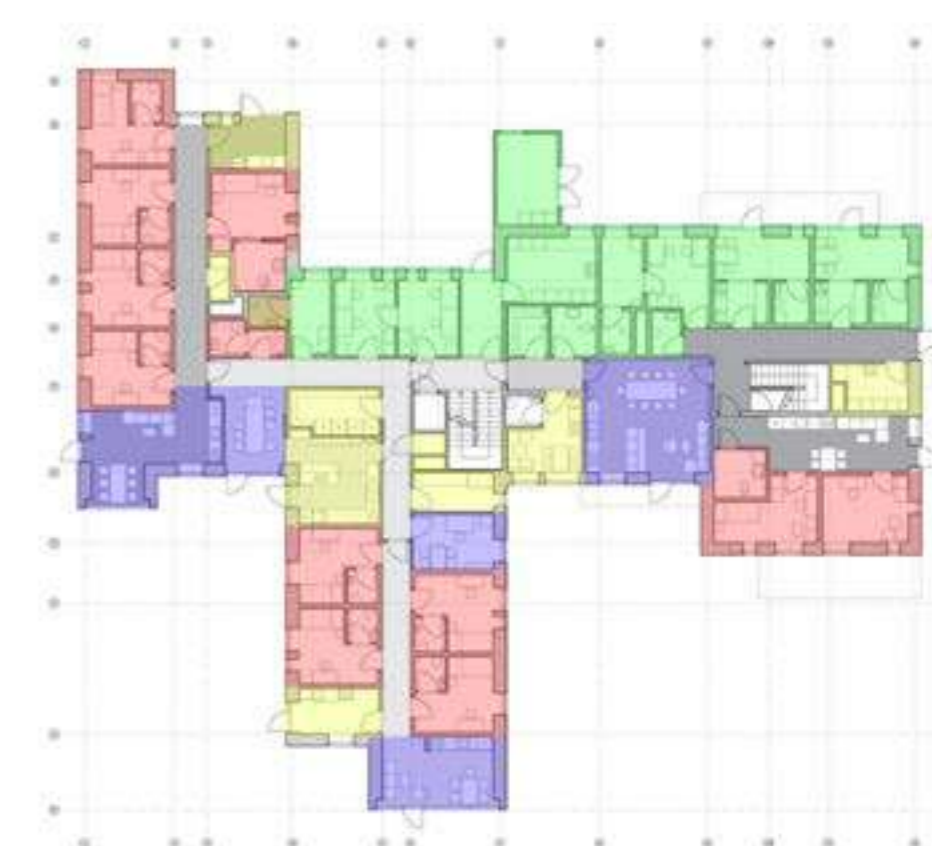


Figura 31: Planta do Pav. Térreo. Fonte: Archdaily

- Convivência
- Serviços
- Quartos
- Administração

Aldeias Infantis SOS Brasil - Manaus

As Aldeias Infantis SOS, se tratam de um programa inserido em forma de vila se fins lucrativos que tem por finalidade criar famílias para crianças órfãs, em um ambiente propício a um crescimento saudável e o mais normal possível.

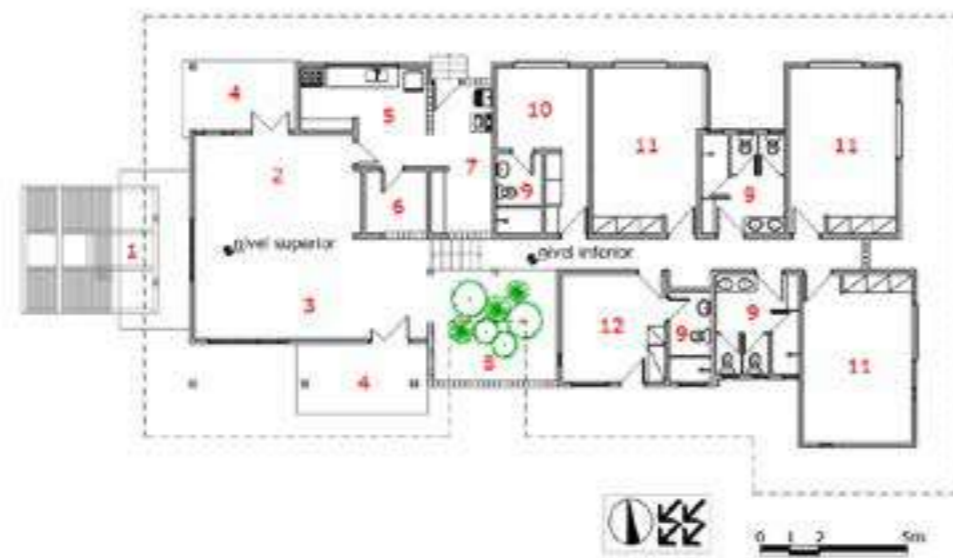
A ideia das Aldeias é formar pequenas comunidades com 10 a 12 casas-lares. Cada casa sendo composta por uma Mãe-Social que cuida de sete a nove crianças. O programa incentiva que as crianças participem ao máximo da sociedade em que estão inseridas, para que estas construam seu futuro com autonomia.

O conjunto contempla também, casa das tias, casa do dirigente, casa do zelador, escola de mães, alojamento para visitantes, vestiário de educação física, trabalho com terra, refeitório, garagem e lavanderia. Uma casa comunitária funciona como o centro administrativo da aldeia e local para atendimento médico e odontológico.

O conceito de aldeia se sustenta pela integração das casas-lares aos espaços de uso comum como circulação coberta, auditório, jardim de infância, biblioteca infantil, área de esportes e lazer, que também são frequentados pelas comunidades vizinhas.

O projeto se insere em um contexto predominantemente residencial. As partes dos programas que são frequentadas pela comunidade extrema foram situadas próximas aos eixos viários. As partes que requeriam mais privacidade, as casas-lares, e outras habitações do conjunto foram colocadas nas áreas mais distantes das vias públicas.

A ideia básica do programa das Aldeias Infantis SOS de sustentar a vida das crianças em ambiente saudável, onde o convívio comunitário é de grande importância, foi sem dúvida interpretada pelo arquiteto Severiano Porto com soluções que intensificam e colaboram de maneira notável no desempenho de todo o espaço. Evidentemente que tal resultado é tributário de um processo projetual que domina o programa por meio de investigações rigorosas sobre os temas em questão.



LEGENDA:

- | | | | |
|-------------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| 1- pergolado | 4- varanda | 7- área de serviço | 10- quarto da mãe |
| 2- sala de jantar | 5- cozinha | 8- jardim interno | 11- quarto das crianças |
| 3- sala de estar | 6- despensa | 9- banheiro | 12- quarto das tias |

Figura 32: Planta Baixa da Casa-Lar.



LEGENDA:

- | | | |
|------------------------------|---|---|
| 1- vestiário educação física | 9- vólei | 17- casa do zelador |
| 2- castelo d'água | 10- futebol | 18- casa comunitária/ depto. médico/ biblioteca |
| 3- refeitório | 11- chapéu de palha | 19- jardim de infância |
| 4- auditório | 12- casa das tias | 20- quinta |
| 5- sanitários | 13- escola de mães | 21- playground |
| 6- criação e arte | 14- alojamento de visitantes | 22- circulação |
| 7- lavanderia/ oficinas | 15- biblioteca infantil/ atividades de ensino | 23- casa-lar |
| 8- garagem | 16- casa dos dirigentes | 24- trabalho com terra |

Figura 33: Implantação da Aldeia Infantil SOS Brasil - Manaus.



Figura 34: Foto aérea da Aldeia SOS Manaus. Fonte: www.jamerboi.com/espconica37/



6.2 Diretrizes para um Projeto de espaço socioeducativo com internação

É de extrema importância que para uma real oportunidade de ressocialização, é necessário partir de um programa pedagógico e arquitetônico que permitam a humanização desses espaços, que incentive a qualificação dos adolescentes neste breve período que passarão pela instituição¹.

Portanto é fundamental o acesso à educação, lazer, saúde, e profissionalização, bem como aos aspectos relacionados à habilidade espacial. Em caso de negação desses aspectos, a passagem do adolescente pela instituição não irá agregar valores positivos, dificultando sua recuração pessoal e social pós internação.

A elaboração do programa foi baseada nas recomendações do SINASE, que representa o “mínimo” para o desenvolvimento pessoal dos adolescentes.

De forma lógica, o programa se divide em: alojamentos, acolhimento dos internos, administração, cultura, educação, esportivo, guarda interna/externa, profissionalização, saúde, serviços gerais e visita. Sendo cada um desses setores subdivididos em ambientes que se encontram na tabela 3.

Resalto que tal proposição não tem como objetivo restringir o programa de futuros projetos, que cada qual deve se ater a atender da melhor forma possível as recomendações mínimas do SENASE.

Acolhimento/Alojamentos	Dormitórios individuais com banheiro; Área de Serviço; Cozinha; Sala de convívio; Sala do socioeducador com banheiro.
Acolhimento dos Internos	Revista; Guarda Pertences; Cadastramento; Sala de aconselhamento; Higienização; e Banheiro.
Administração	Almoxarifado; Recepção; Espera/Secretária; Bateria de banheiros; Fraldário; Arquivo; Sala da direção com banheiro; Sala da administração com banheiro; Copa; Sala dos socioeducadores com banheiro; Sala de Atendimento jurídico; Sala de atendimento individual;
Cultural	Auditório; Anfiteatro; Área de exposição.
Educacional	Almoxarifado; Depósito de material didático; Sanitários; Biblioteca; Salas de aula; Sala de Estudos; Sala de informática; Sala de música; Sala de artes; Sala do Diretor com banheiro, Sala dos professores; Copa; Banheiro dos funcionários;
Esportes	Campo de futebol; Quadra poliesportiva coberta; Piscina; Academia; e pista de Atletismo Sala de avaliação física.
Guarda externa	Guarita com banheiro; Resvista de veículos.
Guarda interna	Alojamento feminino com vestiário; Alojamento masculino com vestiário; Copa; Serviços; Sala de reunião; e Sala de monitoramento.
Profissionalização	Salas multifuncionais; Oficinas; Depósitos; Bateria de banheiros; e Serviço.
Saúde	Recepção; Espera; Sanitários; Sala do Clínico geral; Sala Odontologica; Consultório ginecológico; Salas de observação com banheiro; Central de material esterelizado; Sala de curativos/coleta/posto de enfermagem; Lixo Séptico; Copa; Vestiário de funcionários; Rouparia/Lavagem de roupa;
Serviços geral	Setor de Cozinha geral; Despensa; Bancada de alimentação; Triagem; depósito geral; Lavanderia geral; Secagem; Armazenamento/ Distribuição; Vestiário feminino; Vestiário masculino; Serviço; DML; Copa; e Refeitório. Estacionamento, Gerador, Carga e Descarga.
Visitas	Recepção; Espera; Banheiros; Guarda pertences; Revista feminina; Revista masculina;

Tabela 3: Programa dividido em setores.

¹ De acordo com o capítulo IV do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a internação é umas das 12 medidas que o Poder Judiciário pode aplicar aos adolescentes em conflito com a lei. A restrição de liberdade poderá ter o tempo máximo de 3 anos de duração e a cada 6 meses é feita a manutenção da internação. Obrigatoriamente, após completar 21 anos de idade, todos os internados deverão ser liberados.

Ao entramos nos aspectos qualitativos dos espaços analisados, são encontrados diversos problemas que afetam de forma negativa a relação adolescente-espço institucional.

A rigidez dos espaços, que são hora são adaptados, ou simplesmente dispõem de mobiliário fixo empobrecendo as possibilidades e acontecimentos, principalmente nos alojamentos. Tal rigidez é justificada em função da depredação do espaço pelo adolescente. Espaço esse ao qual ele não se identifica, nega. Assim como o espaço nega completamente suas necessidades.

As características prisionais, como uso de grades, ambientes fechados e escuros contribuem para a negação desse espaço, que afeta os adolescentes de forma negativa. Os adolescentes se sentem como “animais” enjaulados, e tecendo uma analogia simples, qual animal que privado do seu direito de ir e vir não se torna agressivo? A Apac Itaúna em Minas Gerais nos trás uma perspectiva sobre esse assunto, onde o modelo é baseado no principio de valorização do indivíduo. Os detentos são responsáveis pela disciplina, limpeza, segurança e pelo controle da portaria. Considerando as taxas de fugas baixíssimas, pode-se dizer que o modelo é uma alternativa que funciona muito bem.

Ao trazer o exemplo a cima, a intenção é estimular o pensamento fora do estigma de confinamento e controle, de forma que esse espaço possa se configurar de forma distinta das unidades prisionais.

Portanto, promover um espaço que atenda às necessidades pessoais dos jovens que ali se encontram, é combater a identidade marginalizada que lhe é atribuída e reforçada por esses aspectos do ambiente.

Assim, é necessário agregar ao programa pedagógico necessidades que se refletem nas configurações espaciais, como a promoção de autonomia através do sentimento de comunidade, onde atividades como horta e cozinha comunitária, meditação e esportes de contato pode ser utilizado como meio de canalizar a agressividade típica presente na fase da adolescência, principalmente quando se trata de luta

como o karatê, Judô, Box ou Luta livre, podendo atuar como substitutos a violência (OLIVEIRA, 2015).

Segundo (RIBEIRO, 2016), o esporte, quando inserido na vida desses adolescentes, finda como grande importância, para o ensinamento da convivência em sociedade, as regras a serem seguidas, a coletividade e a disciplina. Além de estimular a socialização, a perder e ganhar. Respeitando sempre o gosto e aptidão de cada um ali presente, refletindo nas configurações espaciais de forma a prever ambientes que sejam flexíveis quanto ao seu uso.

Outro fator relevante a ser considerado é a promoção de relações e vínculos familiares e comunitários com o entorno que a unidade é inserida, visto que sua maioria se encontra em locais de difícil acesso, quando não, acabam por se isolarem em relação ao entorno que se inserem.

Essa relação pode ser estabelecida através do trabalho da escala desse entorno, promovendo incentivo ao comércio local, áreas de lazer e porque não áreas de exposição de pequenas obras temporárias produzidas pelos adolescente.

Nos voltando as necessidades dos jovens novamente, a privação de liberdade por si só já é uma situação de vulnerabilidade social, que acaba se refletindo na falta de privacidade e autonomia nos espaços. Podemos relacionar por exemplo o alojamento, compartilhado em “teoria” por três adolescente, que não dispoe de espaço satisfatório para a organização de pertences pessoais.

Ao pensar na privacidade e a identidade, o alojamento acaba por ser um dos ambientes dentro da instituição mais prejudiciais ao desenvolvimento do adolescente. A falta de espaço e mobiliário mínimo são insuficientes para a apropriação desse território, podendo gerar conflitos por invasão as pequenas parcelas estabelecidas pelos adolescentes.

O problema mais grave encontrado foi o banheiro, local para banho e sanitário que se insere junto ao alojamento, protegido apenas por paredes de um metro e vinte. Tal configuração pode gerar traumas significativos nos adolescentes que utilizam esse espaço e possuem sua

intimidade violada. Além da contaminação do ambiente por odores e sons característicos. Junto a inexistência de uma área para secagem de roupa que acabam sendo estendidas dentro dos quartos.

Ao nos voltarmos para as questões subjetivas do espaço, foi possível definir algumas diretrizes pedagógicas/arquitetônicas que terão impacto nos espaços que levem em consideração tais aspectos:

- a. estimular e fortalecer as relações sociais dos adolescentes e do sentido de comunidade através das artes e do esporte, bem como a possível exposição de suas obras em espaço destinado a exposição;
- b. estimular a apropriação do seu entorno através de áreas destinadas á pequenos comercios e espaços de lazer públicas;
- c. diversificar as possibilidades de fluxos dentro da unidade;
- d. dar felexibilidade aos espaços para que se adequem a diferentes propósta de uso;
- e. uso de cores para minimizar o caráter institucional de internação;
- f. uso minimo de grades e a substituição das mesmas por janelas ou elementos de fechamentos que não remetam a unidades prisionais;
- g. separação dos alojamentos por idade;
- h. agrupamento de alojamentos individuais que se assemelhem a configuração do “lar”, quatos, cozinha, sala de convivência e area de serviços;
- i. implantação em local de fácil acesso;
- j. criação de espaços de “respiros” para além de diversificar, promover um filtro entre as transições de espaço;
- l. separação por idade;

Por fim, conforme norma, se reforça que a capacidade de cada unidade seja de 40 adolescentes por unidade.²

² Resolução nº 46 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

CONCEITOS	ASPECTOS	NIVEIS DE CONTROLE	FORMAS DE EXPRESSÃO	ELEMENTOS DE CONTROLE
HABILIDADE	Privacidade	Interação com o próximo	Solidão, Isolamento	Paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjos da mobília, acústica, quantidade de espaço,dimensões das salas.
		Informações transmitidas ao próximo	Intimidade, Anonimato, Reserva	
	Territorialidade	Primário	Ocupação, Defesa, Sinalização, Personalização	Muros limítrofes, grades, peitoris, portas, portões, paredes divisórias,cercas, marcas no chão, soleiras.
		Secundário		
		Público	Ocupação Temporária	
		Interacional		
	Identidade	Corpo	Tatuagens, Piercing	Acabamentos, texturas, adornos, configuração formal, arranjo da mobília, qualidade de espaço.
		Auto Imagem	Atitudinal, Cultural	
	Ambiência	Imagem de um grupo		
		Funcionalidade	Ativvidades realizadas	Conforto acústico, terminoco, visual e antropométrico, além dos materias, textuas e cores.
		Significado	Valores e preferências	
	Durabilidade e Segurança	Características físicas		

Tabela 4: Síntese dos Conceitos

Espaço	Aspecto	Niveis de Controle	Formas de Expressão
Alojamento	Privacidade	Interação com o próximo	Solidão
	Territorialidade	Primário	Personalizaçãp/Defesa
	Ambiência	Significado	Valores e preferências
Auditório / Sala de convívio	Privacidade	Interação e informações transmitidas com o próximo	Isolamento Intimidade
Biblioteca / Refeitório	Privacidade	Interação e informações transmitidas com o próximo	Isolamento Intimidade
	Territorialidade	Interacional	Ocupação temporária
	Ambiência	Funcionalidade	Atividades realizadas
Oficinas / Salas de aula	Privacidade	Interação e informações transmitidas com o próximo	Isolamento Intimidade
	Territorialidade	Interacional	Ocupação temporária
Quadra Esportiva	Territorialidade	Interacional / Corpo	Ocupação temporária
	Identidade	Imagem de um grupo	Atitudinal / Cultural
	Ambiência	Significado	Valores e preferências
Visita Familiar	Privacidade	Interação e informações transmitidas com o próximo	Isolamento Intimidade
	Territorialidade	Interacional / Corpo	Ocupação temporária

Tabela 5: Aplicabilidade dos conceitos e compreensão das dinamicas espaciais.

Conclusões Finais

A presente pesquisa se objetivou em demonstrar a importância das configurações espaciais destinadas à internação de adolescentes em conflito com a Lei Brasileira para elaboração de diretrizes projetuais, através da análise por um viés subjetivo do espaço institucional e seus usuários que vivenciam este espaço de forma intensa, os adolescentes.

O embasamento teórico foi fundamental para a construção do trabalho, buscando fundamentar-se perante os conceitos desenvolvidos por Malard, 2002 e o LASC - Laboratório de pesquisa Arquitetura, Subjetividade e Cultura, afim de reconhecer que o ambiente que em vivemos exerce influência nas nossas relações sociais e comportamentais.

Notou-se que a promoção de privacidade, territorialidade e identidade podem ser fundamentais para o projeto de uma arquitetura socioeducativa, quem necessita além de toda formação técnica, fundamentalmente um olhar sensível através das relações subjetivas entre os adolescentes e o espaço de internação.

A realização deste trabalho demonstra a importância que pesquisas deste tipo devem ser realizadas frequentemente, pois são realizadas em um determinado período com unidades distintas e envolvem o comportamento humano que é uma tarefa árdua.

É de suma importância não só a perspectiva do arquiteto na hora de projetar tais espaços, mas a importância dos anseios de seus usuários, buscando sempre um equilíbrio entre esses anseios e a Legislação vigente.

Recomenda-se para maior enriquecimento das futuras pesquisas que possa ser realizado entrevistas com os adolescentes das instituições visitadas, visto que cada qual possui uma realidade distinta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>, Acessado em 16/05/2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Relatório da resolução Nº 46/1996. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=95825>, acessado em 16/05/2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf, acessado em 16/05/2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório da resolução Nº 71/2011. Um olhar mais atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País. Brasília. 2013. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-0712.pdf>, acessado em 16/05/2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>, acessado em: 10/05/2021.

CORDELLINI, Júlia Valéria Ferreira. ADOLESCÊNCIA E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-444.html>, acessado em 16/05/2021

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>, acessado em 16/04/2021.

DUARTE, C.; PINHEIRO, R.; UGLIONE, P.; LIRA, E.; THOMAZ, B.; GUERRA, J. Uma Ambiência Urbana à Luz Do Conceito De “Empatia Espacial”: A Pedra Do Sal, No Rio De Janeiro. In: 1º. Congresso Internacional ESPAÇOS PÚBLICOS, 19-22 OUTUBRO 2016. Disponível em: <http://lasc.fau.ufrj.br/public/upload/2019-0124/7b70ecf4035f751b75cc0a0d450daa87.pdf>, acessado em 10/05/2021.

DUARTE, C.; PINHEIRO, E. A Empatia Espacial e suas implicações nas ambiências urbanas. In: Revista Projetar, n. 15, outubro 2015, pp. 70-76.

FISCHER, Gustave-N. Psicologia Social do Ambiente. Trad. Armando Pereira da Silva.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 100-121. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf, acessado em 16/05/2021

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir: nascimento das Prisões. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf, acessado em 16/05/2021

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/Manicomios-prisoas-e-conventos.pdf>, Acessado em: 16/05/2021

HARRIS, Zellig S. (1952b.) “Discourse Analysis”. *Language* 28:1.1-30

JOHNSTON, Norman. *Forms of constraint: a history of prison architecture*. Chicago: University of Illinois Press Urbana And Chicago, 2000.

MPPR. Idade Penal: Tabela Comparativa. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-323.html>, acessado em 16/05/2021.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Ep: Pontes. Disponível em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/ORLANI_ADPP.pdf, acessado em 16/05/2021.

PÊCHEUX, M. *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* Campinas: Pontes, 1990. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Disponível em: <http://www.sergiofreire.pro.br/ad/pecheux-dea.pdf>, Acessado em: 16/05/2021.

SOUSA, Pedro. *Análise do Discurso*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. Disponível em: https://petletras.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Livro-Texto_Analise-do-Discurso_UFSC.pdf, Acessado em: 16/05/2021

PIZZATO, Charles. *Arquitetura Socioeducativa – O espaço ressocializando as pessoas e curando a sociedade*. CAU/RS, 2006. Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Arquitetura-Socioeducativa.pdf>, Acessado em: 16/05/2021.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos, DUARTE, Cristiane Rose. *Casas inviáveis: um estudo dos espaços da população de rua do Rio de Janeiro*. In: *Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002. PEDREIRA, Lucia Álvares. *A aplicação das medidas socioeducativas na Bahia: os desafios da implementação do SINASE*. Monografia (Especialização em Direitos Humanos, Segurança e Cidadania) – Universidade Estadual da Bahia, 2011.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século XX*. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 211-230.

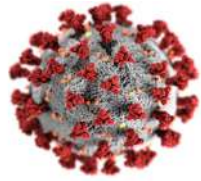
SILVA, Cristiane Neves. *Aspectos subjetivos dos ambientes de atenção à saúde e sua relação com o ambiente construído*. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6867>, acessado em 16/05/2021.

SOUZA, Daniele Gomes. *Arquitetura Socioeducativa*. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3832>, acessado em: 16/05/2021.

A black and white photograph showing the silhouettes of a group of people in a room. They are positioned in front of a large window with a grid pattern. Some individuals have their hands raised, suggesting a meeting or a discussion. The lighting is dramatic, with the window providing the primary light source, creating strong shadows.

CIVITAS – CIDADANIA E ESPAÇO:

Diretrizes para o diálogo projetual entre adolescentes e instituições de ressocialização no Brasil



COVID19

TFG1

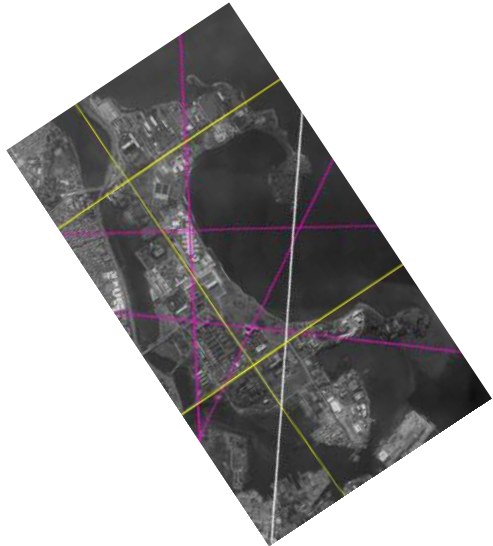
PLE

2020.1

2020.2



Terreno localizado na Ilha do fundão



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL

2.1 Os primeiros locais designados para apreensão de crianças e adolescente.

2.2 A evolução dos espaços de internação no Brasil

2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

2.3.1 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

2.3.2 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS

3.1 O conceito de Panóptico e o cerceamento de liberdades

3.2 Corpo e Atenção à criança e ao adolescente

3.3 Ambiências sensíveis e a Empatia Espacial

4 METODOLOGIA

4.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental

4.1.1 Revisão Histórica

4.1.2 Legislação Brasileira

4.1.3 Panorama do Sistema Socioeducativo Brasileiro

4.1.4 Espaço, Poder, Ambiências e suas relações

4.2 Pesquisa Empírica de Viés Etnográfico

4.3 Análise do discurso em estudos de caso realizados

5 ANÁLISE

5.1 A observação participante analisada frente à Legislação

5.2 A possibilidade de atentar para Ambiências

5.3 Referências arquitetônicas.

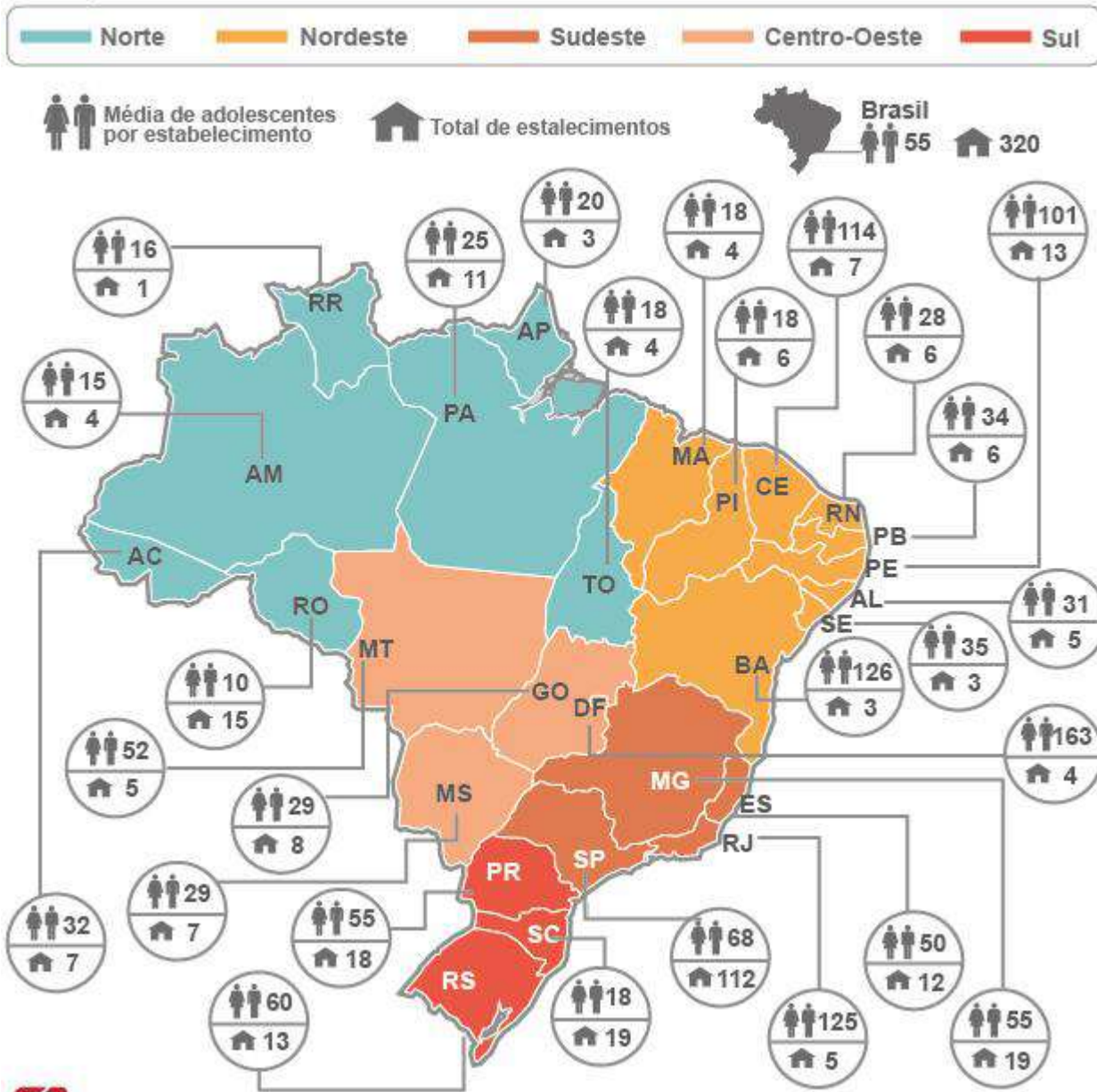
6 DIRETRIZES PROJETAIS

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Unidades de internação para adolescentes infratores

Distribuição pelo país e percentual de estabelecimentos



INTRODUÇÃO

Em setembro de 2019 havia no Brasil 18.086 adolescentes em privação de liberdade e apenas 16.161 vagas, distribuídas em 330 unidades em todo território nacional.

Fonte : UFF-DEGASE 2019



Centro de Acolhimento do DEGASE com superlotação. Fonte: Macia





A construção da identidade pessoal sexual e profissional é possivelmente a tarefa mais complexa e natural ao longo desse ciclo da vida. Suas relações com a sociedade, família, amigos, e os ambientes são vivenciados de forma única por intermédio do corpo sensível. Todas as escolhas feitas são baseadas nos valores construídos através desse percurso.



‘Não é Socioeducação,
é cadeia!’

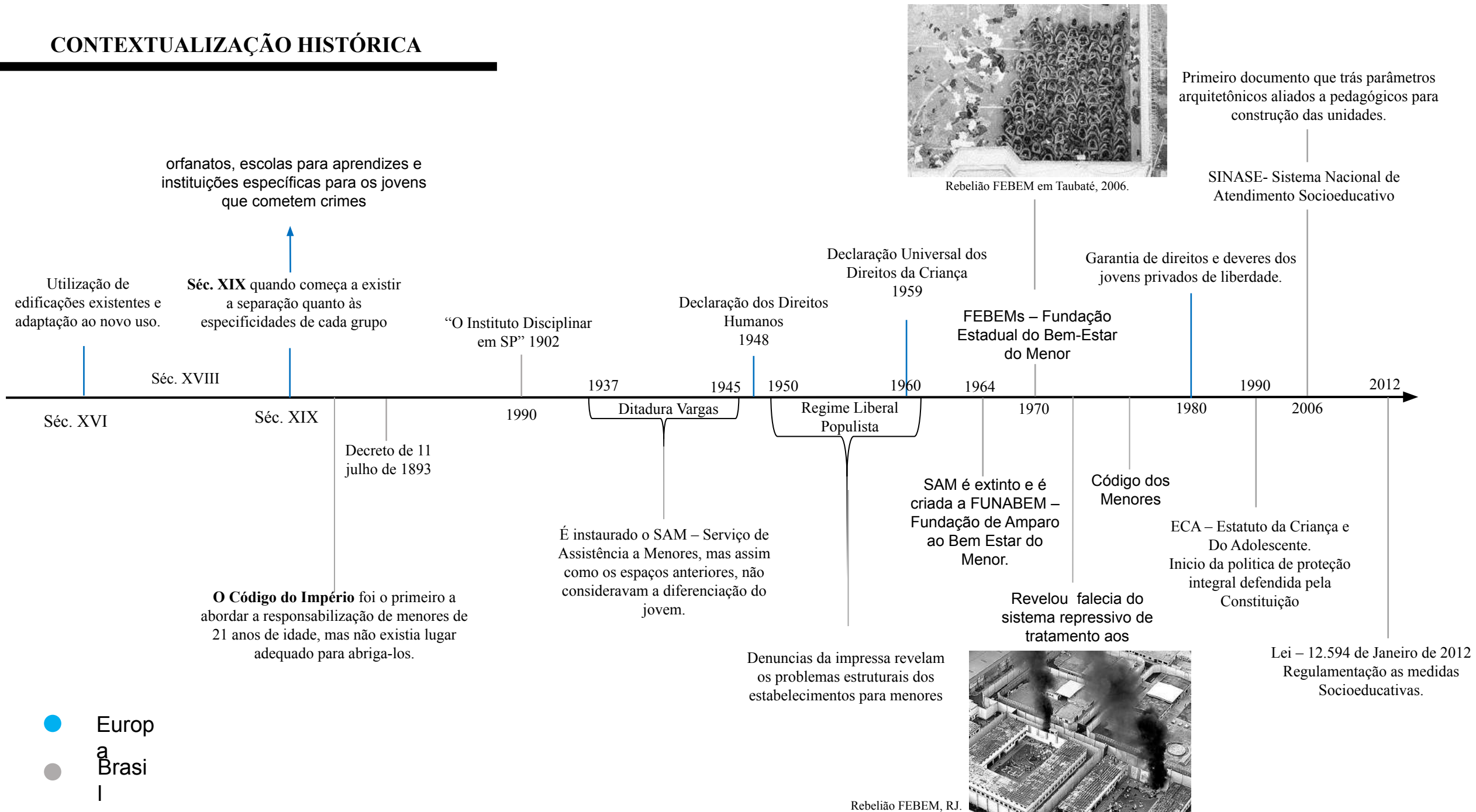
OBJETIVOS

Os Objetivo Específicos são:

- a. entender as relações de privacidade e funcionamento nas dimensões do espaço de uso individual e coletivo;
- a. elencar os elementos arquitetônicos eventualmente existentes que dificultam o processo socioeducativo;
- a. propor diretrizes que possam favorecer o processo socioeducativo e de ressocialização;
- a. identificar estratégias de adequação dos ambientes físicos e socioculturais, por meio da relação com as ambiências.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA



ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

É um instrumento normativo que visa a proteção integral da criança e do adolescente.



ADOELSCENTE



12 a 18 anos incompletos



ATO INFRACIONAL



Medidas

Socioeducativas

(art. 101, ECA)

Não privativas:

- Advertência;
- Obrigação de Reparo do Dano;
- Prestação de Serviços à Comunidade;
- Liberdade Assistida;
- Remissão;

Privativas:

- Semiliberdade;
- Internação;

Art. 123 (...) Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória **serão obrigatórias atividades pedagógicas.**

Art. 124 (...)

VII – **receber visitas**, ao menos semanalmente; (...)

X – **habitar alojamentos em condições adequadas de higiene e salubridade;**

XI – **receber escolarização ou profissionalização;**

XII – **realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;** (...)

XV – **manter a posse de seus pertences pessoais e dispor de local seguro para guarda-los** (...) (Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

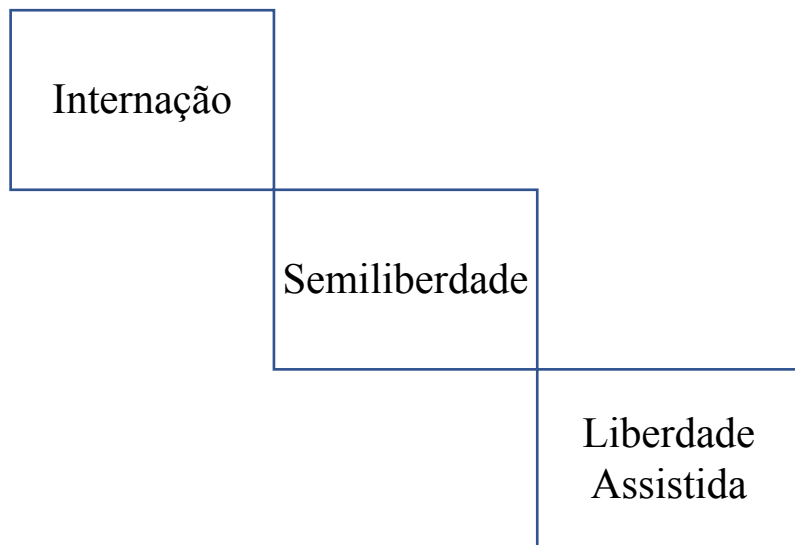
SINASE – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

- Acesso e Controle (portaria, revista e segurança externa)
- Administração, salas de coordenação
- Serviços (cozinha, lavanderia, almoxarifado, garagem, depósito de resíduos, vestiário para funcionários)
- Auditório
- Visita familiar
- Escola
- Oficinas profissionalizantes
- Campo de futebol
- Quadra poliesportiva coberta
- Anfiteatro
- Espaço Ecumênico

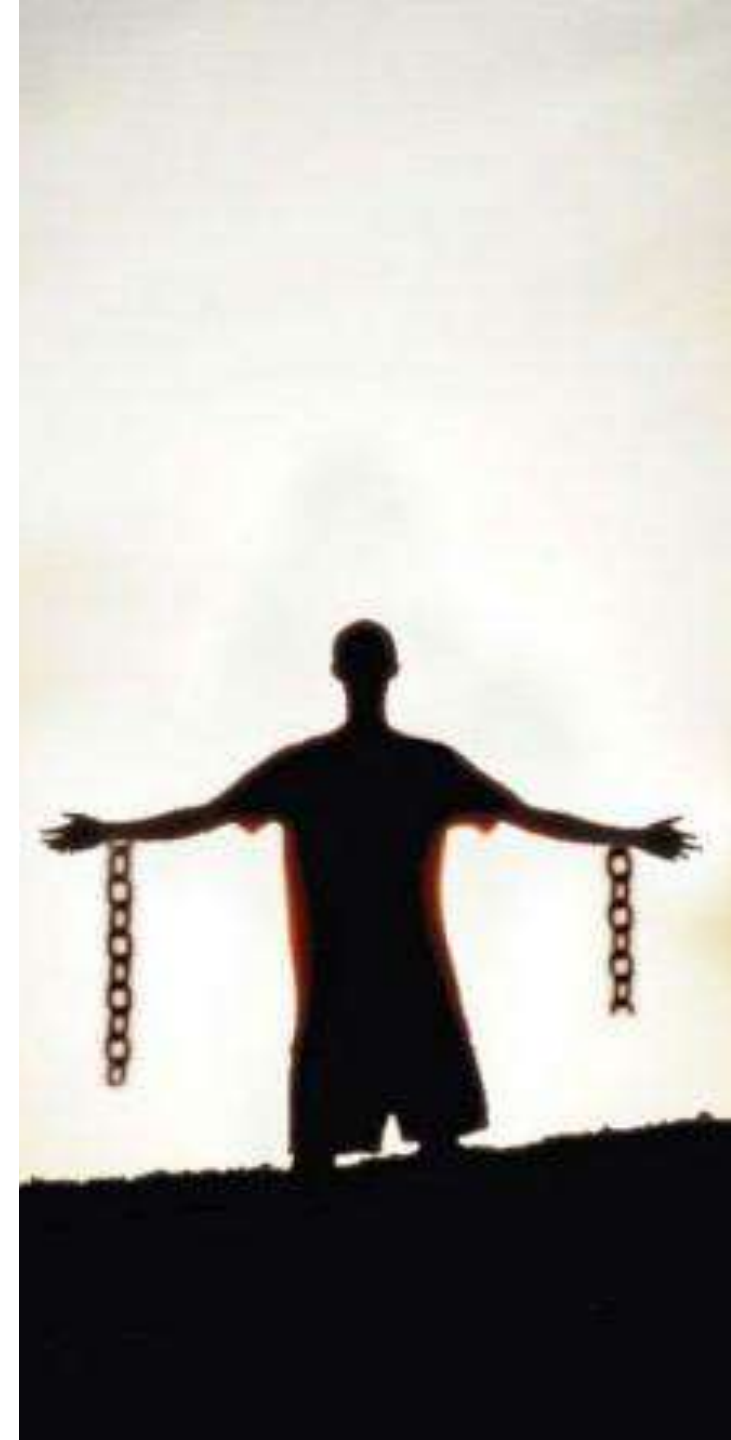
Aspectos físicos a serem considerados	Internação provisória	Prestação de Serviço à Comunidade ³⁸	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança					
Espaços adequados para a realização de refeições		quando necessário			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo					
Condições adequadas de repouso dos adolescentes					
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo					
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico					
Espaço e condições adequadas para visita íntima					
Espaço e condições adequadas para visita familiar					
Área para atendimento de saúde/ambulatórios					
Espaço para atividades pedagógicas					
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar					
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes					
Espaço para a profissionalização					

Que espaço é esse?

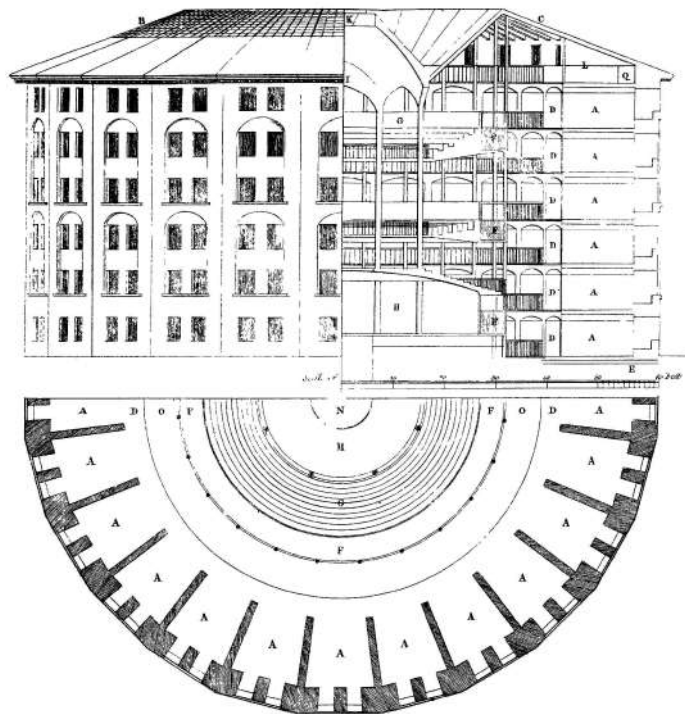
Instituição total



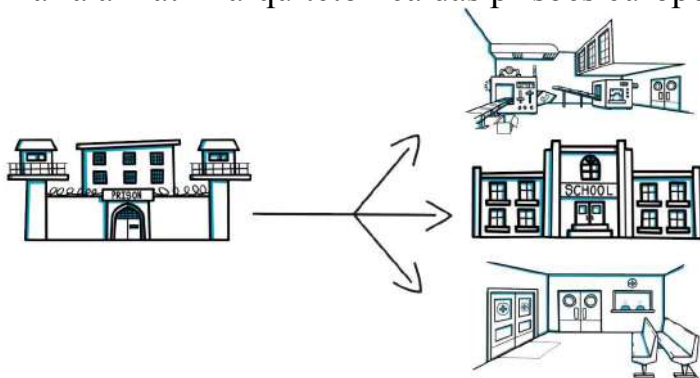
Liberdade →



O conceito de Panóptico e o cerceamento de liberdades



Em 1793 Bentham concebeu o conceito de Panóptico, que se tornaria a matriz arquitetônica das prisões europeias.



ESTUDOS SOBRE AMBIÊNCIA

O trabalho realizado pela pesquisadora Elena Maria Duarte de Oliveira (OLIVEIRA, 2008), leva em consideração **3 atributos da ambiência relativos ao comportamento sócio espacial que são:**

- **territorialidade**
- **privacidade**
- **apropriação**

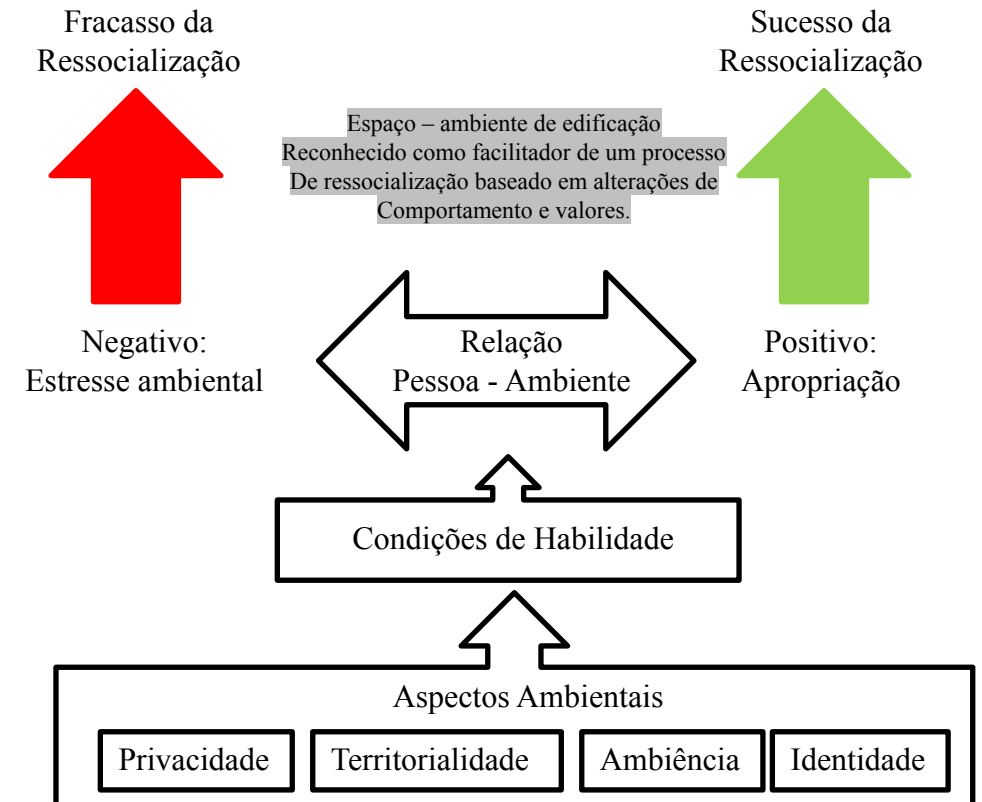
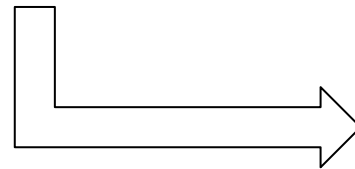
O **LASC**, Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura /
PROARQ / UFRJ

- **a empatia**
- **a alteridade**
- **o pertencimento**

HABILIDADE (espacial)

O conceito de habilidade engloba o entendimento de uma série de outros conceitos que ajudam a determinar o quanto um espaço é ou não habitável.

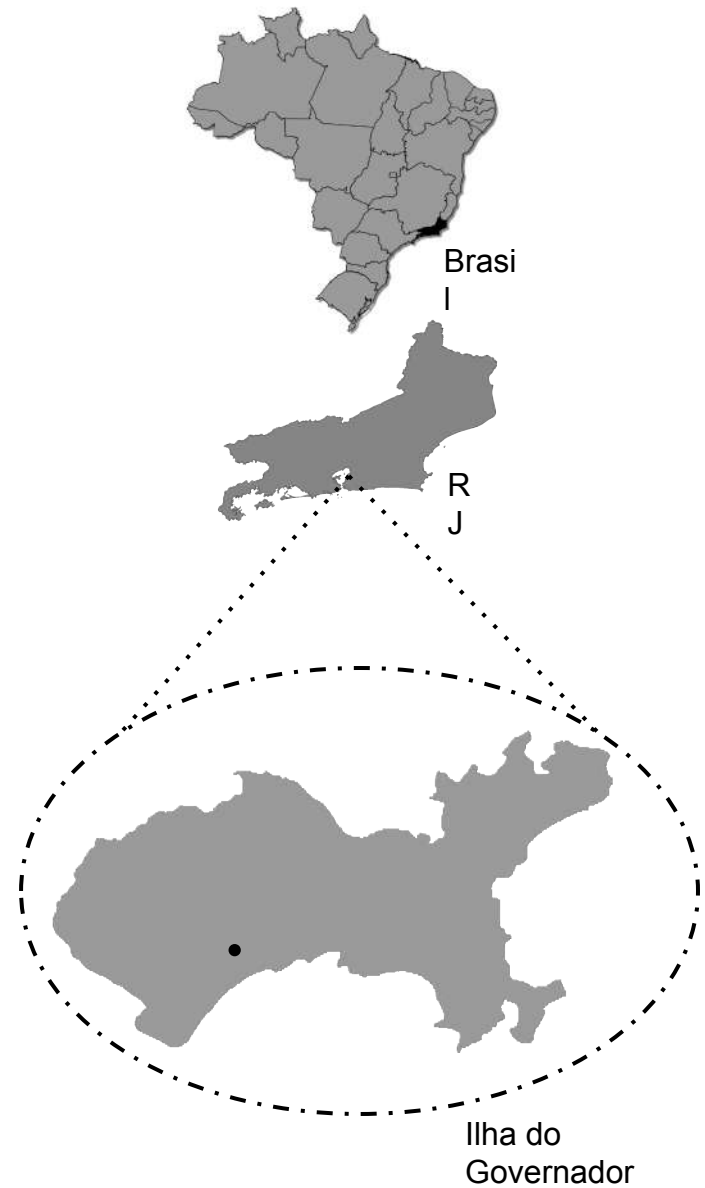
São chamados segundo Valera e Vidal (1991), de aspectos ambientais e determinam se a interação da pessoa-ambiente ocorre de forma positiva ou não.



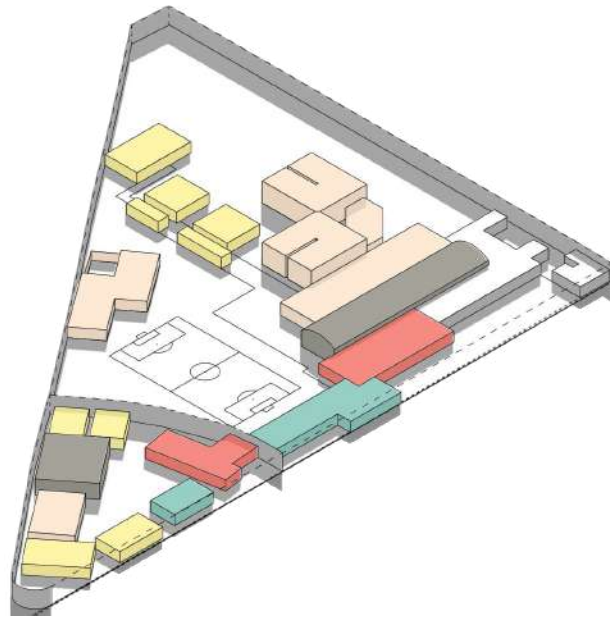
Síntese dos Conceitos - HABILIDADE

Necessidade	Nível de controle	Formas de Expressão	Elementos de Controle
Privacidade	Interação com o próximo	Solidão	Paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjo da mobília, acústica, quantidade de espaço, dimensões das salas.
		Isolamento	
	Informações transmitidas ao próximo	Intimidade	
		Anonimato	
Territorialidade	Primário	Ocupação Defesa	Muros limítrofes, grades, peitoris, portas, portões, paredes divisórias, cercas, marcas no chão, soleiras
	Secundário	Sinalização Personalização	
	Público Interacional	Ocupação temporária	
	Corporal	Tatuagens, piercing	
Identidade	Auto imagem	Atitudinal, Cultural	Acabamentos, textura, adornos, configuração formal, arranjo da mobília, qualidade de espaço
	Imagem de um grupo		
Ambiência	Funcionalidade	Atividades Realizadas	Conforto acústico, termino, visual e antropométrico, além dos materiais, texturas, cores
	Significado	Valores e Preferencias	
	Durabilidade e segurança	Características Físicas	

PESQUISA EMPÍRICA DE VIÉS ETNOGRÁFICO



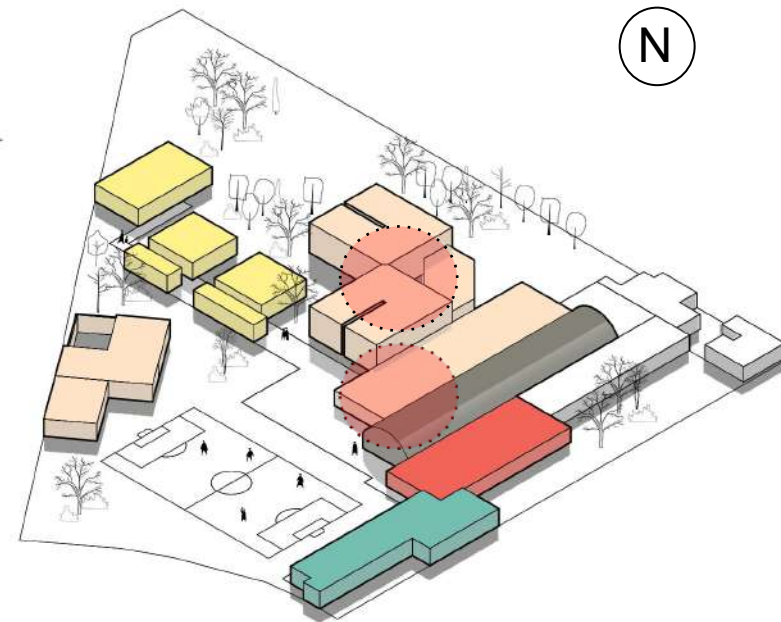
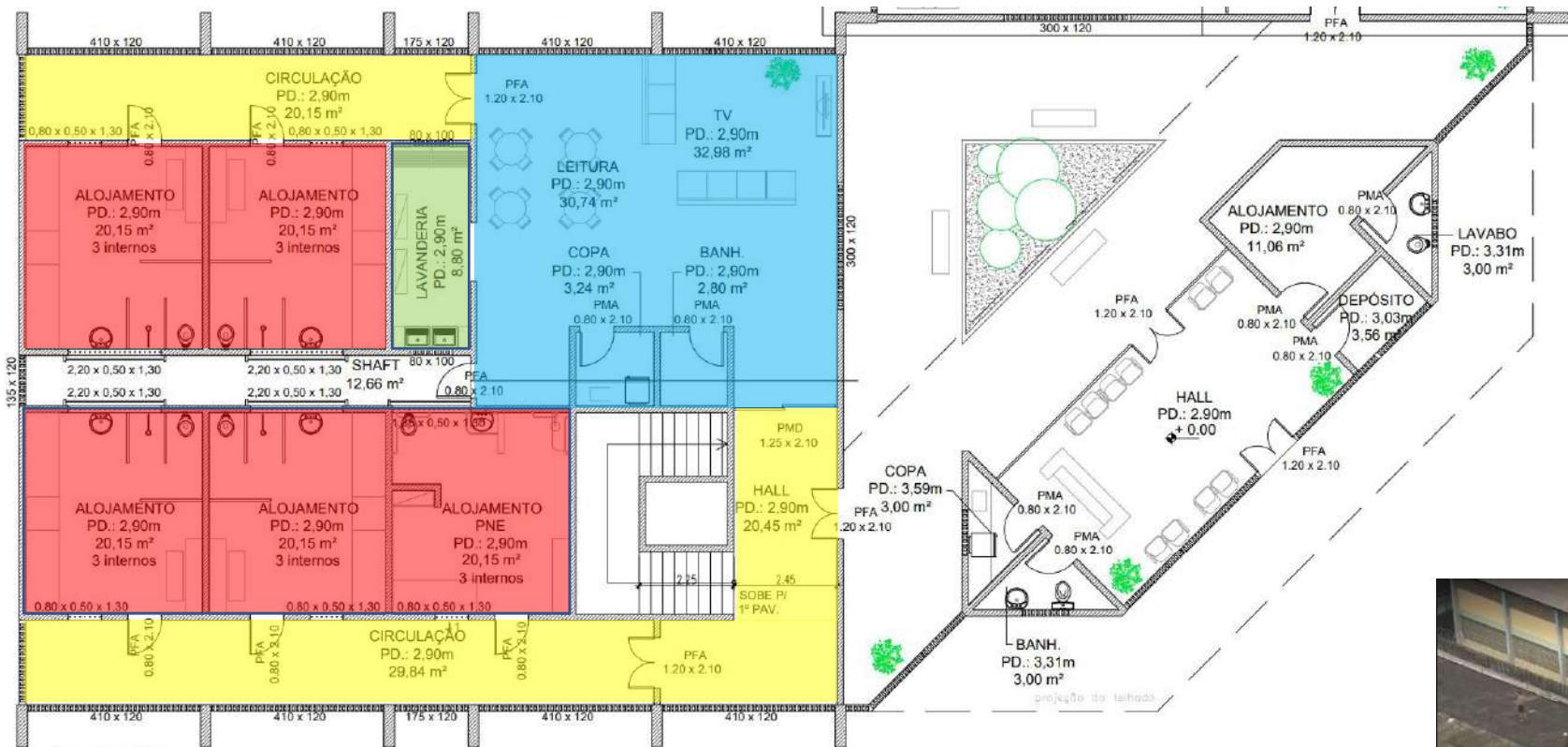
RECONHECIMENTO DE CAMPO



- Alojamentos
- Lazer/Atelier
- Refeitório
- Administração
- Educacional



ALOJAMENTOS 'NOVOS'



Planta do Pavimento Térreo do novo edifício de Alojamentos da Unidade Dom Bosco.

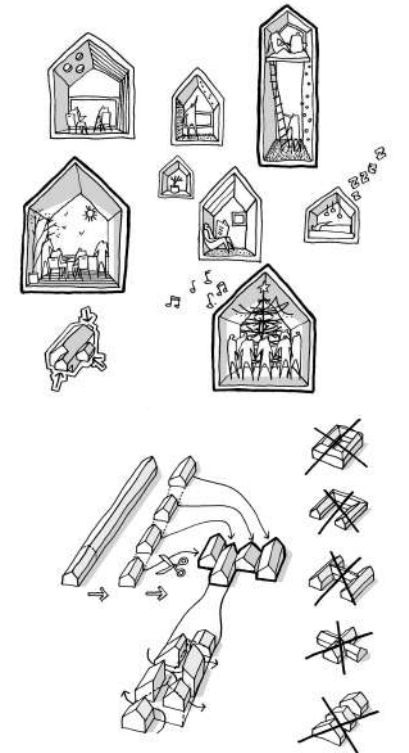
- Alojamentos
- Circ.
- Social
- Lavanderia



Rebelião ocorrida em 2019, é perceptível a novo edifício de alojamento ao fundo enquanto Os jovens estão ocupando o parte superior do antigo edifício de alojamentos.

REFERÊNCIAS

Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA

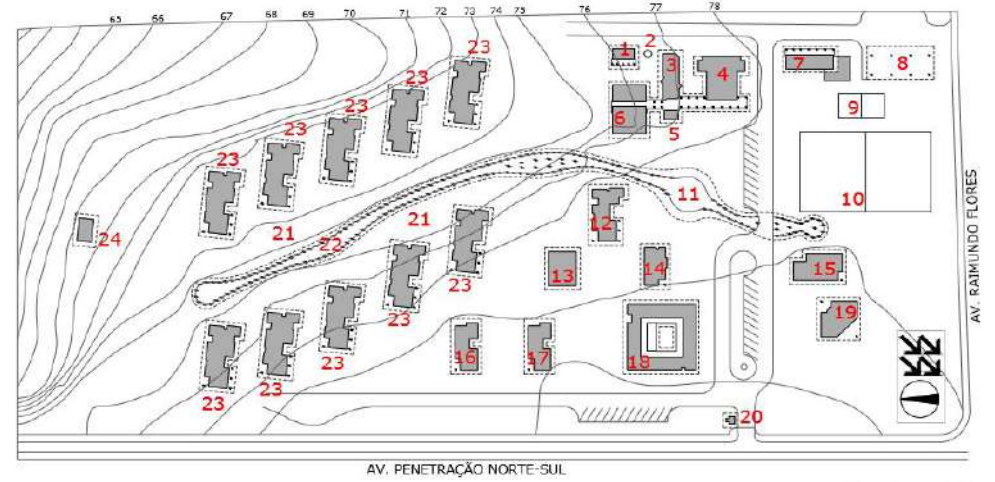


REFERÊNCIAS

Aldeias Infantis SOS Brasil, construídas por Severiano Porto em Manaus.

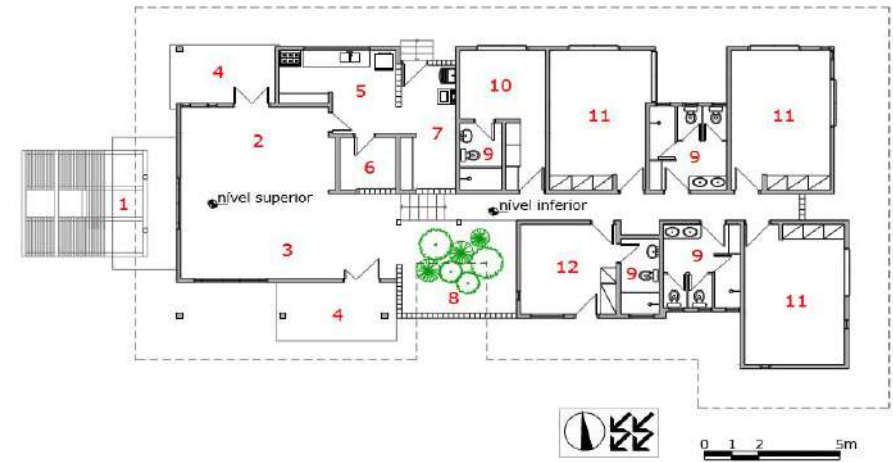


Aldea SOS Manaus



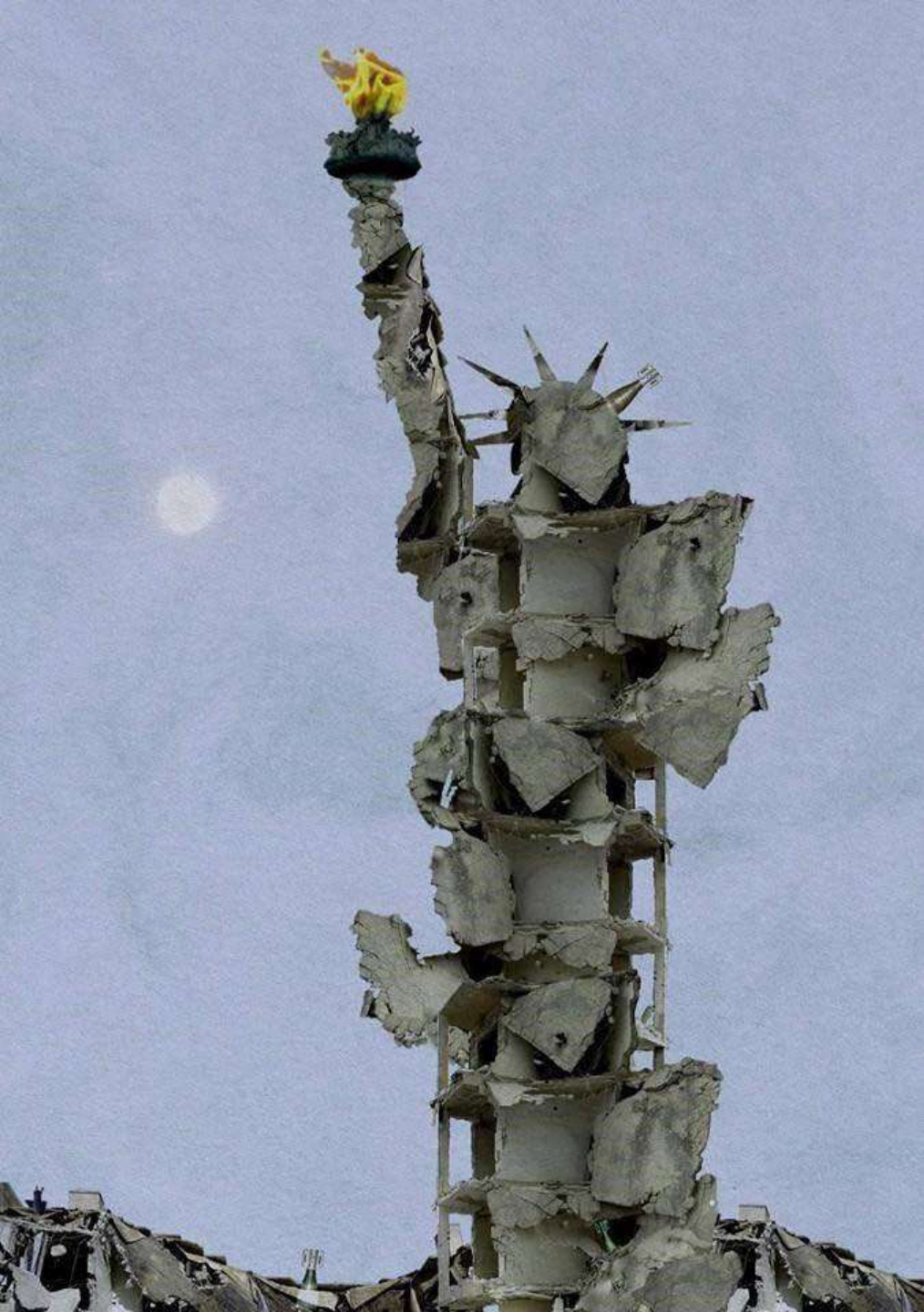
LEGENDA:

- | | | |
|-------------------------------|---|---|
| 1- vestiários educação física | 9- vôlei | 17- casa do zelador |
| 2- castelo d'água | 10- futebol | 18- casa comunitária/ depto. médico/ biblioteca |
| 3- refeitório | 11- chapéu de palha | 19- jardim de infância |
| 4- auditório | 12- casa das tias | 20- guarita |
| 5- sanitários | 13- escola de mães | 21- playground |
| 6- criação e arte | 14- alojamento de visitantes | 22- circulação |
| 7- lavanderia/ oficinas | 15- biblioteca infantil/ atividades de ensino | 23- casa-lar |
| 8- narçom | 16- casa dos doentes | 24- trabalho com terra |



LEGENDA:

- | | | | |
|-------------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| 1- pergolado | 4- varanda | 7- área de serviço | 10- quarto da mãe |
| 2- sala de jantar | 5- cozinha | 8- jardim interno | 11- quarto das crianças |
| 3- sala de estar | 6- despensa | 9- banheiro | 12- quarto das tias |



“Está a é a liberdade que nos trouxeram.”

Tammam Azzam, Artista Sírio.



Ilustração: Amanda Miranda/The Intercept Brasil

PROGRAMA PROPOSTO

Acolhimento/Alojamentos	Dormitórios individuais com banheiro; Área de Serviço; Cozinha; Sala de convívio; Sala do socioeducador com banheiro.
Acolhimento dos Internos	Revista; Guarda Pertences; Cadastramento; Sala de aconselhamento; Higienização; e Banheiro.
Administração	Almoxarifado; Recepção; Espera/Secretária; Bateria de banheiros; Fraldário; Arquivo; Sala da direção com banheiro; Sala da administração com banheiro; Copa; Sala dos socioeducadores com banheiro; Sala de Atendimento jurídico; Sala de atendimento individual;
Cultural	Auditório; Anfiteatro; Área de exposição.
Educacional	Almoxarifado; Depósito de material didático; Sanitários; Biblioteca; Salas de aula; Sala de Estudos; Sala de informática; Sala de música; Sala de artes; Sala do Diretor com banheiro, Sala dos professores; Copa; Banheiro dos funcionários;
Esportes	Campo de futebol; Quadra poliesportiva coberta; Piscina; Academia; e pista de Atletismo Sala de avaliação física.
Garda externa	Guarita com banheiro; Resvista de veículos.
Guarda interna	Alojamento feminino com vestiário; Alojamento masculino com vestiário; Copa; Serviços; Sala de reunião; e Sala de monitoramento.
Profissionalização	Salas multifuncionais; Oficinas; Depósitos; Bateria de banheiros; e Serviço.
Saúde	Recepção; Espera; Sanitários; Sala do Clínico geral; Sala Odontologica; Consultório ginecológico; Salas de observação com banheiro; Central de material esterelizado; Sala de curativos/coleta/posto de enfermagem; Lixo Séptico; Copa; Vestiário de funcionários; Rouparia/Lavagem de roupa;
Serviços geral	Setor de Cozinha geral; Despensa; Bancada de alimentação; Triagem; depósito geral; Lavanderia geral; Secagem; Armazenamento/ Distribuição; Vestiário feminino; Vestiário masculino; Serviço; DML; Copa; e Refeitório. Estacionamento, Gerador, Carga e Descarga.
Visitas	Recepção; Espera; Banheiros; Guarda pertences; Revista feminina; Revista masculina;

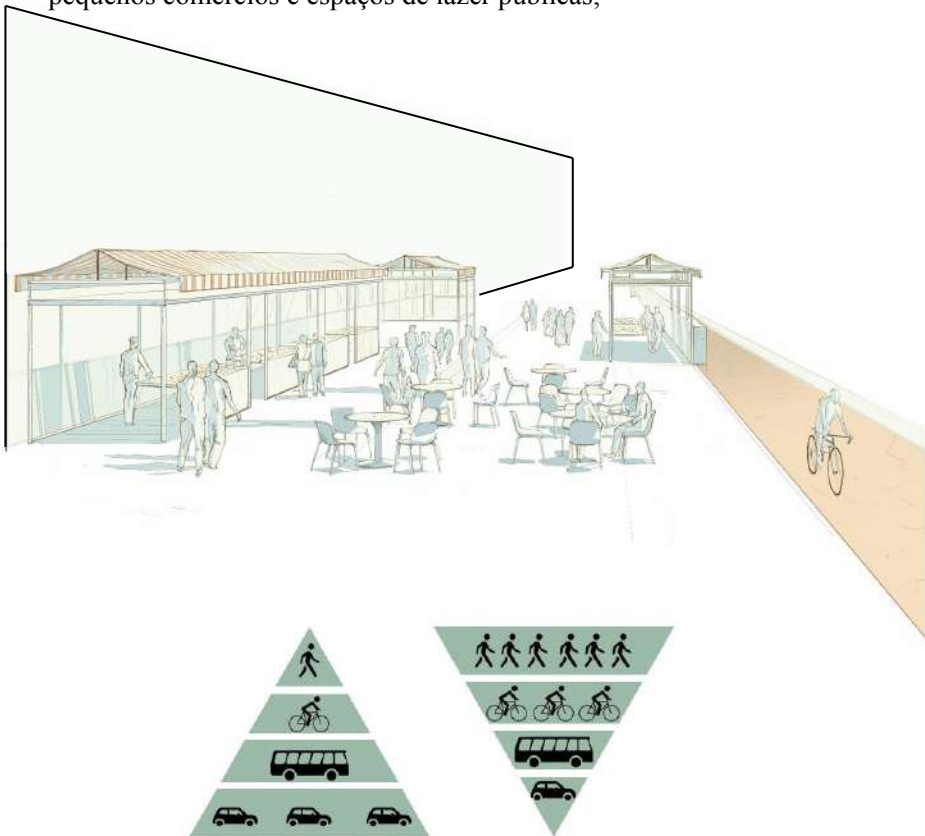
Tabela 3: Programa setorizado.

DIRETRIZES

- a. estimular e fortalecer as relações sociais dos adolescentes e do sentido de comunidade através das artes e do esporte, bem como a possível exposição de suas obras em espaço destinado a exposição;
- b. estimular a apropriação do seu entorno através de áreas destinadas á pequenos comércios e espaços de lazer públicas;
- c. diversificar as possibilidades de fluxos dentro da unidade;
- d. dar flexibilidade aos espaços para que se adequem a diferentes propostas de uso;
- e. uso de cores para minimizar o caráter institucional de internação;
- f. uso mínimo de grades e a substituição das mesmas por janelas ou elementos de fechamentos que não remetam a unidades prisionais;
- g. separação dos alojamentos por idade;
- h. agrupamento de alojamentos individuais que se assemelham a configuração do “lar”, quartos, cozinha, sala de convivência e área de serviços;
- i. implantação em local de fácil acesso;
- j. criação de espaços de “respiros” para além de diversificar, promover um filtro entre as transições de espaço;

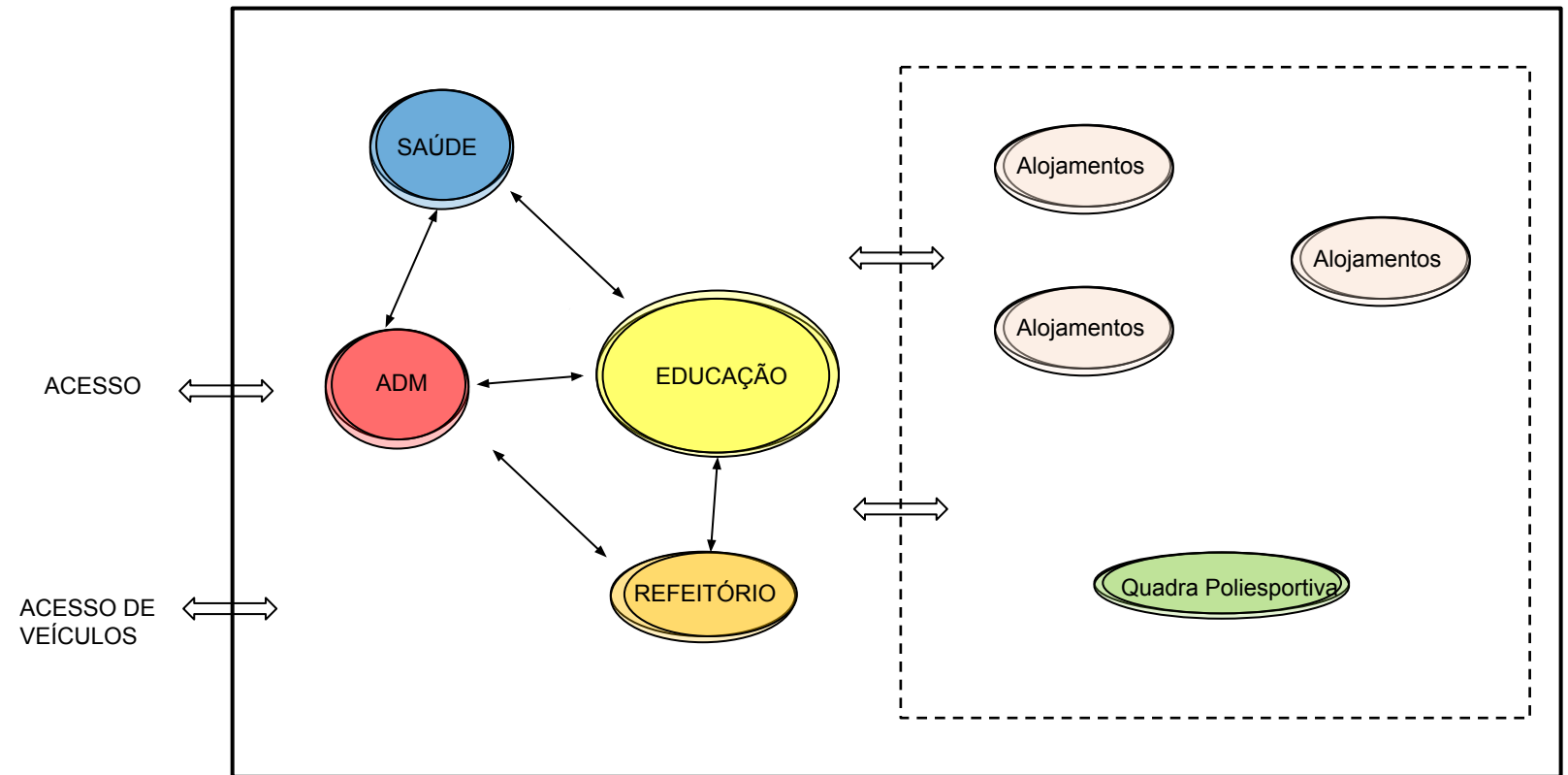
RELAÇÃO COM O ENTORNO








- a. estimular e fortalecer as relações sociais dos adolescentes e do sentido de comunidade através das artes e do esporte, bem como a possível exposição de suas obras em espaço destinado a exposição;
- b. estimular a apropriação do seu entorno através de áreas destinadas á pequenos comércios e espaços de lazer públicas;

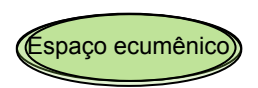
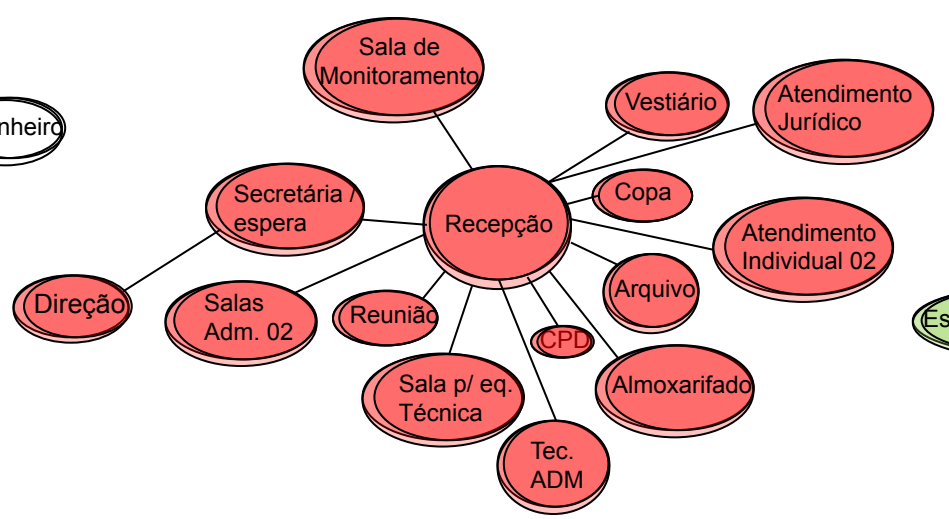
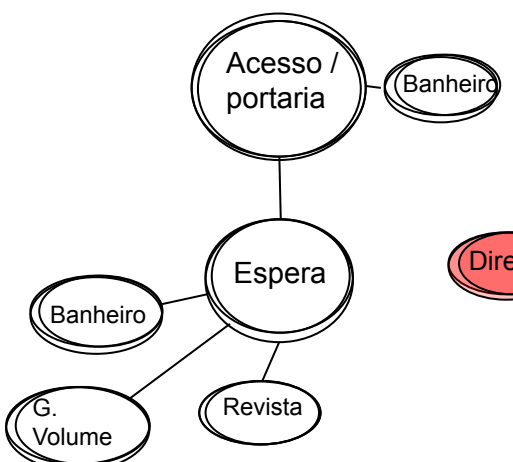
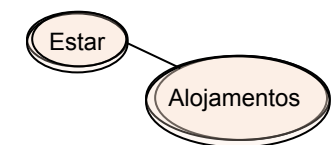
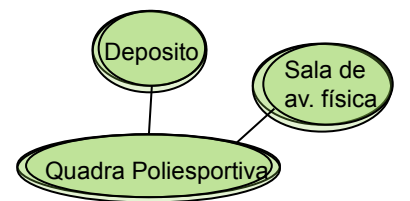
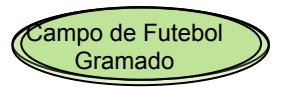
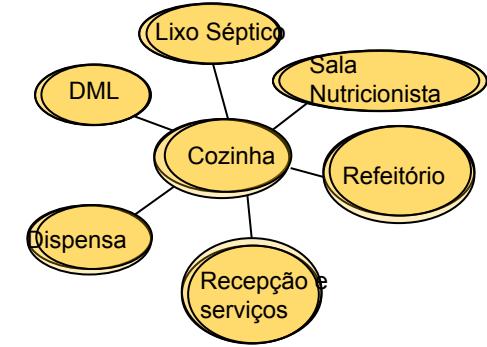
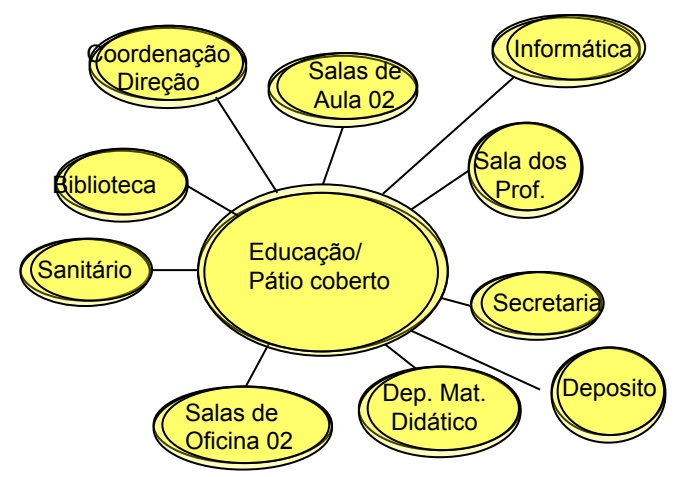
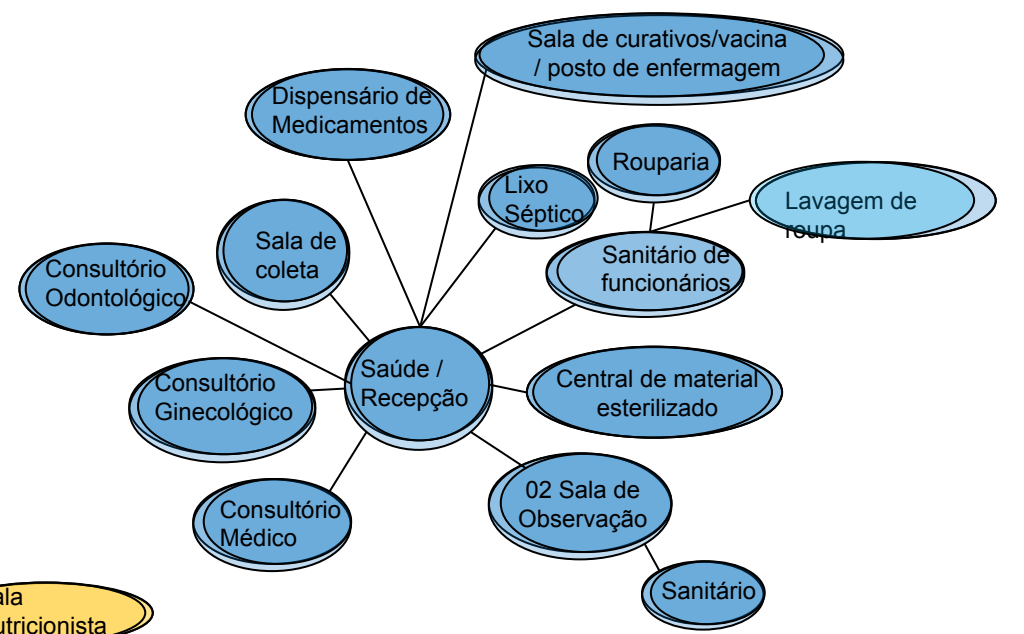


RELAÇÃO AOS FLUXOS

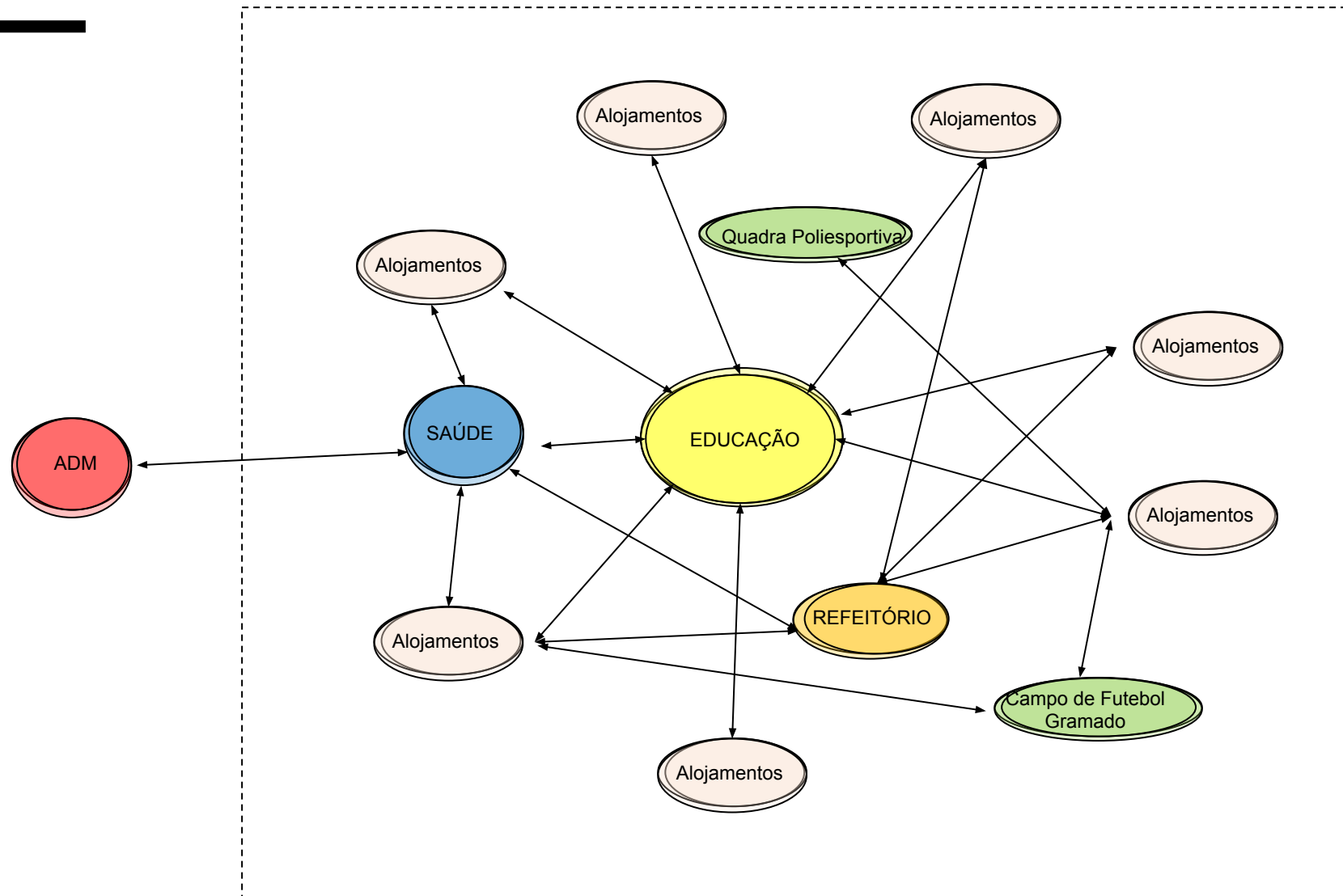
- c. diversificar as possibilidades de fluxos dentro da unidade;
- d. dar flexibilidade aos espaços para que se adequem a diferentes propostas de uso;



-  Saúde
-  Administração
-  Lazer
-  Alimentação
-  Educação
-  Alojamento
-  Serv.



Estudo Conceitual de Fluxos

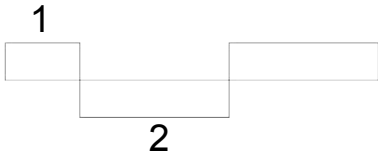
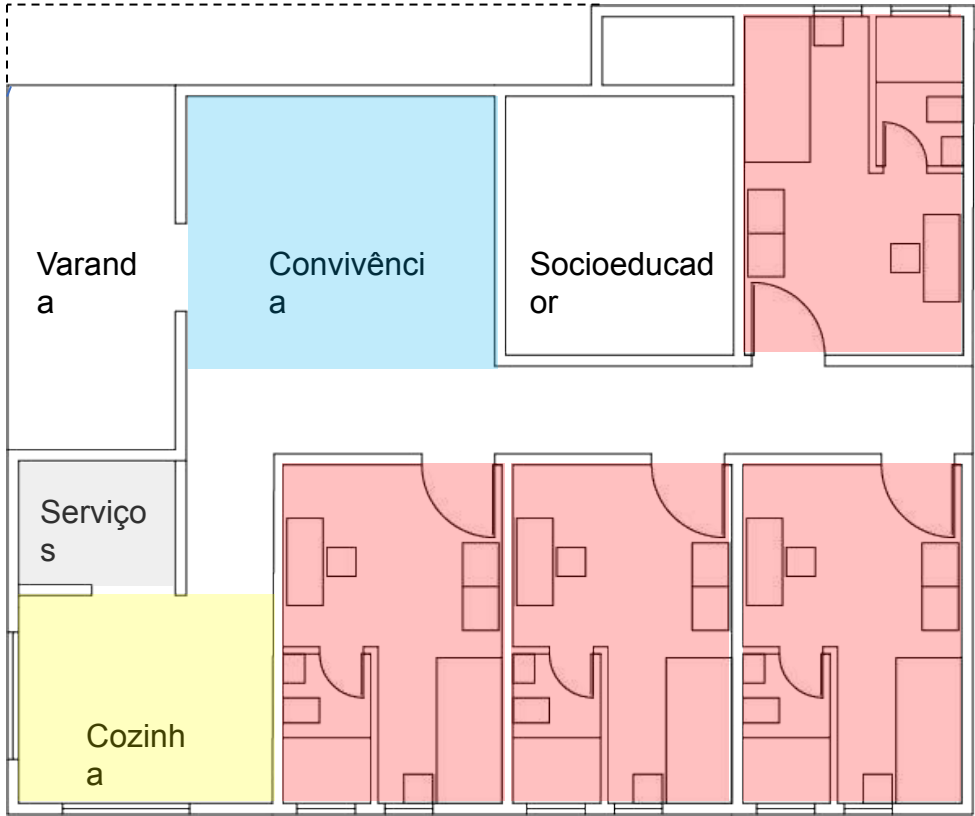


SEPARAÇÃO POR IDADE

g. separação dos alojamentos por idade;

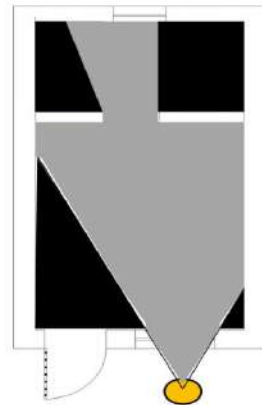


Alojamento e Separação por Idade

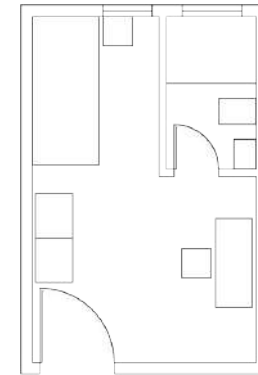
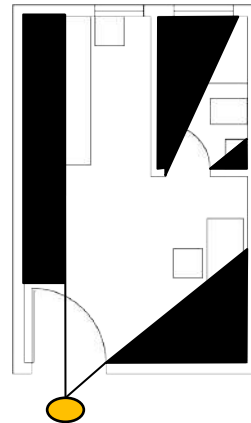


ALOJAMENTO E PRIVACIDADE

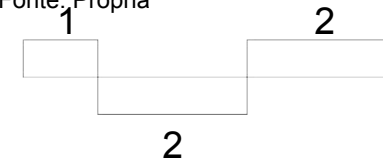
h. agrupamento de alojamentos individuais que se assemelhem a configuração do “lar”, quartos, cozinha, sala de convivência e área de serviços;



Planta baixa com simulação da visibilidade do socioeducador para parte interna dos alojamentos individuais. Fonte: Governo do Estado



Planta baixa com simulação da visibilidade do socioeducador para parte interna dos alojamentos individuais. Fonte: Própria



Fotografo: Gomes e Barros



j. criação de espaços de “respiros” para além de diversificar, promover um filtro entre as transições de espaço;



Aqui entra o homem,
o delito fica lá fora .

REGÍME FECHADO

REGÍME SEMIABERTO



FOUCAULT, Michel. ***Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão***. 34ª ed. Petrópolis,

Veves, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da

Saúde, 1990.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, 2006.

PIZZATO, Charles. **Arquitetura Socioeducativa – O espaço ressocializando as pessoas e curando a sociedade**.

CAU/RS, 2006.

MPPR. **CONANDA: Principais Deliberações**. Disponível em: < <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1565.html> >.

Acesso em: maio/2019.

Monografias Brasil Escola. **AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICÁVEIS AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO A LEI PENAL: UMA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DE SUA REINserÇÃO SOCIAL**.

Disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/as-medidas-socioeducativas-aplicaveis-aos-adolescentes-conflito-com-lei-penal.htm#capitulo_4.1>. Acesso em: maio/2019.

Câmara dos Deputados. **Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade**

. Disponível em: <

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegNacUniProtMenPrivLib.html>>. Acesso em: maio/2019.

Vitruvius. **Arquitetura Socioeducativa**. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.131/3832>>. Acesso em maio/2019.

LegisWeb. **Resolução CONANDA nº 46**. <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=95825>> . Acesso em maio/2019.

MPPR. **Idade Penal: Tabela Comparativa**. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-323.html>>. Acesso em: maio/2019.

FIA. Fundação para infância e adolescente. Disponível em:
<http://www.fia.rj.gov.br/content/institucional/institucional_quemsomos.asp>.
Acesso em: maio/2019.

BRASIL. **Código Criminal, Lei, de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm > Acesso em: maio/2019.

BRASIL. **Código Criminal, Decreto-Lei nº. 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em:
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s>
Acesso em: maio/2019.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.
Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm>> Acesso em maio/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>> Acesso em: maio/2019.